



GLIO.

# Historiografia



# Historiografia

Alessandra Pedro

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Rafael Pavani da Silva

**Editorial**

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Pedro, Alessandra

P372h Historiografia / Alessandra Pedro. – Londrina :

Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

216 p.

ISBN 978-85-522-0622-4

1. Historiografia. I. Pedro, Alessandra. II. Título.

CDD 900

---

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018  
Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   História: ofício e método</b>	<b>7</b>
Seção 1.1 - História: ciência e ofício	9
Seção 1.2 - A escola metódica e a crítica documental	23
Seção 1.3 - O dado serial, história quantitativa e econômica	39
<b>Unidade 2   A história repensada: os excluídos da história</b>	<b>57</b>
Seção 2.1 - A história social e história vista de baixo	59
Seção 2.2 - A New Left, a Nova História e os excluídos da história	74
Seção 2.3 - A micro-história e a análise de fontes	91
<b>Unidade 3   Lugares de memória: arquivos, imagens e história oral</b>	<b>107</b>
Seção 3.1 - Arquivos e a pesquisa com fontes escritas	108
Seção 3.2 - História oral e memória	124
Seção 3.3 - História da arte e o trabalho com fontes imagéticas	139
<b>Unidade 4   O pós-estruturalismo e o debate contemporâneo</b>	<b>159</b>
Seção 4.1 - O documento monumento, a história cultural e a abordagem de Foucault	161
Seção 4.2 - O pós-estruturalismo e o debate contemporâneo	178
Seção 4.3 - Debates contemporâneos e a historiografia nacional	196



## Palavras do autor

Esta disciplina é **fundamental** para a formação do historiador. Seu objetivo é desenvolver habilidades e competências que permitam a articulação do campo de estudo da História, suas especificidades, aproximações e distanciamentos com outros campos do conhecimento. Levar você, aluno, a compreender as interações entre a escrita da História e a sua emergência no campo das Ciências Sociais, apreendendo como a História não apenas se relaciona com as outras ciências, mas também como ela se estabelece enquanto campo teórico e disciplina, faz parte de nossos objetivos. Apresentaremos uma série de discussões e debates em torno da História, seu lugar na sociedade atual, seu nascimento, seu desenvolvimento e seus objetos e fontes, de maneira que você possa articulá-los para lidar com conceitos diversos em sua prática diária e na produção de seus textos acadêmicos.

Nesta disciplina discutiremos a historiografia a partir de quatro unidades de ensino. Na primeira, *História: ofício e método*, a constituição do campo teórico, enquanto ciência e disciplina, seus suportes, objetos e objetivos serão apresentados e relacionados ao lugar da história nos dias atuais, à prática docente e ao uso de fontes primárias em sala de aula. Na segunda, *A história repensada: os excluídos da história*, o foco está em desenvolver a compreensão das relações sociais e de trabalho no decorrer da história e sua interlocução com os dias atuais, trazendo para o palco personagens que permitem a construção de uma leitura da história feita não apenas no cotidiano, mas principalmente por indivíduos simples e comuns, operários, mulheres, prisioneiros etc. Na terceira, *Lugares de memória: arquivos, imagens e história oral*, serão apresentados novos objetos e fontes, que cada vez mais vêm se constituindo como fundamentais para a apreensão do passado. Finalmente, na quarta unidade, *O pós-estruturalismo e o debate contemporâneo*, traremos para a discussão os debates contemporâneos e os novos encaminhamentos do ofício do historiador, retornando às indagações sobre o lugar da história no cotidiano e seu papel na sociedade atual.

Caro aluno, esse material é nosso e por meio dele dividiremos as proposições, indagações e conclusões. Aproprie-se deste material, leia-o, agregue a ele outras leituras e pesquisas. Amplie suas discussões e, com isso, o seu próprio conhecimento histórico, levando para sua prática docente não apenas as questões aqui apresentadas, mas aquelas que você poderá obter a partir de suas leituras e pesquisas. Ao fazer uso deste material, aliando-o a uma prática de estudos constante, pesquisas e discussões, esperamos que ao final desta disciplina sua prática docente seja enriquecida habilitando-o a transformar cada aula em um espaço para a construção do conhecimento histórico, em que você se disponibilizará como mediador e disparador de novas ideias e possibilidades. Bons estudos!

# História: ofício e método

## Convite ao estudo

A disciplina de historiografia se propõe a apresentar e discutir os principais desdobramentos da História a partir da produção de diversas correntes historiográficas, tendo como principal suporte a discussão de uma série de teorias, conceitos e interpretações que permitem compreender a história como um dos possíveis caminhos não apenas para a compreensão do passado, mas principalmente para a construção do pensamento crítico. A proposta que aqui se coloca é a de estabelecer debates que permitam acionar em sala de aula as mais diversas formas de fazer e escrever a História como mecanismo para o desenvolvimento do pensamento crítico e de instrumentos a serem acionados pelos alunos no processo de construção de seu próprio conhecimento. Como apresentar esses conteúdos e discussões a seus alunos sem fazer deles “pequenos historiadores”? Quais recursos e suportes didáticos podem ser utilizados como objetos disparadores da construção de conhecimento histórico? É possível que a sala de aula se transforme em um espaço para discussões historiográficas sem deixar de lado os conteúdos e currículos obrigatórios? São questões que se desdobram em outras, que se constituem em indagações recorrentes não apenas ao aluno de licenciatura em História, mas também entre os alunos e na sociedade como um todo: Por que estudar história? Qual é o ofício e a função do historiador? Em que bases ele foi construído? Como ele se relaciona com a própria construção das interpretações da história e também com o cotidiano em sala de aula?

Assim, nesta unidade serão apresentados conteúdos que nos ajudam a lidar e a refletir sobre essas e outras questões,

numa busca por discutir o lugar da História no interior das ciências humanas, o ofício do historiador, suas práticas, fontes e escolhas. Como nasce a disciplina e o campo da História, quais os campos inicialmente acionados, os objetos escolhidos pelo historiador e a análise de suas fontes.

# Seção 1.1

## História: ciência e ofício

### Diálogo aberto

Como professor você sabe que a pergunta “Por que estudar história?” é uma constante em nossa sociedade e vem ao encontro da demanda identificada por você em seu contato com seus alunos. Tendo em mente essa questão, você se propõe permear sua prática docente diária com elementos que apresentem aos seus alunos a construção do campo da história enquanto disciplina e ciência. O primeiro passo para isso é demonstrar qual é o papel da história no tempo presente, sua importância e multiplicidade. Seguindo sua proposta de construir com seus alunos uma visão da história mais abrangente, problematizar o próprio ofício do historiador se faz necessário. Que ofício é esse? Em que bases ele foi construído? Como ele se relaciona com a própria construção das interpretações da história e também com o cotidiano em sala de aula? Como você discutiria essas questões com seus alunos a partir da leitura do breve artigo “As máquinas do tempo, os historiadores do futuro e nós”? Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/renato-prelorenzou/maquinas-do-tempo-historiadores-nos/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Os conteúdos apresentados nesta unidade em muito contribuirão para que você dê encaminhamentos para essa discussão, assim, não deixe de ler, estudar e complementar esta seção com pesquisas e leituras.

### Não pode faltar

Na sociedade em que vivemos somos bombardeados a todo momento por indagações e mesmo cobranças que buscam conferir ao historiador um papel na sociedade, seja como um leitor mais apurado dos fatos e acontecimentos atuais, seja como alguém que num futuro próximo deverá levar às novas gerações informações, interpretações e explicações acerca de acontecimentos que movimentam, incomodam ou assustam a sociedade de forma geral

ou específica. Para além de conhecer datas, fatos, feitos, nomes etc., o papel do historiador e da própria História no mundo atual é uma discussão presente em nossa sociedade. No mundo acadêmico, estabelecer esse papel – ou esses papéis se tomarmos a História como algo multifacetado –, é algo que gerou, e gera ainda hoje, intensas discussões. Surgindo como disciplina e campo teórico específico no século XIX, a História já inicia o seu percurso cercada de intensos debates, como aquele estabelecido entre Émile Durkheim – em sua busca por situar o próprio campo da sociologia como uma ciência – e a **Escola Metódica** – que buscava conferir à História um lugar entre as Ciências a partir da construção de um método científico de análise do passado a partir dos documentos. Assim, a História caminha por críticas que a apontam e estabelecem inicialmente como uma auxiliar para o trabalho do sociólogo para depois se constituir em um campo com seus próprios saberes e técnicas (DOSSE, 1992, p. 26). No processo de sua constituição os historiadores buscavam afastar sua disciplina das Ciências Sociais, tentando estruturar e constituir seu saber de forma independente, reafirmado como ciência e disciplina. No decorrer de mais de um século, muitas foram as correntes e discussões que surgiram, muitos embates foram gerados e hoje – já muito estabelecida, mas não acabada ou engessada – os historiadores retomam seus diálogos com as Ciências Sociais e com outros campos do conhecimento, sua interlocução e seus entrelaçamentos.

Não se pode dizer que esse retorno seja direto, simples e tranquilo, assim como no início dos embates pela constituição do campo da História independente da Sociologia e de seus afluentes, críticas e descontinuidades são sempre recorrentes. No passado, o apego às fontes, aos fatos, à história política estatal, aos grandes feitos e homens (uma história factual que, de certa forma, estava focada na construção biográfica de “indivíduos especiais” que se constituíam em exemplos daquilo que se desejava como símbolos para as nações) foi criticada por construir leituras factuais, sem se aproximarem de análises que trouxessem para o palco os agentes sociais. Hoje, porém, temos – após quase um século do advento dos **Annales** e sua história-problema, sua análise do cotidiano e de uma interpretação da história como o estudo dos homens no tempo –, o desenvolvimento de uma **Nova História**, que redescobre o sujeito, ressignifica o evento, retoma a história política a partir de outras premissas e outros

olhares que não aquele do Estado, avança para o direito como meio de compreender o passado, retorna à escrita de biografias tendo como foco personagens encontrados entre os homens e mulheres comuns, lida com a questão do discurso e da narrativa a partir de aproximações com outras áreas do conhecimento, incorporando noções de incerteza, de estratégia, de negociação e de consciência.

## Diferentes respostas para uma mesma pergunta: o que e quem a história estuda?

### 1. A História e seu estabelecimento no século XIX

Você poderá verificar, no decorrer desta disciplina, que a História amplia seu espaço, conversa e lida com a interdisciplinaridade, trazendo para suas análises não apenas as contribuições e discussões de outros campos, mas também retomando, a partir de novas bases, temas e questões, além de rediscutir pontos nevrálgicos de seu próprio desenvolvimento, como a biografia, para se recompor e se refazer a cada dia. Nos princípios da organização do campo da História, a própria discussão sobre ser ela uma ciência ou não demandava que se pensasse a prática daqueles que por ela se aventuravam: como se organizaria seu método para o conhecimento do passado? A chamada Escola Metódica estabelecia a procura e seleção do maior número de documentos, a verificação de sua veracidade e sua compilação como descritores da verdade, na pretensão de chegar de forma mais próxima do que realmente aconteceu, numa ânsia por estabelecer as origens de determinados fatos e acontecimentos históricos.

Também no século XIX, vemos nascer o **Materialismo Histórico**, originado nas leituras das obras de **Karl Marx** (1818-1883) e que se desdobraria numa história marxista calcada na análise econômica, a partir de conceitos que serviriam para descrever toda a história, não apenas de determinada sociedade, mas da própria humanidade. A **História Marxista** fez-se mestre em criar conceitos até hoje solidificados em nossa sociedade e em nossos materiais didáticos.

O materialismo histórico, entre outras coisas, propõe uma história que enfatiza o desenvolvimento das lutas de classe e a evolução dos chamados "*modos de produção*". Trata-se de uma leitura alicerçada

na ideia de que são as forças materiais, as mudanças tecnológicas e os modos de produção que propulsionam as mudanças sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, é uma teoria da história que entende o homem como um ser ativo capaz de modificar as estruturas, por meio da aquisição da consciência de classe, mas que não escapa às ideias do evolucionismo, característica do século XIX sendo marcada por um determinismo que propõe o condicionamento das relações sociais e das instituições políticas e jurídicas aos modos de produção. Ao historiador marxista caberia, a partir da análise de séries documentais, estabelecer as relações entre infraestrutura econômica e superestrutura ideológica, compreender as organizações sociais e estabelecer como essas se inserem no movimento da história.



Refleta

Você já pensou que o termo “Feudalismo” carrega uma série de interpretações e pré-conceitos construídos por representantes desta escola teórica sem que nós, em nossa prática diária, paremos para discuti-lo e problematizá-lo? Assim, tomamos o conceito como descritivo de determinadas características que servem para compreender certa sociedade e as ampliamos para todo um período e lugares diversos, com lógicas e práticas próprias que não podem ser encaixadas dentro de tal conceito estruturante. Outros exemplos disso, para o caso brasileiro e recorrentes em nosso material didático, são os conceitos de “Pacto Colonial”, de “Colônias de Povoamento X Colônias de Exploração” e de “Ciclos Econômicos: cana-de-açúcar, ouro e café”.

## 2. O rompimento com a história factual

Seria com a publicação da Revista dos *Annales*, em 1929, pelos historiadores franceses **Marc Bloch** (1886-1944) e **Lucien Febvre** (1878-1956), que o que se entendia como o ofício do historiador se modificaria e se expandiria para algo mais abrangente que o simples trato das fontes em uma análise do documento pelo documento. O historiador passa a ser o disparador daquilo que se busca no passado. Em sua proposta para responder o que é a história, essa primeira geração dos *Annales* estabelece que a história é a ciência do homem no tempo e que para realizar esse ofício se faz necessária a construção de uma história-problema, em que as indagações do

presente direcionam para aquilo que se deseja saber do passado. Assim, são as perguntas elaboradas pelo historiador na leitura dos documentos que passam a ser meios para a apreensão de uma parcela do passado, para a construção de uma interpretação do passado – mas não a única ou verdadeira explicação. O documento continua a ser central na análise do historiador, mas perde o seu estatuto de testemunho direto do passado, uma vez que não fala por si mesmo, ele só diz algo quando é interrogado, são as questões do historiador que condicionam o documento e não vice-versa (BLOCH, 2010).

### 3. Outros marxismos

Herdeiro da teoria marxista de história, o filósofo alemão **Walter Benjamin** (1892-1940) terá como elemento-chave de sua análise a luta de classes. Sua proposta é a de uma história aberta a novas e diversas possibilidades, com objetivo de resgatar um passado que interessa ao presente, e não um passado qualquer. Nesse sentido, sua proposta alinha-se àquela de Bloch ao entender que são as aspirações e interesses do presente que determinam aquilo que se deseja saber do passado, que foi esquecido e se quer resgatar. Contemporâneos, Bloch propõe uma história cotidiana, comum, que traga para o palco os homens em seus mais variados aspectos e relações sociais e culturais, enquanto Benjamin lança seu olhar para o oprimido, numa proposta de história revolucionária, que vise resgatar aquilo que, por não ser contemplado pelas fontes e bens culturais produzidos e que reproduzem as vitórias dos opressores, foi esquecido e que precisa ser lembrado.

A proposta de Benjamin é uma crítica às interpretações lineares, em um único sentido, que operam de forma mecânica, com base na ideia de progresso. Embora calcada em uma análise marxista do passado, sua proposta de história é construída a partir do afastamento dos modelos materialistas clássicos do início do século XX, opõe-se à ideia central dessas teorias, a saber, o progresso evolucionista, econômico e histórico. Para o filósofo alemão, ao contrário do que propõe o materialismo histórico, a revolução não é um resultado natural do progresso econômico e tecnológico, e sim a interrupção de um processo que só pode conduzir à catástrofe. Aqui temos um

elemento importante para a compreensão da proposta de história de Benjamin: o “pessimismo”.

Esse autor lida com a ideia de que o progresso econômico e tecnológico só poderá resultar em uma catástrofe, assim o capitalismo se constitui em uma ameaça para a humanidade. Sua proposta é a de uma escrita da **história à contrapelo**, ou seja, do **ponto de vista dos vencidos**, numa oposição clara ao historicismo e seu foco na história dos vencedores. O pessimismo é fundamental na construção histórica de Benjamin, na medida que do ponto de vista dos vencidos o passado não é nada mais do que uma enorme sucessão de derrotas catastróficas, como desdobramentos da relação aproximada entre progresso e regressão social.

A história marxista também seria rediscutida e remodelada por outros autores, sendo um dos principais articuladores dessa mudança o historiador inglês **Edward Palmer Thompson** (1924-1993), cujas análises trazem para as discussões da história marxista **a crítica à lógica marcadamente estruturalista** tendo como objetivo reconstruir o campo a partir de uma história **vista de baixo** que, por meio de documentos oficiais ou não, procura resgatar a agência dos operários do século XVIII e valoriza a cultura como espaço de luta, trazendo com isso toda uma reformulação do campo dos estudos da sociedade, das relações de trabalho e de poder.

#### 4. Michel de Certeau – o lugar social e a narrativa histórica

A busca por estabelecer esse lugar da História trouxe para o campo discussões sobre a importância da narrativa, da aproximação com a literatura e com outras áreas do conhecimento, além de repensar nosso ofício a partir de outros lugares. Nessas novas vertentes da historiografia destaca-se o historiador, psicanalista e jesuíta francês **Michel de Certeau** (1925-1986). Pode-se estabelecer que os dois pontos mais importantes da proposta de Certeau para nossa discussão sejam a ênfase que dá ao lugar de onde o historiador fala e ao processo da escrita da história.

Ao tratar do primeiro ponto, Certeau parte da ideia de que o historiador ao estar inserido em um **lugar social** tem sua produção

condicionada por ele. Assim, sua proposta é a de que a história só pode se constituir no nível da prática – de pesquisa e de escrita – estando submetida às relações de força de um campo que lhe é anterior e exterior: um lugar social. Mas o que isso quer dizer? Que a escrita da história é sempre realizada em função de uma instituição, que foi modelada a partir do próprio estabelecimento da História enquanto campo científico. O historiador pratica sua profissão a partir das universidades, arquivos, bibliotecas, escolas, institutos históricos etc., que recebem a chancela do Estado e que são regulados por ele impondo ao historiador limites e regras para a sua atuação. Assim, a relação entre o historiador e sua fonte não é isenta de elementos externos ao poder, o historiador não é livre ou neutro, são os desejos institucionais que organizam a prática tanto de pesquisa quanto de teoria, além disso, o fazer-se da história está condicionado às regras e exigências do discurso acadêmico. Nessa operação, fica clara a necessidade do historiador em construir a sua escrita da história – dentro de sua função de dar voz ao não dito –, deve estar respaldado pela utilização de uma teoria da história, a fim de evitar o perigo da construção de dogmas, de sair rumo em busca de verdades. Para Certeau, a validação do discurso acadêmico está sujeita à aprovação de outros historiadores, desta forma, a pesquisa histórica – seus modos de fazer e encaminhamentos analíticos – e a escrita histórica – a narrativa, as formas de fazer conhecer o que não foi dito nos documentos, as formas de fazer conhecer o outro – estão inseridas em um lugar social, em que de acordo com seus interesses define o que pode ser feito e o que não é permitido ser feito com e a partir das fontes. É esse lugar social que define os métodos científicos aceitáveis para a pesquisa, assim como os recursos linguísticos, os encaminhamentos de análise, os arcabouços teóricos e historiográficos para a História que se pretende realizar em determinado tempo e espaço.

Para Michel de Certeau, ainda que em meio a essas relações de poder, o historiador tem como principal função dar voz ao não dito nos documentos, assim, o conhecimento do passado se faz com base na busca por compreender e conhecer o “outro” – para ele, a História é sempre um discurso que se fundamenta na busca da **alteridade**. É a busca por apreender o outro que cria os recortes entre passado e presente, que condicionam as escolhas do que se pretende

fazer conhecer do passado. A prática do historiador se centra em transformar algo, um objeto, em histórico, **historicizar**. Reconstruir esse objeto, dar-lhe um lugar no “dito”. Ao historiador cabe trabalhar sobre um material a partir de regras estabelecidas pelo método para transportá-lo, o produto do campo da cultura, do silêncio para a narrativa histórica. Nesse processo, o objeto do historiador deve ser decifrado e a produção histórica será constituída em um discurso que tem como proposta “traduzir” para o presente o “outro” – trabalho sempre incompleto, pois o passado é sempre o “outro” e toda tradução implica perda de sentidos originais. Flertando com a linguística e a abordagem de **Michel Foucault**, Certeau conclui que a escrita da história está mais próxima de outras formas de narrativa (como a literatura) do que os historiadores da escola metódica e marxistas gostariam.



## Assimile

### Instruções para o autor

Como você pode verificar a partir da leitura deste material, a história é composta por debates diversos, constituindo-se em um campo multifacetado, em que o próprio papel do historiador vem se moldando a partir das demandas que a sociedade e seus interesses vão impondo. É a inquietação de Bloch com os acontecimentos na França no entre guerras e no decorrer da Segunda Guerra Mundial que o levam a lançar perguntas ao passado e construir suas análises a partir de documentos. É sua experiência na academia, atrelada às experiências pessoais de resistência e prisão, que influenciam sua visão de história e propostas para mudanças daquilo que já está constituído em campo teórico. São também as inquietações de Benjamin, aliadas à sua formação marxista e interesses filosóficos, que estimulam suas críticas e proposta de reformulação do trabalho do historiador. Assim como é a formação e militância marxista de Thompson, aliada ao seu interesse pela sociedade inglesa, operária e pós-revolução industrial, que o levam a criticar aquilo que até ali vinha sendo produzido por outros historiadores, e a estabelecer novas formas de lidar e abordar os documentos. É também a formação e a prática de pesquisa, centrada em estudos das multiplicidades culturais, de práticas sociais e da Igreja, que levam Michel de Certeau a refletir sobre o campo e tecer considerações sobre a teoria da história, que acabam por colocar em discussão os limites muitas vezes não percebidos da pesquisa e da escrita do historiador.

## A história hoje: algumas considerações

Para o trabalho em sala de aula é primordial que tenhamos bastante clareza da importância da proposição de uma história que se apresente aos alunos como um campo em que eles mesmos podem buscar interpretações e apropriações do passado. Neste sentido o uso de documentos primários como suportes didáticos complementares ao material didático é fundamental. Conforme você pôde verificar a partir da leitura deste material, a história se modificou e ainda está em transformação, mas, desde o rompimento com a história factual da Escola Metódica, o conceito de “**história-problema**” vem sendo ressignificado e remodelado pelas mais diversas correntes históricas. Nesse sentido, também tem se tornado fator comum, a essa história múltipla, a busca por responder às indagações do presente (em que o “problema” se coloca para o historiador).

Você já pensou que ao ler uma fonte, seja ela qual for, essas premissas e discussões são todas acionadas pelo historiador, que estabelece com esse documento um vínculo com o passado, podendo lançar sobre ele os mais diversos questionamentos, ligando-o a outros documentos, e construindo a partir dele uma interpretação do passado, sempre calcada em suas escolhas, tanto pessoais quanto teóricas?



### Exemplificando

**Um exemplo brasileiro:** podemos observar como a história da **escravidão** no país foi tratada no final do século XIX e início do século XX, para compreender o apagamento e a necessidade de se reconstruir a experiência cativa como parte constituidora do processo histórico. Essa percepção exige que você articule seus conhecimentos da *história metódica*, dos desdobramentos dos *estudos sociológicos* de meados do século XX e a *influência de Thompson* nas pesquisas produzidas a partir da década de 1980, que buscam reconstruir a história daqueles que estão no ponto mais baixo das relações de poder, ressignificando-as e trazendo novas dimensões para o estudo não apenas da escravidão, mas das relações sociais e de poder no Brasil.

Faz parte do ofício do historiador a investigação constante e a análise das fontes, mas o desenvolvimento de tal estudo está intimamente ligado às escolhas teóricas e metodológicas que você fará no decorrer de sua formação e trabalho. Assim, compreender a história como um campo aberto para a exploração, que permite que caminhemos de formas diversas, é algo de extrema importância para o historiador e professor. Ter sempre em mente as mudanças, extensões, apropriações, permanências e rupturas nos campos da teoria só é possível por meio do estudo daqueles que já escreveram sobre o tema.

Você já pensou que estudar história pode ser também um caminho para a construção de suas próprias interpretações do passado? Que um indivíduo em nossa sociedade, com um mínimo de curiosidade e inquietação com uma situação real – seja atual ou no passado – ao ter contato com um documento primário, pode acionar seus conhecimentos, estabelecer relações e construir uma interpretação própria do passado? E você também percebe como isso pode ser ao mesmo tempo muito construtivo e perigoso, uma vez que sem um mínimo de conhecimento de metodologias, teorias e limites apresentados pela historiografia podem-se produzir não inverdades, mas visões deturpadas e condicionadas às opiniões pessoais? Assim, o estudo da historiografia e das formas como as fontes foram e são acionadas como indícios do passado é fundamental para nosso trabalho como historiadores e professores.

Podemos concluir que é o incômodo com modelos preestabelecidos que leva à necessidade de transformação e redefinição do campo. Assim, os historiadores aqui apresentados são apenas uma pequena introdução sobre a multiplicidade da historiografia, suas reflexões e de outros grandes historiadores que serão apresentados no decorrer desta disciplina com a proposta de nos ajudar a dar encaminhamentos a nossas próprias escolhas ao tratar nossas inquietações acerca do passado.



Para o aprofundamento de seus estudos na discussão sobre o papel da história e suas ligações, contraposições e alinhamentos com as ciências sociais sugerimos a leitura dos textos de Fernando Teixeira da Silva, Michel Löwy e de João Rodolfo Munhoz Ohara.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 149-161, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100006>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

LÖWY, Michael. Uma filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 199-206, ago. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000200013&lng=pt\\_BR&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200013&lng=pt_BR&nrm=iso)>. Acesso em: 16 set. 2017.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **A história como heterologia**: do conceito de história em Michel de Certeau. Dissertação de Mestrado, Londrina, p. 35-48, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mesthis/JoaoRMOhara.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

## Sem medo de errar

Agora que você terminou a leitura desta primeira sessão, voltemos ao breve artigo apresentado aos seus alunos em sala de aula, “*As máquinas do tempo, os historiadores do futuro e nós*”, disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/renato-prelorentzou/maquinas-do-tempo-historiadores-nos/>>. Acesso em: 12 ago. 2017. A partir da breve comparação feita no texto entre as máquinas do tempo [de Welles e de Robert Zemeckis] e a ânsia por retornar ao passado e apreender aquilo que já aconteceu, modificar algumas consequências de atos passados, você pode discutir a história e articular os conceitos trabalhados nesta seção. O foco das duas fontes apresentadas no artigo são as inquietações das personagens do presente, assim como nos historiadores a necessidade de fazer conhecer o passado é o que os motiva. De que formas podemos voltar a esse passado? Não podemos entrar em uma *máquina do tempo* para ter acesso ao passado, mas podemos apreendê-lo a partir dos documentos, sobre os quais nos debruçamos interpretando ações, movimentos e

processos que se desdobraram em situações diversas. Assim como as máquinas do tempo de Welles e de Zemeckis, as nossas fontes dão diferentes formas de acesso ao passado, estão colocadas em tempos, locais e realidades sociais e relações de poder e de força diversas, que conferem ao contato com esse “outro lugar” diferentes resultados. O ofício do historiador é realizado em um campo multifacetado: são suas escolhas teórico-metodológicas, o lugar de que ele fala, sua forma de narrativa, as imposições acadêmicas, as inquietações pessoais que produzirão a sua interpretação do passado. Como Marty MacFly, nós, historiadores, podemos reconstruir diversas possibilidades de desdobramentos do passado, podemos propor outras possibilidades para um mesmo processo, especulando sobre quais seriam as consequências de outras escolhas. Também como as personagens dos documentos citados no artigo, a historiografia se modifica, reconstrói suas próprias bases a partir do incômodo com as fórmulas preestabelecidas, com as respostas categóricas, com a rejeição a determinados campos. A todo momento a História retoma a pergunta: *Por que estudar História?* E a todo momento essa resposta é variável. No século XIX, pretendia-se por meio do passado conhecer aquilo que realmente aconteceu no passado, como os historicistas, ou compreender as estruturas econômicas e ideológicas que condicionavam as relações sociais das sociedades, como propunha o materialismo. Em outro momento, no início de um século marcado pelo “colapso da humanidade”, a função da história seria a de dar conta de compreender como se chegou àquela condição, assim o próprio homem se torna o elemento a ser compreendido no tempo, seja a partir do cotidiano dos homens comuns como propõe Bloch, ou dos vencidos de Benjamin. Já na segunda metade do século, num mundo bipolarizado, a história de Thompson ganha a função de fazer conhecer a agência dos dominados em sua relação e luta contra os dominantes. Nesse mesmo universo, fazer história converte-se a partir da necessidade de conhecer o “outro” em um processo dado e controlado por poderes e práticas preestabelecidas, como aponta Certeau. Muitos outros “porquês” podem ser atrelados ao se fazer História, mas o que se mantém é a necessidade que o presente tem de fazer conhecer o passado, entender as relações, ligações e desdobramentos de processos que nos são um mistério.

## Faça valer a pena

**1.** Bloch, Benjamin e Thompson, para além das diferentes formas de abordar e de interpretar as suas fontes e seus objetos, mantêm uma mesma proposta para a construção de uma história que se distancie da busca pela verdade ou pela reconstrução da história factual.

Qual é esse ponto em comum?

- a) A história vista de baixo.
- b) A história dos perdedores.
- c) A história política.
- d) A história-problema.
- e) A história estruturalista.

**2.** A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas (BENJAMIN, 1985, p. 226).

Como fica claro, Walter Benjamin tece uma crítica ao materialismo histórico, mas sem abandonar os preceitos marxistas de análise histórica. Sobre as principais características da proposta de Benjamin, é correto dizer que:

- a) Caracteriza-se pela busca em construir uma história dos vencidos a partir dos conceitos de evolucionismo social e determinismo histórico, que não permitem a vitória daqueles que são tradicionalmente vencidos por seus opressores.
- b) Está baseada na ideia de pessimismo, em que a história é vista do ponto de vista dos vencidos como uma sucessão de derrotas, promovidas pela incompatibilidade de progresso econômico e sociológico e equilíbrio social.
- c) Propõe uma leitura da história a partir daqueles que estão por baixo na escala social em seu contato com os dominantes, buscando compreender como as mudanças econômicas e tecnológicas promovem o acirramento das lutas de classes que levarão à libertação do proletariado.

d) Dedicar-se a promover uma síntese de elementos positivistas, evolucionistas, darwinistas e empiristas para construir uma leitura da história a partir dos vencidos, tendo sempre como foco a impossibilidade de vitória daqueles que são tradicionalmente os perdedores.

e) Abandona as ideias centrais do marxismo teórico e se aproxima do positivismo, mantendo apenas a ideia de luta de classes como o motor da história e de que o capitalismo em seu progresso natural levará à ditadura do proletariado.

**3.** De forma geral podemos dizer que a História é um campo aberto a novas propostas e interpretações, que não há uma única forma de se olhar o passado e de construir sobre ele interpretações. Um mesmo fato, acontecimento, processo histórico etc. pode produzir análises totalmente opostas.

Essa diversidade de interpretações está diretamente ligada:

a) Aos documentos e seus conteúdos e à metodologia de arquivamento destes.

b) Às inquietações e escolhas teórico-metodológicas do historiador.

c) Às inquietações do historiador e ao apego aos documentos como descritores daquilo que realmente aconteceu.

d) Aos documentos e à comprovação de sua veracidade.

e) Aos documentos e às inquietações do historiador na busca por apreender a absoluta verdade do passado.

## Seção 1.2

### A escola metódica e a crítica documental

#### Diálogo aberto

A todo momento na prática docente diária, encontramos situações em que somos instigados e, de certa forma, obrigados a retornar às nossas bases teóricas de formação para resolver ocorrências em sala de aula. Estar diante de alunos que não possuem ainda algumas habilidades básicas para a compreensão das nuances que o estudo do passado oferece é algo que se fará sempre presente e lidar, por exemplo, com conceitos como “verdade”, “real” e mesmo estabelecer o porquê e para que estudar história colocam perante o professor, ao mesmo tempo, o desafio e a oportunidade de, em sala de aula, demonstrar como o próprio campo da História enquanto ciência e disciplina se alicerçou. Vejamos essa situação: em suas aulas para o Ensino Médio, ao estudar a Antiguidade Clássica, você se propõe a realizar um exercício com o filme *Tróia* (2007) e durante as discussões sobre a obra surge a questão sobre a veracidade da história registrada por Homero e do próprio filme como uma descrição do real. Você aproveitará essa ocasião para demonstrar que a busca por registrar e manter uma memória do passado sempre existiu e muitas vezes esteve inserida no campo das lendas, dos mitos e da literatura, mas que a História como campo de estudo e disciplina tem sua própria história. Que conhecimentos você deverá articular para demonstrar quais foram as bases em que esse campo foi organizado? Quais os principais objetos que foram acionados para a formação daquilo que colocaria a história dentro do campo das ciências humanas e como disciplina escolar?

#### Não pode faltar

No universo do conhecimento científico, seja ele acadêmico ou escolar, estamos sempre ancorados por produções anteriores que nos permitem refletir, questionar, problematizar, criticar e até nos opor ao conhecimento e às teorias construídos pelas gerações passadas e atuais. No campo do conhecimento histórico essa

lógica não é diferente. O historiador lida basicamente com dois tipos gerais de produções que lhe servem para a apreensão do passado: a **historiografia**, que lhe permite ter acesso às discussões teóricas, metodológicas e debates sobre o seu tema de estudo, e as **fontes**, que por serem das mais diversas origens e formatos servem como vestígios, permitindo, por meio das mais diversas formas de análise, a construção de interpretações sobre o passado. No que se refere ao segundo grupo, dentre toda a produção da sociedade o que nos permite reconstruir historicamente o passado? Este é um questionamento sobre o qual muitos pensadores se debruçaram. A busca por registrar e manter a memória daquilo que constituiu a experiência humana e da sociedade é algo que ocorre desde os primórdios das sociedades humanas, na forma escrita ou em outras formas de preservação do passado e do conhecimento, assim como documentos produzidos para fins diversos foram ganhando o *status* de fontes para a apreensão do passado. No mundo ocidental, o registro escrito foi ganhando grande espaço, e contar aquilo que se viu e vivenciou passou a ser uma forma de transmitir conhecimentos. Outros registros, como os produzidos por máquinas administrativas, pela burocracia, pela justiça, assim como pela literatura, criaram uma massa documental à espera do trabalho do historiador. Entretanto, seria no século XVIII que os filósofos do Iluminismo construiriam arcabouços teóricos que visassem especificamente discutir como a escrita da história deveria ser organizada e a partir de quais ideias e objetos deveria ser elaborada. E é a partir dessas formulações que a História se constituiria como campo e como disciplina escolar.

É no decorrer do século XIX que diversos intelectuais se preocuparam em demarcar o campo das Ciências Sociais, em um momento em que o pensamento científico era aclamado entre a intelectualidade. Nesse processo, a História também busca encontrar seu espaço dentro do universo científico, por meio do estabelecimento de teorias e metodologias que lhe confirmam o estatuto de ser uma Ciência. De uma forma geral, o produto dessas discussões é reconhecido como **Historicismo**, que tem como postulados primordiais a centralidade dos documentos escritos como meio para se chegar ao conhecimento da verdade dos fatos, o foco em grandes personagens e grandes feitos, a crítica à especulação interpretativa e a construção de uma história nacional.

## 1. A Escola Alemã: Leopold von Ranke e o método

Provavelmente você já leu o nome de *Ranke* antes, certo? O historiador alemão **Leopold von Ranke (1759-1886)** é um dos principais expoentes do historicismo, um dos mais importantes teóricos do período: sua obra serviu de base para a construção e o embasamento de outras correntes historicistas como a francesa e a inglesa. Sua busca por estabelecer a História como uma ciência, com teoria e método, dá-se em contraposição às produções e aos debates do século XVIII, mais especificamente às Filosofias da História produzidas pelo iluminismo e hegelianismo.



### Assimile

**As Filosofias da História:** No conjunto de temas sobre os quais se debruçaram os filósofos do setecentos, encontramos a preocupação com as origens do homem, seu papel no mundo e o futuro que o espera. Nesse sentido a história se torna um ponto de discussão privilegiado. Assim, iluministas construíram as próprias teorias históricas. Em linhas gerais, essas teorias estavam pautadas em ideias de progresso da humanidade rumo a um ideal ou a um destino preestabelecido (**teleologia**); operando com ideias da existência de um ser, ou uma força natural ou superior, mas sempre metafísica, que estabelecia um projeto para o homem desde a sua origem. Projeto esse que seria possível verificar pelo estudo de como as sociedades se desenvolveram ao longo da história. Assim como os iluministas, a teoria hegeliana era teleológica, prevendo que o mundo não estaria entregue ao acaso, existindo um fim, a saber, o progresso humano. Para que se chegue ao conhecimento histórico, **Hegel** propunha o uso da dialética, em que o objetivo seria guiar o Espírito à razão – que sempre existiu, mas que perdeu a consciência de si, de sua perfeição e só alcançará o progresso no desenrolar do tempo. Na dialética Hegeliana para o conhecimento histórico, o “ser” se constituiria na tese, a antítese seria o “não ser” e o “devenir” a síntese. Assim, o tempo é que dá ao Espírito a possibilidade de se conhecer, é por meio das ações humanas que ele realiza seus fins racionais.

Sua crítica está posta, principalmente, àquilo que se refere à construção de uma história por meio de abstrações. Ranke não renega ou recusa totalmente a Filosofia da História, mas tece críticas à História escrita por intelectuais que não se dedicam especificamente ao campo da História, ou seja, ela só pode ser feita por especialistas que se dedicam exclusivamente ao ofício de historiador. Também critica o pressuposto de que se pode conceber a História de uma sociedade a partir de conceitos preestabelecidos, os quais seriam os norteadores das escolhas dos dados utilizados como fontes para alcançar o conhecimento do que realmente aconteceu no passado, mas que na verdade operavam apenas com o objetivo de confirmar as teorias anteriormente elaboradas pelos filósofos.

Para o historicista alemão, além de ser feita por um profissional especializado, a história exigia um firme e sistemático trabalho de organizar, selecionar e analisar documentos que, em seu conjunto, permitissem situar as leis que possibilitassem fazer conhecer aquilo que realmente aconteceu no passado. Assim, em sua busca por estabelecer o campo teórico-metodológico do ofício do historiador, von Ranke acaba por construir a base de um método científico-analítico que, em certa medida, de forma remodelada, permanece até os dias atuais no que se refere ao trato das fontes. **Sua proposta procura fugir das análises especulativas**, subjetivas e moralizadoras, estabelecendo uma prática calcada em fórmulas científicas, objetivas e positivas (imbuídas de método lógico, afastando-se de especulações metafísicas e teológicas).

O historicismo de von Ranke está alicerçado na necessidade de uma análise intuitiva do documento, na percepção pelo sujeito – o historiador – direta e imediata de um objeto – o documento. Segundo Guy Bourd é e Herve Martin (1983, p. 114), ao construir sua teoria da História, Ranke estabelece a existência de cinco regras ou postulados que devem ser seguidos por aqueles que pretendem se especializar no estudo da história:

**1ª Regra:** O objetivo do historiador é o de dar conta do que realmente se passou, assim não compete a ele julgar o passado ou levar o conhecimento passado aos seus contemporâneos. Assim, o afastamento do historiador deve ser total, ele deve buscar a

neutralidade, uma vez que a principal preocupação do historiador é com a verdade contida no passado e não com o seu tempo presente.

**2ª Regra:** Não há nenhuma interdependência entre o sujeito – o historiador – e o objeto do conhecimento – o fato histórico. Não são as perguntas ou demandas do historiador que devem organizar a análise das fontes, o fato histórico deve ser analisado por si mesmo, por meio dos documentos, com o estabelecimento de hipóteses sobre o que realmente aconteceu, garantindo a imparcialidade na percepção dos acontecimentos.

**3ª Regra:** A história existe em si de forma objetiva, possui uma forma, uma estrutura definida que é diretamente acessível ao conhecimento. Ao historiador cabe reunir os vestígios necessários para que ela fique visível e possa ser acessada.

**4ª Regra:** A relação entre o historiador e o fato histórico deve seguir um modelo mecanicista: o historiador registra o fato histórico de maneira passiva, como um espelho que reflete a imagem de um objeto.

**5ª Regra:** A tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, encontrados em documentos seguros; a partir destes fatos, por si só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar. Qualquer reflexão metafísica e filosófica é inútil, mesmo prejudicial, porque introduz um elemento de especulação.

Assim, para Ranke a ciência positiva pode atingir objetivamente e fazer conhecer a verdadeira história. Como você pode concluir a partir da leitura das regras propostas por Ranke, para efetuar sua tarefa o historiador deve abandonar as especulações subjetivas e as tentativas de análises filosóficas, uma vez que os documentos falam por si mesmos. Nesse processo, deve ser aplicada a **Teoria do Reflexo**, em que o historiador ao ler e tratar um documento deve simplesmente registrar aquilo que está nos documentos, de maneira passiva, como um espelho que reflete um objeto. Deve-se, assim, desprezar o papel dos questionamentos colocados pelos historiadores às suas fontes e louvar o apagamento do historiador por trás dos textos.

## 2. O historicismo francês: A Revista Histórica e a Escola Metódica

Inspiradas nas propostas de Leopold von Ranke, pelo menos duas gerações de historiadores franceses implementaram, ampliaram e consolidaram o historicismo na França. Esses historiadores fundam a **Revista Histórica (1876)**, uma publicação que tinha como pressuposto a oposição à aristocracia, à monarquia e à Igreja Católica. Os seus membros destacaram-se nas universidades, nas Escolas Normais, nas Secretarias de Instrução Pública, dentre eles três merecem destaque: **Charles-Vitor Langlois** (1863-1929), **Charles Seignobos** (1854-1942) e **Ernest Lavisse** (1842-1922). A obra mais difundida de Langlois e Seignobos, a *Introdução aos Estudos Históricos* (1898), pode ser considerada como um manual para o ofício do historiador, contendo um discurso do método histórico científico, em que encontramos a máxima: "a história não passa de aplicação de documentos" (SILVA, 2005, p. 130). Já Lavisse empreendeu a monumental tarefa de produzir para a França uma ampla reprodução do passado nacional, contando com a colaboração de muitos de seus colegas da Escola Metódica, contabilizando 9 tomos de 17 volumes (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 107). Ernest Lavisse é considerado o principal responsável pela criação de uma história nacional francesa com fins didáticos, foi um profícuo autor de manuais de ensino, sendo uma figura fundamental não apenas para a constituição da história enquanto ciência, mas principalmente como disciplina escolar.

Entre os posicionamentos da Revista Histórica e de seus membros, destacam-se a indiferença e o desprezo à teologia da história e à filosofia da história. Assim, procura se afastar do providencialismo cristão, do progressismo racionalista e do finalismo marxista. Em Ranke encontram o embasamento para a construção de sua metodologia, apropriando-se de seus preceitos e modo de fazer a história – a Teoria do Reflexo é o ponto central de sua proposta de análise dos documentos –, proclamam a neutralidade e o afastamento de qualquer especulação. Segundo Bourdé e Martin, o historicismo francês apresentava diversas ambiguidades: se por um lado acreditava aplicar à risca o programa de Leopold von Ranke, proclamando a neutralidade, opondo-se às especulações, rejeitando a ideia de progresso linear positivista, por outro lado alia-se e apoia grupos políticos, estabelece querelas com a Igreja Católica e toma

para si a tarefa de construir o mito do Estado-Nação (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 112-116).

Como você pode verificar, caro estudante, essa última característica consolida uma das principais prerrogativas da Escola Metódica: colocar-se a serviço da construção de uma história nacional. Essa história se constituía com a demarcação de um fato histórico que lhe desse um ponto de origem, uma origem que também seria a do nascimento do sentimento de pátria, de pertencimento à nação e que se estenderia até culminar na Terceira República Francesa, que sintetizaria e centralizaria todas as características da grande nação. Dentro dessa proposta, **os manuais didáticos ganham grande destaque, uma vez que serão eles os responsáveis por construir ainda na infância o amor à pátria**, eles serão também o espaço para a divulgação do conhecimento histórico, um conhecimento que celebrava o culto aos heróis, que justificava – revestido de um discurso civilizador – a expansão francesa, que exaltava a República em contraposição à derrotada monarquia. Desta feita, a ciência histórica, que se pretendia imparcial, objetiva, acabava por se constituir em um discurso ideológico que servia aos interesses de um regime político.

### 3. A noção de crítica documental

Conforme você poderá concluir no decorrer da leitura desta seção, para a Escola Metódica ou Historicismo, a História se constitui em um intenso trabalho de narrar fatos, com destaque aos grandes homens e feitos, com atenção apenas nos aspectos políticos. Poderá ainda verificar que, para os historicistas, independentemente de sua nacionalidade, só se pode realizar o ofício do historiador por meio do acesso às fontes documentais. E neste momento, você deve se perguntar: o que seria **documento** para essa corrente historiográfica?

O historicismo parte do pressuposto que dentre todos os pensamentos e atos humanos apenas alguns poucos vestígios são preservados – mesmo esses são escassos e muitos não são duráveis e se perdem com o passar do tempo. Assim, para essa corrente historiográfica é correto afirmar que não há registro de todo pensamento humano, não deixando vestígios diretos ou indiretos. Essa característica apontada pelos historicistas implica que

toda sociedade, grupo ou indivíduo que não deixou registrado ou documentado algum vestígio está totalmente perdido para a história. Os poucos vestígios que foram deixados só podem ser reconhecidos nos documentos escritos, que são de duas categorias distintas: os testemunhos voluntários (cartas, decretos, correspondências, manuscritos etc.) e os testemunhos involuntários (manuais, listas estatísticas etc.).



### Refleta

Não se pode negar certo lugar de centralidade dos documentos escritos no trabalho de grande número de historiadores. Embora não sejam testemunhos daquilo que realmente aconteceu, representações expressas e inegáveis da verdade, os documentos escritos são vestígios e indícios do passado que permitem aos historiadores construir suas análises. Esse foco nos documentos escritos, no entanto, é algo que pode ser bastante perigoso para a observação que fazemos das mais diversas sociedades ao redor do mundo e suas formas de ser, estar e fazer história. A Escola Metódica postula que ao não deixar registros documentais escritos um grupo ou sociedade também está impossibilitado de possuir história. Reflita: quais as consequências dessa perspectiva de se entender o fazer-se do conhecimento histórico na leitura lançada sobre muitas sociedades indígenas e do continente africano? Esse princípio historiográfico não operou como um dos elementos justificadores do domínio imperialista? Não colaborou para o apagamento da historicidade de muitas sociedades que têm formas de manutenção da memória do passado diversas daquelas que têm a escrita como a tradição oral? Como abordar, nessa perspectiva, os **griots** (indivíduos responsáveis por preservar e transmitir as práticas, tradições e fatos históricos) em diversos lugares do continente africano?

Numa concepção restrita de documento, tanto os testemunhos involuntários quanto os registros materiais, arqueológicos, culturais são rejeitados como fontes históricas. Trata-se também de uma concepção estreita, uma vez que ao desprezar grande número de possibilidades documentais também limita as ambições do próprio campo científico. Nessa proposta, a história possuiria um número limitado de documentos e ao historiador caberia elaborar o inventário desses materiais disponíveis, a partir dos seguintes passos: o primeiro seria o de encontrar e reunir esses documentos; o segundo seria o

*salvar, registrar, classificar*; finalmente, em terceiro, deveria submeter esses documentos a uma série de operações analíticas. No terceiro passo se coloca o aspecto fundamental do ofício do historiador para o historicismo: a *Crítica documental*. Depois de identificados, salvos e catalogados os documentos devem passar por dois tratamentos: a **Crítica Externa** e a **Crítica Interna**. Ao desempenhar essas duas tarefas o historiador deve ter um método lógico, funcional e científico.

Na *Crítica Externa*, o historiador tem como objetivo estabelecer o documento como algo passível de ser tomado como uma fonte histórica, ou seja, nesse tratamento, deve ser examinada a *originalidade* do documento (se é original, se trata-se de uma cópia de um documento original ou se é uma mera falsificação); em seguida é necessário que se identifique qual o elemento, evento ou personagem principal a que ele se refere e estabelecer os pontos de referência em relação a esse elemento central para que possa construir a relação desse documento com outros que juntos permitam apreender o passado como ele realmente aconteceu. Como técnica para realizar essa primeira parte do trabalho, a Escola Metódica Francesa sugere que seja produzida uma “ficha” sobre cada página do documento, esse sistema de fichamento da fonte dá ao historiador o meio para seu trabalho, permitindo que atue com profundidade, que possa manipular facilmente suas anotações e seus materiais. É interessante destacar que esse sistema de fichas leva à prática de registrar em notas de rodapé as indicações de leituras realizadas pelo historiador.

Realizada a *Crítica Externa*, verificada a adequação do documento e em posse de suas anotações o historiador deve dar início à segunda operação analítica do documento, a *Crítica Interna*. O primeiro passo é o de retornar às fichas e completá-las com um resumo dos dados essenciais inscritos no documento, o que deve ser feito a partir de uma análise do conteúdo pautada na crítica positiva de interpretação para se certificar sobre o que o autor quis dizer. Aqui o historiador deve exercer a prática da **hermenêutica** – em sentido original hermenêutica é conceituada como “a arte de interpretar o sentido das palavras alheias” (AULETE, 1925, [s.p.]) – que geralmente impõe o recurso a um estudo linguístico para determinar o valor das palavras, uma vez que uma mesma expressão ou palavra pode mudar de sentido em lugares e épocas diversos.



Exemplificando, nos dias atuais é bastante recorrente o debate sobre como se referir aos descendentes dos africanos escravizados e trazidos para o Brasil no período em que a escravidão vigorou como sistema compulsório de trabalho. Termos como “preto”, “negro”, “afrodescendente” e “pardos” apresentam-se como os principais focos na discussão, enquanto, “de cor”, “crioulo”, “escurinho”, “moreno” “mulato” etc., em variados níveis, são tomados como pejorativos por suas relações com o racismo. Em sua relação com as fontes, um historiador da escravidão ao se deparar com uma carta de alforria produzida em 1874 com os termos “preto” e “crioulo” necessita, antes de tudo, buscar compreender que significados os termos possuíam no momento de produção de sua fonte. Nesse processo, tomaria conhecimento, por exemplo, de que o termo “preto” era empregado especificamente para se referir aos africanos escravizados ainda vivendo em cativeiro e o termo “crioulo” para filhos de africanos, que nasceram no Brasil, fossem ainda cativos ou libertos. Tanto para o historiador historicista quanto para um historiador nos dias atuais, compreender aquilo que o documento diz por meio do conhecimento dos significados e usos das palavras é essencial para a análise das fontes e para aquilo que deseja apreender do passado.

Outro aspecto importante da *Crítica Interna* aos documentos é interrogar-se sobre as **intenções** das pessoas que produziram os documentos, assim como acerca das **condições** em que o documento foi produzido. Deve-se, ainda, proceder uma operação sintética de análise do documento: para isso é necessário comparar vários documentos, relacionar e comparar aspectos diversos e isolados – como as condições naturais (geografia, o clima); as produções materiais (a agricultura, a indústria, o comércio); os grupos sociais (as famílias, os clãs, as profissões, as classes); as instituições políticas (o governo, a justiça, a administração) – reagrupando-os para criar quadros gerais que permitam fazer conhecer verdadeiramente o acontecimento que se estuda. Feito isso, o passo seguinte é manejar o raciocínio – quer pela dedução quer pela analogia – para proceder a relação dos fatos entre si e a partir disso preencher as lacunas da documentação. Todo esse processo exige que se realizem escolhas na massa de documentação e que se estabeleçam algumas generalizações, arriscando interpretar os fatos, mas sempre atento à (pretensa) manutenção da obrigatoriedade da neutralidade do

historiador, do comprometimento com o rigor científico, o apego aos acontecimentos. Como você poderá perceber ao longo desta disciplina, esse método foi diversas vezes modificado e ordenado sob novas perspectivas sendo discutido intensamente por historiadores dos séculos XX e XXI, mas, em sua essência, manterá a centralidade da fonte no ofício do historiador e a necessidade de se organizar e selecionar os documentos. As mudanças se darão pela forma em que as análises serão efetuadas, na ampliação do que se entende como documento histórico, nas perguntas que se fazem aos documentos e, principalmente, naquilo que se pretende como resultado do trabalho do historiador: abandona-se a busca pela objetividade e por uma verdade absoluta. Amplia-se o campo, retorna-se ao contato com outras ciências, o historiador muda sua relação com as fontes e com o passado a ser apreendido.

#### 4. As críticas ao Historicismo

Talvez a principal crítica ao historicismo seja a de ser ele historicizante, ou seja, focado apenas na contextualização, desconsiderando aspectos culturais, sociais e políticos do fato histórico. Os historiadores franceses fundadores da **Revista dos Annales**, **Marc Bloch** e **Lucien Febvre**, constroem sua leitura da história e do ofício do historiador em contraponto àquela da Escola Metódica. Segundo esses historiadores, entre outras coisas, a história historicizante ao focar sua atenção apenas em documentos escritos, desprezando os testemunhos involuntários, registros arqueológicos etc., perde um grande número de fontes que informam igualmente sobre a atividade humana. Ao tomar o documento como testemunho direto do passado, o historicismo desconsidera que eles não foram produzidos para os historiadores, operando a partir de lógicas diversas que não estão relacionadas à intenção de se registrar o pensamento humano para uso da história. Ao acentuar o acontecimento, o fato singular, verificado em um tempo muito curto, não lhe é permitido apreender a vida das sociedades e desvendar por meio de fatos regulares, repetidos que se desenvolvem ao longo de um recorte temporal mais extenso. Outra crítica está posta no mito das origens, na busca por se estabelecer o marco inicial para determinado acontecimento histórico.

Outra dura crítica por eles elaborada é apontar a Escola Metódica como *positivista*, o que, segundo Bourdê e Martin, é um erro, uma vez que ao contrário do que buscava o positivismo, o historicismo não tinha por objetivo a busca pela universalidade dos fatos, mas sim o estudo de fatos específicos. Intensamente marcado pela ideia de progresso, é uma filosofia da história firmemente determinista, que pretende ao mesmo tempo reconstruir o passado e prever o futuro (BOURDÊ; MARTIN, 1983, p. 112-116). Não se pode negar que o POSITIVISMO tenha sido uma influência para os historicistas, entretanto, em sua base a maior inspiração manteve-se nos preceitos de Leopold von Ranke e sua rejeição à ideia de progresso como algo linear, os fatos mantiveram-se centrais em suas análises, muitas vezes calcadas em generalizações, mas sempre factuais e presas ao acontecimento e não às leis universais e pretendendo-se fechadas às ideologias políticas e filosóficas.

Movimentos historiográficos posteriores reforçaram as críticas à Escola Metódica, retomando e ampliando aquelas dos *Annales*, indicando também a ambiguidade de suas propostas, registrando, por exemplo, que a pretensão científica do historicismo traduz uma opção ideológica, ao contrário do que pregava e acreditava, pode também ser estabelecida como uma filosofia, na medida em que imaginava ser capaz de conhecer a história como realmente ocorreu. Outra crítica é lançada diretamente à Teoria do Reflexo, uma vez que **a passividade e neutralidade são condições impossíveis ao historiador** no contato e na análise com as suas fontes, o historiador metódico opera uma seleção deliberada na massa de dados, para chegar àquilo que acredita ser a verdade dos fatos, ou seja, é obrigado a necessariamente descrever o passado a partir do presente, de suas escolhas.

Apesar de todas as críticas altamente fundamentadas, a Escola Metódica é de extrema importância para o entendimento e a constituição do ofício do historiador. Ao organizar o campo, criar o método, elaborar teorias para a construção do conhecimento histórico, inscreveu no campo das Ciências Humanas a História como disciplina autônoma e independente. Também estabeleceu formas de se fazer história que até os dias de hoje auxiliam o historiador no trato com suas fontes.



Para um maior aprofundamento em seus conhecimentos sobre a importante obra de Leopold von Ranke, leia os dois breves artigos que tem por objetivo compreender o papel desse historiador no interior da historiografia do século XIX e XX. Leia ainda o breve artigo de Cristiano Arrais sobre a Escola Metódica.

BARROS, José D' Assunção Barros. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 980-993, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/35976/18595>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MOREIRA, Viviane Venancio. Em busca de resultados sólidos: Leopold von Ranke e os raciocínios por indução em História. **Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, SBHC, p. 1-9, 2012. Disponível em: <[http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1345037330\\_ARQUIVO\\_MOREIRA,Viviane-Embuscaderesultadossolidos.pdf](http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1345037330_ARQUIVO_MOREIRA,Viviane-Embuscaderesultadossolidos.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2017.

ARRAIS, Cristino Alencar. A escola metódica e o conhecimento como problema. **Emblemas**, Catalão, v. 1, n. 2, p. 1-6, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/11389/7489>>. Acesso em: 15 set. 2017.

## Sem medo de errar

Voltemos ao nosso objeto disparador desta seção: após as leituras dos conteúdos aqui apresentados, você pode com segurança levar aos seus alunos algumas das discussões aqui empreendidas. Para responder às indagações sobre a veracidade dos fatos reproduzidos na obra cinematográfica, o primeiro conceito a ser articulado é o de “verdade” e talvez a melhor maneira de lidar com esse conceito em sala de aula seja problematizar a ideia, levar o aluno a refletir sobre o que é passível de ser admitido como verdade, como esse conceito opera no centro das discussões históricas. Nesse sentido, o historicismo nos demonstra os riscos de buscarmos tanto a verdade quanto a realidade dos fatos, uma vez que ao fazer isso ela desconsidera outros aspectos e documentos que poderiam permitir conhecer cada vez mais o passado. Para isso, a própria história de Homero pode ser utilizada como ponto de discussão: trata-se claramente de uma obra literária,

baseada em histórias oralmente transmitidas ao longo de séculos, sem compromisso algum com uma “verdade”, assim como não tem compromisso com a construção do conhecimento histórico, uma vez que não foi constituída objetivando a análise histórica, é uma obra que retrata o pensamento de determinada época, que carrega mitos, histórias e impressões filtradas pelo olhar de seu autor e que por si só não pode ser tomada como uma descrição do passado, mas que se constitui como documento histórico, na medida que nos permite compreender como as ideias e o mundo físico e metafísico se organizavam a partir do olhar de um indivíduo do período. Nesse momento, o mais importante é apresentar ao seu aluno o estatuto do documento, que não é um testemunho do passado, mas que nos permite seguir vestígios sobre esse passado, assim como o filme de Wolfgang Petersen é um documento histórico, não sobre a Guerra de Tróia, mas sobre a sociedade que o produziu, conforme está inserida em uma lógica social, econômica e cultural específica, realizada para um público-alvo com objetivos de mercado, contendo um discurso que é compreensível e compartilhado por indivíduos desse momento de produção. Aproveite para discutir com seus alunos como hoje é possível que essas duas obras tão diversas possam ser postas lado a lado enquanto documento histórico, o que não seria possível dentro do rigor e das premissas metodológicas dos primeiros historiadores profissionais. Pense como seria possível uma *Crítica Documental* de ambos; mesmo que seus alunos tenham acesso ao livro ele nunca será original, será sempre uma versão, que provavelmente passou por centenas, senão milhares de atualizações e modificações até chegar a eles, o filme seria para os metódicos, menos ainda, uma mera interpretação inconcebível como fonte por não se tratar de um documento escrito.

## Faça valer a pena

**1.** “Se o filósofo é capaz de deduzir os possíveis fenômenos da experiência a partir da onipotência de seu conceito prévio, então é evidente que ele não necessita de experiência alguma para realizar sua tarefa e, dentro dos seus limites, dar-se a liberdade de desconsiderar qualquer experiência – simplesmente *a priori* –, o todo do tempo e todas as épocas teriam de ser descritas a partir do mesmo *a priori*” (RANKE apud MARTINS, 2010, p. 204).

Sobre a relação de Leopold von Ranke e as chamadas Filosofias da História é possível dizer que:

- a) Embora o autor desconsidere parte do trabalho dos filósofos ele adota métodos estritamente filosóficos como o de se munir de um conceito previamente, para a partir dele estabelecer Crítica Documental.
- b) É uma relação de total distanciamento das práticas anteriormente propostas, especialmente com aquela do positivismo hegeliano, que propunha que o progresso das sociedades se dava independentemente de qualquer interferência metafísica.
- c) É uma relação estabelecida por meio da crítica à falta de profissionalismo, à aplicação de elementos metafísicos e à realização por meio de conceitos preestabelecidos que impedem uma análise científica dos fatos que compõem o conhecimento do passado.
- d) Embora seja reconhecido como um dos principais expoentes da Filosofia da História alemã, Leopold von Ranke criticava a forma como seus companheiros construíam a análise histórica a partir de conceitos previamente estabelecidos, que segundo ele acabavam por serem os selecionadores dos dados que só serviam como comprovação da efetividade desses conceitos.
- e) Trata-se de uma relação de afastamento teórico, matizada pela recusa de von Ranke em tomar a neutralidade como parte do método para se atingir o conhecimento daquilo que realmente aconteceu no passado, uma vez que para ele seriam apenas as interpretações pessoais dos historiadores a partir de análises de acontecimentos factuais e imediatos que comporiam o passado.

**2.** “Todavia, a escola dos ‘Annales’ não coloca a questão da objetividade em história; não nota a discordância, a incompatibilidade entre o voto da neutralidade e o preconceito político da escola metódica.” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 115).

Sobre a ambiguidade da Escola Metódica Francesa escolha a alternativa correta:

- a) A ambiguidade estava posta no interior da Revista Histórica, em que os membros se dividiam entre republicanos e monarquistas.
- b) Inspirada pela obra de Augusto Comte, a Escola Metódica criava uma ambiguidade ao rejeitar de forma contundente as ideias centrais desse pensador, a saber, o progresso e a ordem.
- c) Embora inspirada em Leopold Von Hanke, a Escola Metódica Francesa ampliou a noção de fontes, assim como a intervenção especulativa do historiador no trato com elas.
- d) Por ser positivista a Escola Metódica, em sua busca por análises especulativas, torna-se ambígua ao se colocar a serviço do Estado.

e) Ao se pretender neutra e objetiva, a Escola Metódica apresenta ambiguidade por ter uma proposta de alinhamento no âmbito da construção de uma História Nacional a serviço da República Francesa.

**3.** “A atenção central à ‘fonte de época’, e a uma metodologia que a permitisse abordar com maior precisão, constituiu o vértice de partida do ideário historicista, cumprindo notar que os historicistas sempre insistiram acertadamente em fazer notar que esta atenção às fontes deve ser acompanhada pela consciência de que qualquer documento ou texto foi um dia produzido por seres humanos sujeitos a contextos históricos e interesses específicos.” (BARROS, 2013, p. 978).

A metodologia a que se refere o autor é conhecido como Crítica Documental, que está dividida em dois passos que buscam respectivamente:

- a) Atestar a originalidade do documento e realizar uma análise daquilo que foi dito, por meio de diversos recursos metodológicos.
- b) Realizar a validação do documento enquanto fonte e empreender uma análise especulativa daquilo que está dito.
- c) Atestar a veracidade do que está escrito e relativizar a originalidade dos fatos.
- d) Realizar a análise dos significados das palavras do documento e atestar a originalidade por meio de recursos fornecidos pela ciência positiva.
- e) Conferir o atestado de originalidade do documento e realizar uma análise pautada na hermenêutica para garantir a veracidade do documento enquanto fonte.

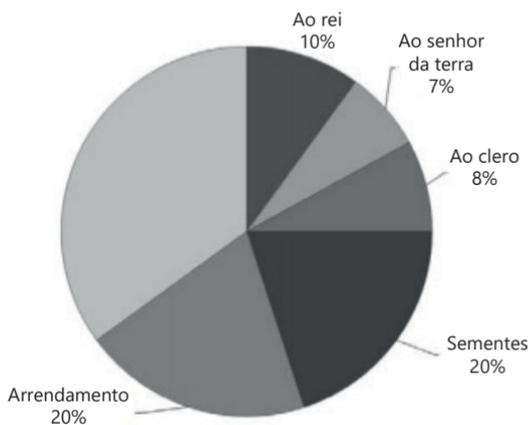
## Seção 1.3

### O dado serial, história quantitativa e econômica

#### Diálogo aberto

Para o professor/historiador, o documento é algo de importância fundamental: ele é o ponto de partida para as indagações e interpretações que se constroem acerca do passado. Mas o entendimento de um determinado documento pode passar, muitas vezes, pela compreensão de um dado estatístico – ele próprio resultado da análise de outras fontes, em série. Assim, ao trabalhar a Revolução Francesa com seus alunos do 8º ano do ensino fundamental II proponha uma discussão a partir de um gráfico produzido por uma pesquisa serial:

Figura 1.1 | Custos dos camponeses franceses, em percentual da colheita, às vésperas da Revolução



Fonte: <<http://www.comvest.unicamp.br/vest2013/F2/provas/ciening.pdf>>, p. 14. Acesso em: 13 ago. 2017.

Como você discutiria, a partir desse gráfico, as seguintes questões: Como esse gráfico auxilia a leitura de outras fontes do período? Como se constrói um quadro como esse e quais fontes foram utilizadas? Como e por que os historiadores constroem gráficos?

Entretanto, para que o professor possa dominar as respostas para essas perguntas em sala, ele precisa buscar entender as soluções para outros questionamentos teóricos essenciais e anteriores: quais metodologias e historiografias valorizaram o dado estatístico ao ponto de torná-lo elemento básico de tantas análises? Como a pesquisa serial e o método científico do historiador conseguem se converter em um simples gráfico e que tipo de informação ele pode carregar? Que relações a constituição da ciência histórica estabelece com as leituras da história ainda presente em nossos dias?

## Não pode faltar

Em nossa prática docente, muitas vezes nos deparamos – seja em nossos livros didáticos, seja em provas de vestibulares e outras formas de avaliação coletiva, seja quando buscamos documentos e materiais de apoio na internet – com gráficos e tabelas que geralmente exigem um bom exercício para a compreensão. Quantos professores como nós não se perguntaram por que tantos gráficos e tabelas em nossa área do conhecimento? Bem, caro aluno, nas páginas que seguem temos a proposta de demonstrar como, a partir de influências e tendências de análises diversas, a economia, a estatística, a seriação e a matemática em si se constituíram e se constituem ainda em instrumentos importantes para o trabalho do historiador.

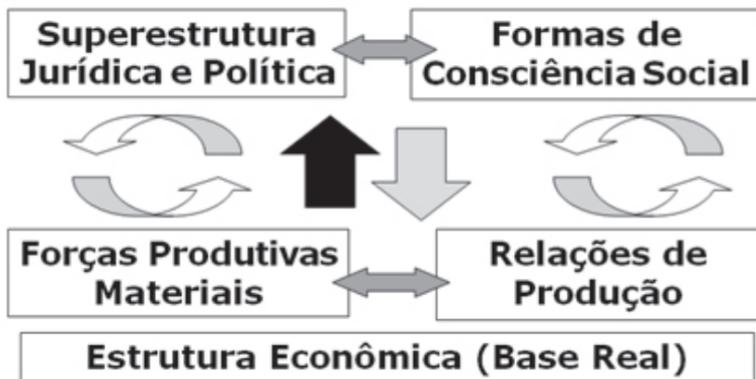
### 1. Infraestrutura e superestrutura: materialismo histórico como ponto de partida para uma história econômica

O estudo da história por meio de dados seriais, de uma história quantitativa e econômica, não pode ser compreendido sem se conhecer minimamente as principais premissas do **Materialismo Histórico**, herdeiro das conclusões de **Karl Marx** (1818-1883) sobre o papel das mudanças no campo econômico no desenrolar da história. Influenciado pela obra de **Georg Hegel** (1770-1831), o filósofo alemão assume que o direito protege a propriedade, na medida que as relações jurídicas não estão pautadas no espírito humano ou em ideias, mas sim nas condições de existência material. Em linhas gerais, para Marx as forças produtivas é que regem aquilo que se funda como

sociedade, definindo suas regras e elaborando o Estado. Essas forças produtivas não são simplesmente materiais, mas também humanas, envolvendo relações de produção, que remetem às relações sociais que os homens estabelecem entre si a fim de produzir e dividir os bens produzidos.

Segundo Karl Marx, em seu prefácio à **Contribuição à Crítica da Economia Política** (1859), não é possível se entender as relações jurídicas ou as formas do Estado por si mesmas, nem por uma pretensa evolução geral do espírito humano. Na leitura marxista elas estão baseadas nas condições materiais de vida. Partindo dessa premissa, Marx estabelece que em sua produção social os homens acabam por construir relações necessárias e independentes da sua vontade, pois estas correspondem a relações de produção alinhadas à determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. É o conjunto dessas relações que forma a estrutura econômica da sociedade, a **infraestrutura**, a base real sobre a qual a **superestrutura** política e jurídica será construída, correspondendo às específicas formas de **consciência social**. Assim, o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual dentro de uma organização social.

Figura 1.2 | Relação entre Infraestrutura e Superestrutura



Fonte: elaborada pelo autor.



Pensemos em termos marxistas na sociedade Francesa Feudal: o que temos é um sistema em que as relações estão pautadas em ideias de direitos e deveres, proteção e obediência entre senhores, vassalos e servos, com certo isolamento dos feudos e com grande força dos poderes locais. Pela construção marxista se chega a essa descrição da sociedade observando-a a partir dos dois elementos:

**Infraestrutura:** as forças produtivas, por exemplo, a agricultura praticada nos feudos, em que senhores se apropriam de parte da produção de seus servos, a partir de determinadas relações de produção como as obrigações: banalidade, corveia, mão morta etc.

**Superestrutura:** são as instituições jurídicas, políticas e formas em que a estrutura de governo se dá a partir dessa infraestrutura, ou seja, o fortalecimento dos senhores em detrimento do poder dos reis, a organização de exércitos e de burocracias internas nos feudos e a forma como essas instituições se relacionam com os outros locais e senhores.

Assim, o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual dentro de uma organização social. Não é a consciência do ser humano que o determina, mas seu ser social que determina sua consciência. Dessa forma, mudanças dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais podem abrir uma época de revolução social, na medida que com a alteração da base econômica, modifica-se toda a imensa superestrutura construída sobre ela. A dita consciência social é o que nos permite, enquanto historiadores, compreender como as sociedades mantêm as relações de poder e, embora difícil de ser precisada de forma sistematizada, pode ser verificada em expressões literárias e filosóficas, doutrinas religiosas e criações artísticas. Para Marx essas manifestações da consciência social são as **formas ideológicas** que garantem a manutenção da sociedade dentro de determinado sistema econômico.

Em linhas gerais o **Materialismo Histórico** compreende a organização das sociedades a partir de duas formas de se observar as relações estabelecidas entre infraestrutura e superestrutura.

a) Bipolarização: infraestrutura econômica e superestrutura ideológica. Nessa forma de se analisar a sociedade a proposta é a de

verificar as ligações entre os dois polos para compreender como se constitui a arquitetura da sociedade.

b) Escalonamento: na base, encontram-se as forças produtivas sobre as quais se assentam as relações econômicas, que suportam as relações sociais, que submetem as instituições políticas que dão forma aos discursos ideológicos. Nessa forma de análise nada impede que se distinga andares intermediários, assim, a leitura da sociedade é dada em forma de escalas.

Cria-se uma teoria da história marcadamente voltada para pensar a sociedade a partir de seus elementos econômicos, sempre postos em estruturas que permitem a compreensão do passado. Como se deu com diversas correntes de pensamento, o Materialismo Histórico possui várias vertentes que propõem visões mais ou menos mecânicas dessas relações estabelecidas dentro da estrutura. **Louis Althusser** (1918-1990), por exemplo, estabelece uma análise menos mecânica, mostrando que cada um dos níveis é, ele mesmo, estruturado, portanto, relativamente autônomo, compreendendo que há uma relação de duplo sentido da infraestrutura para a superestrutura e da superestrutura para a infraestrutura, mas em última instância é sempre a economia que determina como se dá esse sentido. Dessa forma, o conceito central da compreensão da sociedade proposta por Karl Marx, **o modo de produção**, é uma estrutura ao mesmo tempo *determinada* e *determinante*. Cada modo de produção põe em presença uma classe dominante, que possui o modo de produção e confisca uma fração do trabalho de outrem, e uma classe dominada que só tem sua força de trabalho e só dispõe de uma parte do valor produzido.

Outra ideia central para a construção da história marxista, que em grande medida influenciaria correntes de histórias pautadas em análises econômicas, **é a luta de classes**. É importante ressaltar que Karl Marx não inventou o conceito de classe, uma vez que desde o século XVIII, no calor da Revolução Francesa, já se falava em eliminar as várias classes existentes naquela sociedade, assim como no início do *oitocentos*, pensadores como **Saint-Simon** (1760-1825), que estabelecia que a classe industrial deveria estar acima das classes trabalhadoras. Do mesmo modo, nas décadas seguintes podemos encontrar nas obras de **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865), entre

outros, as sociedades observadas a partir de conceitos como “classes possuidoras”, “classes médias” “classes laboriosas”. No entanto, embora não tenha inventado o conceito, Karl Marx faz uma utilização própria e coloca-o no centro do seu sistema de pensamento e no centro da compreensão do que é história.

## 2. História quantitativa e a apropriação dos dados seriais

Como você poderá perceber, a **História Quantitativa** e o **Dado Serial** estão ligados de forma bastante profunda à criação de formas de se pensar e se fazer história no decorrer do século XIX. As modificações econômicas, sociais e políticas, ocorridas como desdobramentos da industrialização, colocam a necessidade de se compreender a nova sociedade que se constitui e, assim, sociólogos, filósofos, literatos, historiadores e outros intelectuais buscam produzir teorias que expliquem essa nova realidade. Um campo bastante importante para a compreensão de nosso tema nesta seção é o da Economia, que por meio de análises estatísticas, especialmente aquelas voltadas para as modificações de preço e de padrão de vida, criam aquilo que se convencionou a chamar de uma **Economia da História**. É esse campo que vai construir a base para o desenvolvimento posterior de uma história que teria como objetivo principal realizar uma análise quantitativa do passado. Dessa forma, o dado quantitativo seria colocado no centro de análises de diversas Ciências, especialmente por seu estatuto de comprovação empírica e exata.

A **História Quantitativa** nasce em momento específico no interior da Escola dos Annales, sendo motivada pelo contexto em que seus principais expoentes estiveram envolvidos. Seria no campo econômico, partindo da história dos preços, que a revolução quantitativa e sua apropriação do uso de dados seriais foi sentida com maior expressividade e da economia se encaminharia para a história social com foco nas análises populacionais, chegando à história cultural, especialmente no campo da religião e das mentalidades. Neste tópico trataremos especificamente da história quantitativa e de suas formas de lidar com os problemas postos pelos historiadores, principalmente aqueles da chamada **2ª Geração dos Annales**.

Economistas e outros pensadores sociais desde as últimas décadas do século XIX procuraram entender a sociedade por meio de pesquisas baseadas em análises quantitativas, principalmente no campo conhecido como a **História dos Preços**, mas seria após a década de 1930 – motivadas pela quebra da bolsa de Nova Iorque, pela hiperinflação alemã e pela grande depressão norte-americana – que essas análises se ampliariam e ganhariam força entre os historiadores. A **1ª Geração dos Annales** (Marc Bloch e Lucien Febvre), embora tivesse grande interesse no campo econômico, não deu a mesma importância às fundamentações de Karl Marx. Seria na geração seguinte, mais marcadamente com **Ernest Labrousse** (1895-1988), que o marxismo penetraria no grupo dos Annales. Este historiador introduz toda uma nova metodologia de construção do conhecimento histórico pautada em métodos estatísticos, saturamento de gráficos, tabelas de movimento de longa duração e ciclos de curta duração, crises cíclicas e interciclos. Sua proposta era a de mensurar tendências e crises econômicas como precondições para mudanças sociais. É, sobretudo, a partir desse historiador que a conexão entre os estudos econômicos e históricos passa a ser sentida de forma efetiva e que se cria um novo modelo de **História Econômica**, que acabaria por abrir campo para desdobramentos em outras áreas como a da *História Demográfica*, da *História dos Livros* e da *História Social*.

É importante ressaltar a grande contribuição da operação, realizada pelos historicistas do século XIX, de disponibilizar o maior número de documentos possíveis catalogados. Com esse trabalho, os documentos estavam acessíveis em arquivos e outras instituições, organizados e prontos para o uso de historiadores, estatísticos, economistas e outros profissionais. Desta feita, grandes massas de documentos permitiram a construção de análises aos historiadores da primeira metade do século XX, que desenvolveram trabalhos a partir da quantificação dos mais variados temas.

Assim, durante décadas (de 1930 a pelo menos 1970), centenas de trabalhos foram produzidos tendo como base compreender como a sociedade se estruturava a partir de seus aspectos econômicos, utilizando para isso séries de documentos como censos, documentos comerciais, inventários *post mortem*, testamentos etc. Outro elemento a ser inserido no campo da História Quantitativa foi

a abordagem comparativa, na qual se destaca o historiador francês **Pierre Chaunu** (1923-2009), que construiu uma análise comparativa entre França, América e China, com foco em registros de tonelagem, mercadorias e trocas comerciais. Todas essas pesquisas produziram um vasto conhecimento sobre os aspectos econômicos das sociedades, mas também sobre outros como a conjuntura social e a demografia populacional.

A *História da população* é a abordagem mais importante e recorrente da *História Quantitativa* após a *História dos Preços*. Motivada pela consciência da explosão populacional mundial, na década de 1950, essa historiografia buscou compreender a sociedade para além do aspecto estritamente econômico, lançando seu olhar, por exemplo, sobre as formas como as famílias se organizam e se adaptam após tempos de grandes crises. Para isso utiliza-se o método da *reconstrução familiar*, com base em registros de nascimentos e mortes, da investigação da movimentação da população em determinada região, do estudo de casos de famílias ou grupos. Essas pesquisas desdobram-se em uma **História Demográfica**, que até os dias de hoje tem como foco principal compreender os padrões de permanência, deslocamentos e relações estabelecidas por populações em vários momentos históricos e em locais também diversos.



### Refleta

Quando observamos nossos livros didáticos vemos, em sua maioria, uma divisão da história do Brasil a partir de ciclos econômicos. Por mais que nos livros as mudanças na forma de organização política também apareçam, a narrativa costuma criar uma *história colonial dividida em dois grande ciclos*, o da **cana-de-açúcar** e o do **ouro**; uma *história imperial cafeeira* – mesmo quando o **café** ainda não era o principal produto – e todo o restante, da escravidão à queda do sistema de governo, aparece diretamente ligado aos problemas do café –; e, finalmente um *Brasil republicano e industrializado* ou pelo menos em busca dessa marca da modernidade.

Você já pensou o quanto dessas divisões dizem respeito a estudos inspirados no Materialismo Histórico e na História Econômica embasada na análise de séries de documentos que estabelecem a permanência de padrões nas relações comerciais, políticas e sociais? Você já refletiu

que ao se estabelecer uma história quantitativa, com base em dados econômicos, é possível construir esse tipo de padrão e estabelecer ciclos que parecem estruturados de tal forma que **não** se permite a observação de aspectos específicos para além dos dados utilizados na demarcação desses ciclos?

### 3. Os dados seriais: a história serial e outras possibilidades de análises

Em sua longa trajetória, a história quantitativa, ao realizar a junção ou justaposição entre os movimentos de preço e da população, mostra as consequências humanas de uma modificação econômica. Como resultado, muitos historiadores buscaram compreender mais que o dado econômico partindo para análises com foco em aspectos jurídicos, sociais etc. Pode-se demarcar a década de 1960 como momento em que oficialmente a *História Quantitativa* se liga à *História Social*, sendo o primeiro campo dessa junção a *demografia social*. Busca-se nesse momento compreender os ciclos dos acontecimentos, as adaptabilidades das populações e as mudanças nos padrões de casamentos. E para isso o estudo regional a partir de dados seriais se torna fundamental. Por pelo menos mais uma década essa história ainda se manteria entre a estrutura econômica e a conjuntura social, e seria a partir da década de 1970 que a história quantitativa perderia campo e seria substituída por vertentes que manteriam a busca por séries documentais, mas agora por meio de novas propostas criando uma História Serial. Nessa nova forma de se fazer história busca-se a serialização de dados, a identificação de aspectos comuns para a construção de padrões, sem perder de vista as diferenças que podem apontar para aspectos destoantes daqueles estabelecidos como centrais, permitindo estudos de personagens aparentemente periféricos e descobertas de nuances que acrescentem e demonstrem a variabilidade do processo histórico. Em resumo, essa nova forma de se utilizar dados seriados pode ser o ponto de partida para a problematização de ideias como as propostas pelo *Materialismo Histórico* – de uma sociedade compreendida pelas relações entre a infraestrutura e a superestrutura –, pela *História Quantitativa* – que lê a sociedade a partir daquilo que pode ser contado, mensurado – e

pela *História Econômica* – com seu foco nas mudanças dos ciclos econômicos ou dos modos de produção.



### Assimile

A **História Quantitativa** tem como proposta observar a sociedade por meio de construções quantitativas e numéricas, de valores que podem ser medidos, contados, por isso serve tão bem à História Econômica. Assim, suas conclusões são desdobramentos de estudos estatísticos, sínteses de dados por meio de tabelas e gráficos, que muitas vezes são bastante complexos trazendo curvas de dados, logaritmos e outros recursos matemáticos.

A **História Serial** pode ser entendida como aquela realizada a partir de determinados tipos de fontes que, por terem sido produzidas de forma seriada (fontes do mesmo tipo, como testamentos, inventários, processos cíveis e criminais etc.), permitem mapear padrões, ou a inexistência deles, em um recorte espacial e temporal. Muitos são os campos historiográficos que fazem uso desses tipos de documento para construir interpretações qualitativas das sociedades, grupos ou regiões que analisam.

Como você pôde concluir, o dado serial é um elemento comum em várias correntes historiográficas do século XX, permanecendo ainda hoje como um espaço privilegiado para o trabalho do historiador. O uso de fontes em séries, seja para uma análise econômica, quantitativa ou qualitativa é uma possibilidade constituída a partir da mudança da ideia que se tinha sobre o que era o documento e a relação entre o historiador e esse documento. Ao se propor o abandono da ideia de um documento como testemunho do passado que por ele só poderia levar-nos àquilo que realmente aconteceu, abriu-se o precedente para que se observassem documentos diversos para construir interpretações do passado, documentos que muitas vezes são produzidos a partir de padrões e em série. São esses documentos que permitem, por exemplo, que historiadores da escravidão verifiquem a incidência de casamentos entre escravos e estabeleçam análises que demonstram padrões de constituição de famílias, permanência em localidades rompendo com ideias preconcebidas como a da promiscuidade negra, da inexistência de famílias escravas ou, ainda, da separação constante de pais e filhos. Estudos como

esses se inserem no campo da *História Social*, que é um dos campos historiográficos que se servem da *História Serial*, outro campo é a *História da Alfabetização* que, por exemplo, por meio de assinaturas ou declaração de ter mandado escrever o testamento, o registro de casamento ou outros documentos cartoriais consegue mapear em determinadas localidades padrões de instrução e alfabetização. A *História do Livro e da Leitura* também se servirá desse campo da história e, por meio da análise de séries de documentos como fluxo de produções, distribuição, relatórios de editores, correspondências, busca estabelecer as tendências e hábitos de leitura e consumo de livros em diferentes grupos sociais.



### Pesquise mais

Agora que você terminou a leitura desta seção, convidamos você a ampliar suas leituras e conhecimentos sobre o tema com as discussões: BARROS, José D'Assunção. História serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **Hist. R.** Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-216, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/21693>>. Acesso em: 16 set. 2017.

PEREIRA, Luciana Lambert. História Econômica: algumas questões metodológicas". **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, p. 1-6, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0594.pdf>> Acesso em: 16 set. 2017.

### Sem medo de errar

Agora que você chegou ao fim, não apenas desta seção, mas de nossa primeira unidade, você pode desenvolver com segurança discussões sobre algumas das diversas formas de lidar com os documentos propostas ao longo dos séculos XIX e XX. Retornando ao gráfico sobre as distribuições das taxas cobradas sobre os trabalhos dos camponeses, você pode demonstrar como as porcentagens de colheitas ali apresentadas como entregues a diversos estratos da sociedade ajudam a compreender a forma como essa sociedade se organizava. Afinal, em que saber da colheita e das proporções da produção e apropriação nos ajuda a conhecer os padrões de vida

e de sobrevivência de determinado local no tempo? A resposta a essa indagação pode, em grande medida, nos ser dada pela História Econômica e pela História Quantitativa: a leitura de gráficos e tabelas nos ajuda a verificar padrões que interferem nas relações sociais e pessoais. Para o caso específico do momento da Revolução Francesa é possível perceber como a imensa carga de impostos tornava a população camponesa mais suscetível a apoiar mudanças nas relações de poder ali estabelecidas e, para isso, as ideias de revolução a partir das lutas de classes e das mudanças na estrutura e conjuntura da sociedade são de extrema importância. Por outro lado, o próprio gráfico pode servir de ponto de partida para a discussão sobre outros elementos que impulsionam o “motor da história”, como a circulação de ideias, que poderia ser medida por um estudo sobre a leitura no período, sobre a alfabetização. Um exemplo disso seria pensar como e quando essas formas de cobranças de impostos se tornam mais duras e quando passam a ser entendidas pela população como abusivas, saindo da lógica de um retorno ao senhor e protetor e passando para o campo da injustiça, em que se onera quem menos tem para sustentar os que estão no topo da pirâmide social. Os dados quantitativos aliados a estudos sociais e de circulações de ideias – permitidos pelo uso de séries documentais – permitem-nos uma apreensão maior do passado, na medida em que colocam em evidência mais de um aspecto da sociedade ou grupo a ser estudado. Assim, com diversas correntes historiográficas que ao longo do tempo se contestaram, alteraram e, mesmo, completaram-se, o trabalho do historiador contemporâneo é o de se apropriar dessas diversas formas de utilizar as fontes e chegar a interpretações do passado a partir de suas perguntas e inquietações. A forma como tratamos os documentos foram ampliadas, algumas como tomar o documento como testemunho são largamente rejeitadas e caíram em desuso, mas os métodos científicos, a observação estatística, quantitativa e serial em muito continuam a contribuir para que compreendamos determinados aspectos de um mesmo processo histórico.

Finalmente, caro estudante, é preciso esclarecer que independentemente das escolhas teóricas do historiador é fundamental que, em sala de aula, ele seja capaz de explicar não apenas as informações de uma tabela ou gráfico, mas que esses dados também são resultantes de um determinado método e perspectiva da ciência

histórica. Esse tipo de quadro estatístico, portanto, não constitui uma explicação completamente objetiva do passado ou uma informação “neutra”, porque, como já vimos, são os historiadores do presente que selecionam, serializam e interrogam suas fontes. Nem a fonte nem o passado *falam* conosco: é o historiador, a partir das práticas de seu ofício, que constitui uma explicação. Mais uma vez, portanto, reafirmamos a importância do conhecimento dos princípios básicos dos diferentes métodos da historiografia para qualquer profissional da área.

## Faça valer a pena

**1.** “Nas sociedades rurais do Ocidente medieval são relações de produção: o âmbito do domínio senhorial, com a repartição das terras entre as reservas e as dependências do feudo, o sistema do trabalho gratuito, o recebimento das taxas e das ‘banalidades’; mas também os diversos estatutos dos camponeses – servos, forros, colonos proprietários de alódios – e a organização da comunidade aldeã, com a rotação das culturas, os pastos incultos, as charnecas, e os bosques comunais. Nas sociedades industriais do Ocidente são relações de produção: a propriedade dos capitais, autorizando a tomada das decisões, a escolha dos investimentos, a divisão dos lucros; tal como o funcionamento das empresas, com a hierarquia do pessoal, a disciplina da oficina, a ordenação das normas e dos horários; e a situação dos operários, variando segundo a grelha dos salários o processo de emprego de despedimento, a importância dos sindicatos.” (BOURDÉ; MARTIN, 1990 [1983], p. 154-155).

Partindo de uma leitura da História Econômica e considerando o materialismo histórico, é correto afirmar que as relações de produção apresentadas no trecho somadas:

- a) Às instituições jurídicas e políticas constituem a infraestrutura de uma sociedade.
- b) À consciência social constituem a superestrutura de uma sociedade.
- c) Às forças produtivas constituem a superestrutura de uma sociedade.
- d) Às forças produtivas constituem a infraestrutura de uma sociedade.
- e) À consciência social constituem a infraestrutura de uma sociedade.

**2.** “No interior da história da Escola dos Annales, a História Quantitativa terá o seu próprio ritmo e as suas próprias balizas cronológicas – quebrando-se a periodização através da qual se costuma historiar este movimento em três gerações bem definidas – isto porque, depois de emergir sob o contexto da crise econômica de 1929, e acompanhar as duas gerações iniciais de annalistas (a de Bloch e a Braudel), a nova modalidade consolida-se entre os anos 1945 e 1975 (seu período áureo), para depois, a partir dos anos 1980, perder a majestade que reteve durante tantos anos no universo de metodologias praticadas pelos historiadores dos Annales e também de outras correntes historiográficas. Em compensação, uma ‘história serial’ desligada do quantitativo começa desde os anos 1970 a se apresentar como uma das abordagens possíveis para um novo campo histórico que estava então surgindo, a História das Mentalidades.” (BARROS, 2012, p. 204-205).

A partir do texto citado e dos conteúdos apresentados nesta seção, podemos concluir que:

- a) A História Quantitativa e a História Serial, que nascem como desdobramentos de uma Economia da História, contribuem para as marcações temporais das três gerações da *Escola dos Annales*, por representarem momentos de fechamento de ciclos historiográficos.
- b) Nascidas dos desdobramentos de uma Economia da História, a História Quantitativa e a História Serial desenvolveram-se no interior da Escola dos Annales alterando-se e sobrepondo-se em vários momentos a outras correntes e formas de fazer história, criando métodos e ampliando seus objetos.
- c) A História Quantitativa e a História Serial desenvolveram-se no interior da Escola dos Annales a partir da rejeição a métodos e elementos do Historicismo e do Materialismo Histórico.
- d) A História Quantitativa e a História Serial foram agregadas pelos historiadores da Escola dos Annales e transportadas para o estudo das Mentalidades e das Subjetividades, contribuindo, por meio da quantificação, para um melhor conhecimento das tendências econômicas e culturais dessas duas correntes.
- e) O Materialismo Histórico desdobrar-se-ia em dois novos campos, a História Quantitativa e a História Serial, desenvolvidos no interior do Historicismo, essas duas novas vertentes seriam alteradas e se agregariam a outras, por meio da criação de novos métodos voltados para os estudos das mentalidades.

**3.** “Demografia histórica e História demográfica – A história da população foi a segunda grande conquista da abordagem quantitativa, depois da história dos preços. O surgimento da história quantitativa deu-se na década de 50, e isso se deve à consciência da explosão populacional mundial, da mesma forma que a história dos preços na década de 1930 está intimamente relacionada ao craque financeiro. O desenvolvimento dessa área de estudo foi, pelo menos na França, o resultado do trabalho conjunto de demógrafos e historiadores.” (BOURDÉ; MARTIN, 1990 [1983], p. 77).

No trecho em destaque podemos verificar uma característica da História Quantitativa que é muito relevante ao trabalho do historiador até os dias atuais. Que característica é essa?

- a) A manutenção dos métodos estabelecidos pela Escola Metódica.
- b) A busca por manter o campo da História isolado de outros campos do conhecimento.
- c) A interdisciplinaridade, que nos permite ampliar métodos e formas de se apreender o passado.
- d) A História Quantitativa como meio para a construção da história total e apreensão objetiva do real.
- e) A recusa do diálogo com outras áreas do conhecimento que acabam por retirar a essência do conhecimento histórico.

# Referências

ARRAIS, Cristino Alencar. A escola metódica e o conhecimento como problema. **Emblemas**, Catalão, v. 1, n. 2, p. 1-6, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/11389/7489>>. Acesso em: 15 set. 2017.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Lisboa [Portugal]: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br/>>. Acesso em: 7 de out. 2017.

BARROS, José D'Assunção. História serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **Hist. R.** Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-216, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/21693>>. Acesso em: 16 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 980-993, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/35976/18595>>. Acesso em: 11 set. 2017.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito história**. Obras Escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 2. ed. Porto: Europa-América, 2010.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 2. ed. Porto: Europa-América, 1982.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1992.

LÖWY, Michael. Uma filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 199-206, ago. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000200013&lng=pt\\_BR&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200013&lng=pt_BR&nrm=iso)>. Acesso em: 16 set. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MOREIRA, Viviane Venancio. Em busca de resultados sólidos: Leopold von Ranke e os raciocínios por indução em História. **Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, SBHC, p.1-9, 2012. Disponível em: <[http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345037330\\_ARQUIVO\\_MOREIRA,Viviane-Embucaderesultadossolidos.pdf](http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345037330_ARQUIVO_MOREIRA,Viviane-Embucaderesultadossolidos.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2017.

MARTINS, Estevão Rezende (org.) **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

PITTA, Fernanda Mendonça. **O historiador da vida moderna**: uma história da cultura em Walter Benjamin. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

RANKE, Leopold von. O Conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão Rezende (Org.) **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202-216.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 127-166, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100006>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 3, 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



# A história repensada: os excluídos da história

## Convite ao estudo

Caro aluno, iniciamos aqui mais uma unidade de nossa disciplina. Como você pôde verificar na unidade anterior, o estudo da historiografia é algo que não apenas nos possibilita conhecer o que já foi dito, escrito e produzido por e sobre outros historiadores, mas, principalmente, que nos ajuda a definir os encaminhamentos que pretendemos dar às nossas próprias aspirações enquanto historiadores. Agora que você já teve contato com as primeiras discussões que analisam nosso campo de atuação e nosso ofício, por meio de uma leitura que não foi fácil e exigia uma prática de estudos e pesquisas constantes, convidamos você a ampliar ainda mais seus conhecimentos e habilidades. Sem deixar de lado as discussões sobre a prática de nosso ofício, a proposta para esta unidade é a de trazer para o palco novos atores, que as correntes históricas estudadas até o momento não privilegiaram. Trata-se de afastar-se de uma história focada na elite, baseada em análises de documentos oficiais, produzidos pela e para a elite e verificar como os estudos dos subalternos, dos excluídos e marginalizados adentrou o campo historiográfico identificando esses novos personagens como agentes históricos. Para isso, nossa unidade trará, em suas três seções, grupos de estudos que modificaram não apenas a forma de se fazer história, mas principalmente o foco em novos e "improváveis" personagens. Reservamos a primeira seção para a discussão da chamada "história vista de baixo" que rompe com uma história elitista e toma, em meados do século XX, operários e trabalhadores comuns como articuladores na construção da história da Revolução Industrial. Na segunda seção, os estudos dos subalternos são ampliados e mulheres, bandidos, simples moleiros, camponeses e prisioneiros serão trazidos ao palco,

em propostas de novas abordagens sobre temas clássicos, mas também novas formas de trato das fontes. Finalmente, na terceira seção, realizaremos uma discussão sobre aquele que se constituiu em um novo campo para os historiadores, a micro-história. Mais uma vez convidamos você, aluno, a se apropriar deste material, a dividir conosco essa viagem pelo conhecimento ampliando as ferramentas aqui apresentadas com suas próprias leituras e pesquisas.

## Seção 2.1

### A história social e história vista de baixo

#### Diálogo aberto

Caro estudante, como estudaremos aqui e você deve perceber cotidianamente, apesar de todas as diferentes correntes historiográficas que questionaram a antiga visão de uma “História dos Grandes Homens”, ainda hoje essa é a concepção mais comum de narrativa histórica: seja na escrita de jornalistas, em documentários ou no cinema, o passado parece ter sido determinado por alguns poucos homens poderosos.

Não é uma tarefa fácil apreender a dinâmica nas relações sociais e perceber a existência de outros agentes históricos para além dos consagrados pela narrativa tradicional, quase sempre vindos da elite ou construídos como símbolos a se cultuar. A própria documentação normalmente utilizada pelos historiadores ajuda a determinar esse olhar: um governante certamente terá mais documentos escritos e monumentos a seu respeito do que um trabalhador rural, por exemplo.

Assim, não é nada simples compreender as engrenagens que propiciaram as mudanças nas relações entre governantes e governados, dominantes e dominados, senhores e servos e/ou escravos, na medida em que para isso é necessário adentrar o universo e a mentalidade daqueles que estão na base da sociedade. Consideremos, assim, o seguinte contexto: ao trabalhar com seus alunos o tema do trabalhismo na Era Vargas, você pretende problematizar a política do período, destacando a relação de forças que se desenvolviam naquele momento. Os trabalhadores que apoiavam Vargas eram apenas uma massa manipulada por um líder iluminado ou maquiavélico? De onde vinha a demanda que se organizou no debate sobre as leis trabalhistas?

Para que seus estudantes possam pensar as transformações sociais sem heróis glorificados, uma maneira é relacionar mudanças do passado com processos contemporâneos, nos quais eles poderão

identificar os atores sociais mais facilmente. Assim, você sugere a leitura do artigo “O Brasil não está preparado para o fim da CLT” (<<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/02/o-brasil-nao-esta-preparado-para-o-fim-da-clt/>>. Acesso em: 3 nov. 2017). Tendo em mente que apenas o contexto das mudanças do sistema de trabalho, da economia, do sistema político e nas relações de poder não são suficientes para explicar toda uma nova lógica de ser e estar no mundo, como você explicaria os dois momentos a partir da perspectiva da modificação das relações entre patrões e empregados? Como pensar o papel dos subalternos nos rumos da sociedade?

## Não pode faltar

O incômodo com uma história construída a partir de documentos produzidos com foco na elite, em seus discursos e interpretações sobre o que era e como se organizava o mundo, é uma inquietação que não atingiu apenas os historiadores franceses da primeira metade do século XX. Essa também seria a motivação para outra grande mudança no campo historiográfico, especialmente aquele voltado para os estudos dos **mundos do trabalho**, em que se destaca a figura do historiador inglês **Edward Palmer Thompson** (1924-1993), um dos mais conhecidos e aclamados historiadores do século XX. Thompson é figura central para a compreensão de uma nova forma de se fazer história, ligada à busca por dar voz aos homens comuns do povo, aos operários e camponeses, que, com as mudanças e avanços do capitalismo industrial, permaneciam nas sombras, compreendidos como uma massa levada pelas mudanças econômicas do processo em que estavam envolvidos. O jovem Thompson fundaria uma revista, a *New Reasoner*, e mais tarde, em 1958, a chamada **New Left Review**, que agregaria nomes como **Christopher Hill** (1912-2003), **Stuart Hall** (1932-2014), **Eric Hobsbawn** (1917-2012), entre outros. O historiador inglês colocou em discussão a necessidade de renovação do marxismo criticando duramente o viés autoritário e positivista apresentado em vários trabalhos, sempre tendo a democracia e o humanismo como premissas. Sua obra é fruto de uma geração que entendia o marxismo como abertura crítica, formada por historiadores sociais, que produziram algumas das mais importantes obras de análise sobre as sociedades humanas.

Em 1966, E. P. Thompson publicou um breve artigo sobre aquilo que passaria a ser chamado de **a história vista de baixo**. Nesse artigo, o historiador registrava os problemas das análises realizadas sobre as classes operárias, identificando como, em sua maioria, estavam focadas em entidades de elite e patronais, que eram quem produziam os documentos sobre o tema, ou naquelas produzidas pelo radicalismo dos líderes dos movimentos operários como o **cartismo**. Para ele, com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, a movimentação e organização de operários e outros agentes do povo produziram uma nova massa documental, que finalmente permitia uma nova forma de observar o passado, não pelos silêncios na documentação, mas pela enorme massa produzida por esses indivíduos, que viram seu universo ser totalmente modificado por novas formas econômicas e de trabalho. Nesse sentido, o simples estudo quantitativo – de mudanças de preço, no padrão de vida, de deslocamentos –, não seria suficiente para demonstrar as alterações no modo de vida dos milhões de indivíduos que foram transportados de um mundo agrário para o industrial. A proposta de E. P. Thompson é a de, a partir dessa nova massa documental, demonstrar não apenas a vida cotidiana do homem no tempo, mas que estes, mesmo em condição de subalternos – operários, vendedores e outras categorias – apropriaram-se de ideias e ideais e construíram para si mesmos a história. Colocando, assim, aqueles que vêm de baixo como centrais nas mudanças ocorridas em seu tempo, instituindo-os como **agentes históricos**. Dessa forma, em seu clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963) o autor constrói um quadro, no qual retratará as experiências de um grande número de trabalhadores na Inglaterra do final do século XVIII e início do XIX. Sua proposta é a de demonstrar que o processo histórico da Revolução Industrial e a implantação do Sistema Fabril não são, por si só, geradores externos da classe operária inglesa, destacando como as alterações nas relações de trabalho, oriundas da nova realidade econômica, influenciam o **fazer-se** de tal classe.

## 1. Classe como fenômeno histórico

Uma das críticas que Thompson tece é à visão de que os instrumentos físicos de produção seriam os responsáveis pelo

surgimento das novas relações sociais, hábitos culturais e instituições gerando a equação: *energia do vapor + indústria algodoeira = nova classe operária*. O autor descarta a ideia de uma independência entre a dinâmica de crescimento econômico e a dinâmica da vida social e cultural, ou seja, de que uma mudança nos meios de produção cria autonomamente uma nova classe social. A instauração de uma nova forma de produção, para o historiador inglês, não rompe ou impede a continuidade de tradições políticas e culturais que acabam por ser reordenadas no universo operário a partir das novas realidades de seus articuladores, mas que não são apagadas ou substituídas por outras que caracterizariam uma nova e independente classe social. Dessa forma, Thompson também rompe com a ideia de classe como um conceito ou categoria de análise pronto, fechado, que poderia ser aplicado a qualquer realidade ou sociedade que tivesse inserida no processo industrial fabril. Disso decorre que mesmo para casos muito aproximados, como França e Inglaterra, em que as classes se apresentam sob as mesmas bases, burguesia e camponeses/operários, há seres humanos que possuem vivências, tradições e ideias de direito diversas que acabam por construir classes também diversas.

É exatamente a dinâmica dada pelas experiências dessas pessoas, dentro do momento de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas que será o foco da análise de Thompson, para compreender como a classe operária inglesa se constituiu. Levando em conta que grupos variados de profissionais ingleses se organizavam de formas múltiplas muito antes do surgimento da indústria algodoeira, Thompson propõe que é dessa união, dessa multiplicidade de experiências, que surge a classe operária inglesa, na medida em que cresce a consciência de uma identidade de interesses desses trabalhadores em oposição a outros grupos.

Podemos estabelecer que, para Thompson, a classe é um **fenômeno histórico**, que “unifica acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na forma como na consciência” (THOMPSON, 1987a, p. 9). Assim, ela não surgiu como fruto da Revolução Industrial ou do Sistema Fabril, mas fez-se a partir da **experiência** dos indivíduos que a constituíram, experiência que se deu para além do aspecto econômico. Por se tratar de um fenômeno histórico, agrega também fatores sociais, culturais e políticos, diz respeito às relações humanas e como tal não pode ser gerada por aspectos exteriores, uma vez

que mesmo sendo a experiência de uma classe determinada pelas relações de produção, essas são mutáveis e impostas a agentes históricos diferenciados: ingleses livres, portadores de noções de igualdade e de direito e de tradições políticas, e não uma massa amorfa a ser modelada pelo Sistema Fabril.

**A classe operária forma-se a si própria enquanto é formada** em um período de duras mudanças nas relações de trabalho, em um momento de intensa agitação e de circulação de ideias de “liberdade” e de “direito” na Europa, de crescimento da população e de desmascaramento das **relações de exploração**.



### Assimile

Em períodos anteriores ao da Revolução Francesa e Industrial, grupos sociais dominantes e dominados mantiveram acordos que garantiam a manutenção dos sistemas sociais existentes. As tradições, especialmente aquelas constituídas em relações aproximadas entre senhores e servos, patrões e empregados, estavam calcadas em um sistema de dominação e dependência conhecido como **paternalismo**, em que o senhor tinha como obrigação proteger, prover e muitas vezes interceder por seus subordinados, que em contrapartida tinham como dever retribuir não apenas monetariamente, mas em lealdade e respeito. Assim, mesmo que não registradas em leis, as obrigações senhoriais eram compreendidas como direito pelos camponeses, que cobravam aquilo que entendiam ter sido estabelecido pela tradição. Com as mudanças nas relações de trabalho, dadas pela Revolução Industrial, essas relações protetoras foram reordenadas. O afastamento entre patrão e empregado, o abandono das obrigações e direitos tradicionais, rompem o paternalismo, conferindo liberdade ao trabalhador, mas também o deixa desprotegido e à mercê de um novo sistema ao qual ele precisa se adaptar. É no processo de inserção nessa nova realidade que os trabalhadores se unem e se reconhecem como iguais, criando outras práticas culturais e formas de estar no mundo.

A *classe* para Thompson acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987a). Essa inovação rompe a forma binária

de entender a classe: meios de produção – trabalhadores, e introduz um novo elemento: **a experiência**. Nessa nova realidade, as relações sociais colocam os trabalhadores numa condição real de exploração e essa exploração faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses aos de seus exploradores, assim a soma dessas experiências compartilhadas num ambiente de exploração gera a **consciência de classe**. A consciência de classe é a forma como essas experiências são elaboradas em termos culturais. Ou seja, a experiência é determinada pelos meios de produção, não a consciência de classe.

## 2. A exploração e a experiência na formação da classe

Para o historiador inglês, as relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais na medida em que o povo foi submetido ao mesmo tempo à intensificação da exploração econômica e da opressão política. Assim, apesar de um aumento na liberdade dos trabalhadores sem um trato direto e protetoral com o patrão, há um abandono de práticas tradicionais de proteção e lealdade que matizavam as relações entre dominantes e dominados. É exatamente esse afastamento que levava o trabalhador a ligar-se e buscar apoio entre aqueles que passavam pela mesma experiência de opressão e exploração.

Essa experiência gera, para Thompson, uma nova necessidade de **organização do operariado**. Esse ponto aparece como central em sua análise, afinal, são as relações de trabalho modificadas – as velhas tradições deixadas ou **ressignificadas** – e as novas criadas no interior desse conturbado período histórico que permitem perceber como a nova classe social se faz. Para Thompson, é exatamente a experiência de viver o período de mudança nas bases das relações entre dominantes e dominados, de criar novas formas de associação, de organizar-se e de estabelecer laços identitários que geram uma consciência de classe. Assim, classe é um fenômeno histórico e como tal traz uma noção de relação histórica: trata-se de algo que só pode ser compreendido em uma relação entre as mudanças no campo econômico e político e da tomada de consciência de uma experiência comum que constrói a própria classe. Para o caso

da classe operária inglesa o seu fazer-se enquanto classe se dá na experiência de opressão e exploração causada pela mudança das formas de trabalho, que obrigam os indivíduos a reinventarem suas formas de ser e estar no mundo.



### Assimile

De acordo com Thompson, **classe** não é um conceito fechado, dado, pronto, mas uma relação que só pode ser compreendida a partir de análises que abarquem o campo econômico e político e da tomada de consciência de uma experiência comum. Essa argumentação criaria a impossibilidade de se pensar em termos de classes as sociedades, como a brasileira, do período escravista?

### 3. A discussão sobre o padrão de vida e a consciência de classe

Outra grande contribuição de Thompson para os estudos dos subalternos é a busca por uma análise qualitativa das fontes. O historiador britânico criticou o trabalho produzido pela nova **ortodoxia empirista** – fruto do sucesso da **História Quantitativa** –, muito mais preocupada com os dados do que com as mudanças sociais e culturais. Esse tipo de abordagem centrada na ideia das fontes como meio para criar grandes panoramas e verificar mudanças, preocupada com dados “quantitativos”, é, para o historiador inglês, fragmentada, deixa de lado o processo como um todo, relegando à margem as informações qualitativas. É, exatamente, esse tipo de informação qualitativa que permite vislumbrar como a experiência da Revolução Industrial foi sentida pelos trabalhadores, como a classe pode perceber-se como classe. A crítica de Thompson se estabelece especialmente sobre uma constante busca por verificar mudanças no **padrão de vida** dos operários, por meio da utilização de uma massa de fontes sobre trabalhadores com objetivo de simplesmente aferir modificações, especialmente para melhor, nas condições *materiais* de vida dos trabalhadores deixando de lado fontes que poderiam oferecer informações sobre os aspectos *subjetivos* – obtidas, por exemplo, em panfletos, anotações, produções literárias – que permitem uma leitura de outros aspectos da vida desses operários.

A relação dessas duas experiências no período da formação da classe operária inglesa – uma ligeira melhoria no padrão material médio, entre 1790 e 1840, e ao mesmo tempo da exploração, da miséria humana

e da insegurança, e principalmente a maneira como ela é sentida pelos indivíduos – é para Thompson a chave para o entendimento da expressão cultural e política da **consciência de classe** operária. E aqui está a chave para o fazer-se da classe operária de Thompson: não basta existir uma infraestrutura econômica que dita ordinariamente a superestrutura política e social, é a existência de indivíduos inseridos em lugares sociais diferentes dentro desse sistema que produz, por meio da experiência de grupo, formas culturais e históricas próprias – esses indivíduos constroem a si mesmos enquanto classe, por meio da consciência dessa experiência comum.

#### 4. Costumes em comum: a cultura dos trabalhadores

Outro ponto crucial para o entendimento da proposta de uma “história vista de baixo” é compreender o papel da *cultura*. Para Thompson, o **costume** e a **cultura** só serão passíveis de serem observados se forem contextualizados, sempre levando em consideração as transformações históricas, por meio de uma análise pautada em uma vasta documentação e dentro de um espaço de tempo determinado – **recorte temporal**. A cultura diz respeito a relações conflitantes, que se formam e se transformam a partir de apropriações que indivíduos ou grupos fazem sobre as leis, o costume e o direito. São as formas de agir, negociar, fazer escolhas autônomas e exigir a permanência de ideias e ideais tidos como tradicionais e de direito – dentro de um contexto de resistência e acomodações, de emergência e exigências de mudanças de comportamento – que vão, no decorrer do tempo, modificando costumes e criando novas práticas culturais. Nessa perspectiva, a ação das camadas populares observadas por meio da documentação evidencia o seu protagonismo, estabelecendo-os enquanto sujeitos históricos, com motivações racionais, autônomas e coerentes. Em sua análise, a cultura é dinâmica, construída e em construção pela inter-relação dos fatores sociais, políticos e econômicos. Talvez o mais importante para apreender aquilo que Thompson propõe seja compreender como, por meio dos enfrentamentos entre dominantes e dominados, registrados em processos, cartas, discussões paroquiais, jornais etc., práticas tradicionais são acionadas com estatuto de direitos adquiridos para exigir a permanência de determinados espaços de proteção

ante mudanças tão drásticas nas relações políticas e econômicas, assim como as novas leis e liberdades são acionadas para garantir novos direitos e impedir novas formas de opressão. É na construção desses lugares e papéis sociais que os homens e mulheres comuns exercem seu protagonismo como agentes históricos, capazes de influenciar, criar e modificar não apenas suas histórias pessoais, mas principalmente a história do momento e local em que vivem.

## 5. A história vista de baixo, a questão das fontes

É importante ressaltar que Edward Thompson não é o primeiro e nem o único historiador a lidar com a história “vista de baixo”, mas ele articula de tal maneira os problemas e a importância do estudo da história a partir de uma documentação produzida por aqueles que compõem as classes subalternas, que o próprio termo passa a se popularizar e a ser diretamente ligado à sua produção. As fontes são cruciais para Thompson: a construção de sua história do fazer-se da classe operária inglesa e dos costumes dos trabalhadores é sempre embasada em uma vasta documentação, assim, **diálogo empírico** – *o modo (ou técnicas) empírico(as) de investigação* – é uma marca fundamental dessa forma de se fazer e entender a análise do passado. Apenas verificar por meio de documentos oficiais, padrões de preço, deslocamento, mudanças na forma de viver não é suficiente para compreender as modificações das relações que compõem a tomada da consciência de classe. Para isso, o historiador precisa recorrer aos registros fornecidos pelos próprios agentes históricos que pretende analisar. A literatura, a música, os registros escritos e imagéticos produzidos aos milhares no decorrer do processo de modificação das relações de trabalho, sociais e pessoais na Revolução Industrial permitiu ao historiador construir a sua análise.

Segundo Jim Sharpe, essa profusão de documentação, produzida pelos operários ingleses, é ao mesmo tempo um grande ganho para a história vista de baixo e um de seus principais problemas, na medida em que acabaria por restringir o estudo dos subalternos ao recorte dado a partir de 1789, com a Revolução Francesa e com a proliferação dos movimentos operários (SHARPE apud BURKE, 1992). Aqui, o aumento dos movimentos de massa produz registros múltiplos que permitem

ao historiador um estudo profícuo das relações estabelecidas entre padrões e empregados, mas como processar esse tipo de análise para outros locais e outros grupos?

Como você poderá verificar nas seções que seguirão a esta, esse problema foi resolvido com direcionamentos múltiplos com destaque para a busca por novas formas de abordar documentações tradicionais como processos da inquisição, documentos cartoriais, processos cíveis e crimes, registros paroquiais. Nessa nova forma de se fazer a história dos subalternos, os registros oficiais, observados seja de forma isolada ou serial, são tomados tendo como princípio a ideia de que o principal é fazer uso deles para algo que seu compilador jamais imaginaria que seria usado.



### Exemplificando

Pense que durante um processo inquisitorial no período do Santo Ofício no Brasil uma vasta documentação, agregando denúncias, testemunhos, inquirições e sentenças, tenham, sido produzida a partir da delação de um indivíduo acusado de ser um “feiticeiro”. Ao realizar esses registros, todos os envolvidos eram movidos pelas mais diversas intenções e obrigações. Um historiador no século XXI, ao se deparar com essa documentação, no decorrer de seu estudo sobre as práticas religiosas africanas que atravessaram o Atlântico, busca compreender como elas aqui passam a operar de formas diversas daquelas de origem, encontra nessa documentação descrições minuciosas e recorrentes de “feitiços”, “mandingas”, instrumentos utilizados pelo acusado e a partir disso consegue estabelecer relações com práticas comuns na região de seu estudo, mas também com locais da África de que tais práticas podem ter migrado. Os produtores desses documentos tinham, sim, intenções, esses documentos seguiam regras de produção e tinham uma finalidade, mas a utilização que o historiador social faz dele é totalmente diversa, buscando entrever, para além do processo, de seu desfecho ou das intencionalidades, a atuação de um grupo marginalizado, subalterno e mesmo estigmatizado, os chamados “feiticeiros”.

A chamada *história vista de baixo* mantém sua ligação direta com uma análise marxista da história, operando com conceitos básicos; como classe, também mantém em pauta temas que envolvem as relações entre dominantes e dominados, uma vez que essa história só pode ser reconhecida na relação estabelecida entre grupos

antagônicos. Entretanto, ela tem ampliado seus temas, recortes e formas de identificar e tratar a documentação, com a aproximação com a antropologia, com a sociologia, com a literatura e com outros campos do conhecimento em muito diversificando a noção de fonte e de possibilidades de recortes.



**Pesquise mais**

Como você pode ver, a obra de Thompson é de extrema importância para uma leitura da história a partir daqueles que não possuem voz nos documentos oficiais. Mas também é uma obra complexa: aproveite para aprofundar suas leituras sobre ela:

VITORINO, Artur José Renda. Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson. **História social**, Campinas, n. 4/5, p. 157-173, 1997/1998. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/106/114>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MEIRA, Júlio Cesar. A contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, v. 5, n. 1, jan./jul. 2014. Disponível em: <[http://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/viewFile/2388/2035](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/viewFile/2388/2035)>. Acesso em: 15 out. 2017.

## **Sem medo de errar**

Agora que você leu e se apropriou dos conteúdos e conceitos compartilhados nesta seção, você pode com segurança discutir as aproximações e afastamentos nas formas de se lidar e pensar as relações entre patrões e empregados. Muitos são os pontos que ligam o Trabalhismo da Era Vargas e a tão debatida Reforma da Previdência. Assim como no passado, o que aqui temos destacada é a intervenção do Estado na relação patrão e empregado, por meio da instituição, ou tentativa de reforma, de leis que regulem os direitos adquiridos pelas classes trabalhadoras. Nesse sentido, é importante verificar que, para além da atuação marcadamente paternalista do governo varguista, houve grande movimentação das classes subalternas para a conquista desses direitos. Pensemos nas décadas de 1910 e 1920, quando diversos grupos de profissionais, inseridos em um momento de reorganização nas bases do trabalho, especialmente aquele na indústria, movimentaram-se para garantir direitos construindo redes

de identidade e solidariedade que fizeram pressão sobre os governos para a intervenção na relação de trabalho por meio da elaboração da CLT. Vargas se apropria dessas reivindicações e, de certa forma, cria uma leitura desses ganhos para os trabalhadores como algo realizado de cima para baixo e esse é o ponto crucial para que você trabalhe com seus alunos outras possibilidades de compreensão desse momento histórico, trazendo para a sala de aula as informações e análises sobre os movimentos operários e articulações das classes trabalhadoras (nesse sentido, alguns historiadores brasileiros, em diálogo com a obra de Thompson, como Ângela de Castro Gomes, produziram leituras muito interessantes sobre a articulação política dos trabalhadores durante a Era Vargas).

No outro ponto da questão, os dias atuais, o que temos é o movimento e articulação da classe patronal em busca por modificar legalmente a base das relações de trabalho, instituídas pela CLT, mas também fruto de movimentos operários no decorrer do século XX, por exemplo, as grandes greves dos metalúrgicos no Grande ABC nas décadas de 1970 e 1980. Trazer esses movimentos pode dar ao aluno a dimensão de como os direitos foram compreendidos pelos trabalhadores e como por meio da atuação incisiva, da greve, novos direitos foram reivindicados e conquistados. Uma discussão necessária é a de onde se coloca a participação das classes subalternas hoje, como as muitas categorias se articulam, ou não, para garantir que esses direitos adquiridos serão preservados, ou se modificados continuarão a suprir os seus anseios. Thompson em muito nos ajuda a compreender essas questões e esses diversos movimentos ao longo de menos de um século, na medida em que podemos partir da experiência de grupos diversos de trabalhadores que se movimentaram para conquistar direitos para a apreensão de momentos em que a atuação patronal ou mesmo a do Estado parecem ser as únicas articuladoras das mudanças na forma de ser e estar dos trabalhadores.

## Faça valer a pena

**1.** “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual. O artesão ‘utópico (...) dos imensos ares de superiores condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais” (THOMPSON, 1987a, p. 13).

No trecho acima, E. P. Thompson opõe-se a uma leitura da história que lança as classes subalternas à categoria de “vítimas acidentais da história”, em sua proposta de uma história vista de baixo, esses indivíduos até então marginalizados nos estudos historiográficos passam a se constituir como:

- a) Massa de manobra dos aparatos ideológicos.
- b) Propagadores de uma cultura ultrapassada e ineficaz.
- c) Agentes do radicalismo trabalhista inglês.
- d) Agentes históricos.
- e) Criadores de novas formas de exploração.

**2.** No prefácio de sua obra *The Making of the English Working Class* (traduzida para o português como “A formação da classe operária inglesa”), Edward Thompson faz a seguinte afirmação:

“Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. *Fazer-se*, porque é um estudo sobre um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal com sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987a, p. 9).

Sobre o conceito de classe deste autor, é possível afirmar:

- a) Pressupõe uma relação entre questões econômicas e sociais que acabam por criar uma nova categoria de trabalhadores que, ao serem lançados dentro de uma nova realidade, abandonam suas práticas e costumes anteriores.
- b) É criada no fazer-se do capitalismo industrial, quando novas formas de ser e estar no mundo são impostas aos trabalhadores por meio de aparatos ideológicos que criam uma nova categoria social: o operário.

c) Traz consigo uma noção de relação histórica e como toda relação não pode ser compreendida ou observada como algo estanque e único, envolve diversas dimensões e operações que transitam entre aqueles que a envolvem e que por ela são envolvidos.

d) É uma relação histórica, entretanto não precisa estar encarnada em pessoas e contextos específicos, sendo possível identificar, por exemplo, duas classes constituindo-se de formas paralelas e independentes num mesmo período, sendo colocadas em contato na medida em que a infraestrutura econômica lhes impõe essa relação.

e) É dependente da experiência de diversos grupos em contextos de opressão e exploração, que impõem aos subalternos novas realidades obrigando-os a abandonarem seus costumes tradicionais e a assumirem os novos impostos pelas classes dominantes.

**3.** “Defendo a tese de que a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII. Na verdade, alguns desses ‘costumes’ eram de criação recente e representavam as reivindicações de novos ‘direitos’. É clara nos historiadores que se ocupam dos séculos XVI e XVII a tendência de ver o século XVIII como uma época em que esses costumes se encontraram em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes, o povo estava sujeito a pressões para ‘reformular’ sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos era o que se propunha.

Mas as pressões em favor da ‘reforma’ sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a da plebe” (THOMPSON, 1998, p. 13).

No trecho destacado, Thompson apresenta brevemente a questão das pressões sobre as mudanças de costumes das classes subalternas no século XVIII, a partir da leitura do trecho é possível afirmar que:

a) Costume não é uma categoria estanque, que pode ser modificada pela simples imposição de novas práticas, assim, por mais que as classes dominantes desejassem “reformas”, dependia das classes subalternas em sua experiência cotidiana modificar práticas, exigir e aceitar direitos e deveres para que tais mudanças se realizassem.

b) Independentemente das pressões das classes dominantes, de suas imposições e aspirações para a formação e conformação das classes populares, os projetos de “reforma” dos costumes não tiveram sucesso, uma vez que a ignorância do povo não permitia a emancipação e progresso social.

- c) Ao acenar com a possibilidade de alfabetização e de esclarecimento, as classes dominantes conseguiram realizar as “reformas” e constituir uma nova classe de operários aptos para o trabalho fabril, a qual se tornaria exemplar para o resto das sociedades que aspiravam à industrialização.
- d) As tradições e costumes medievais ainda presentes nos primórdios da industrialização impediram que novos costumes e noções de direito fossem constituídos pelos trabalhadores que exigiram a manutenção das leis paternalistas e a continuidade da proteção patronal.
- e) O impacto das mudanças econômicas e sociais ocorridas no século XVIII criou uma massa de indivíduos que perderam suas tradições e isso explica o grande hiato e a alienação entre a cultura pretendida pelos dominantes e aquela mantida pelos dominados.

## Seção 2.2

### A New Left, a Nova História e os excluídos da história

#### Diálogo aberto

Como professor é primordial que você estimule seus alunos a se reconhecerem não apenas como cidadãos e parte do processo social, mas também como agentes históricos ativos, capazes de construir por sua própria experiência uma trajetória, que só é possível dentro de determinada sociedade e em determinado momento, que ao mesmo tempo pode modificar estruturas vigentes. Para levá-los a construir essa compreensão por si mesmo, você apresentará a eles uma série de discussões que trazem para o palco da história categorias não tão comuns e menos aclamadas por uma historiografia tida clássica, como mulheres, pobres, prisioneiros etc. Como professor você sabe que é importante estar atento ao interesse dos alunos por temas diversos e utilizá-lo como ponto de partida para o desenvolvimento de suas aulas, assim, para estimular o interesse pela história você propõe a seus alunos a leitura do breve artigo de revista “7 mulheres que fizeram a história do Brasil” <<http://www.laparola.com.br/mulheres-brasileiras-que-fizeram-historia>> Acesso em: 9 nov. 2017. Tendo em mente que você pode estimular seus alunos a se reconhecerem não apenas como cidadãos e parte do processo social, mas também como agentes históricos ativos, como você conduziria as discussões a partir do artigo?

#### Não pode faltar

Como você pôde perceber na seção anterior, em meados do século XX, há uma abertura para a inserção de novos personagens para a reconstrução do passado, os operários trazidos pela nova história marxista, especialmente a inglesa, serão seguidos por outros agentes históricos que modificarão profundamente a forma de se fazer e se compreender a construção do conhecimento histórico.

Esse novo momento da Historiografia trará para o palco além de operários e subalternos, categorias até então “excluídas” da história, como *mulheres*, *prisioneiros* e *loucos*. Trará, ainda, novas tendências, abordagens, temas, formas de compreender e interpretar as fontes.

## 1. A Nova História e a New Left: novos encaminhamentos e novos problemas

Em linhas gerais, pode-se estabelecer que essa nova historiografia se desdobra de dois grupos de historiadores, que inquietados pelos acontecimentos do pós-Segunda Guerra Mundial lançaram seu olhar para o passado em busca de compreender outras relações e outras possibilidades.

Um desses grupos é formado pelos representantes da terceira geração de historiadores ligados à *Revista dos Annales*, partindo de desdobramentos dos estudos quantitativos e demográficos, mas também do impacto que as obras de **Michel Foucault** (1926-1984) causaram em nomes como **André Burguière** (1938--), **Jacques Le Goff** (1924-2014), **Emmanuel Le Roy Ladurie** (1929--), **Marc Ferro** (1924--). Esses autores introduziriam novos temas, perspectivas e problemas para o estudo do passado, dentre os quais se destacam a abertura para campos como a história do corpo, do sonho, do odor, da sexualidade etc., o abandono de um projeto de **história total** que marcara as duas gerações precedentes, uma continuidade da inserção institucional e crescente inserção midiática, uma forte tendência à especialização e um retorno da história política. Aqui a influência das obras de Michel Foucault é facilmente verificada na ampliação dos temas, nas abordagens a partir da história do poder, mas também na busca por não ter o domínio social tomado como único espaço possível para a apreensão do passado, o que promoveria uma virada em direção à “história cultural da sociedade” (BURKE, 1991, p. 69).

Esse movimento abre caminho para novos diálogos com os mais diversos campos do conhecimento como a antropologia, a literatura, a sociologia, a geografia e a psicologia. Outra importante contribuição dessa geração para a construção de novas formas de conhecimento histórico foi o seu foco em uma história das mentalidades, que buscava principalmente compreender a circulação e construção das

ideias que permitiram que determinados projetos e acontecimentos ocorressem e/ou se estabelecessem. O campo da História das Mentalidades ganhou reforço de fora da tradição dos *Annales*, por meio de **Philippe Ariès** (1914-1984), historiador sem vínculo com a academia, que trabalhava em uma repartição do Ministério da Agricultura, que organizou e escreveu várias obras ampliando e consolidando o campo.

O outro grupo de historiadores esteve ligado à **New Left Review** (1959), formada por vários intelectuais ligados ao comunismo inglês, que buscavam uma via entre o stalinismo e o trotskismo, entre os quais destacam-se **Edward Palmer Thompson** (1924-1993), **John Saville** (1916-2009), **Raymond Williams** (1921-1988), **Christopher Hill** (1912-2003), **Eric Hobsbawm** (1917-2012) e **Perry Anderson** (1938-). Inserida em um momento em que a esquerda via necessidade de renovação, a revista se tornaria um espaço para a discussão de temas da atualidade, em um momento de grande produção e circulação midiática. Seus membros casaram a construção de uma nova análise da sociedade e do passado a uma militância por meio da criação de clubes de discussões em torno da revista, clubes que discutiam política e encaminhamentos sociais sem, contudo, terem ligações diretas com a política institucionalizada. São as discussões e a necessidade de se repensar os estudos marxistas, em uma nova realidade de aparente acomodação das lutas de classes, que faz com que esses indivíduos voltem seus olhares para a questão da cultura popular como espaço para se compreender mudanças sociais. É esse movimento que leva à transposição dos estudos do trabalhismo inglês, calcado na análise dos sindicatos e grandes organizações patronais e de empregados, para aquela focada nos operários e subalternos, nas suas experiências e interpretações das mudanças, posições e imposições sociais, jurídicas e econômicas.

Os desdobramentos da **Nova História** francesa e da **New Left** britânica trouxeram para o campo da história contribuições que se desdobraram em trabalhos que se tornaram fundamentais para a compreensão de novos campos de atuação do historiador. Nesta unidade apresentaremos três desses trabalhos voltados para personagens comuns, excluídos, marginalizados ou simplesmente esquecidos.

## 2. Excluídos da História: Michelle Perrot, um percurso para as mulheres na história

Considerada a grande precursora dos estudos sobre a mulher e a abertura de um novo campo de estudos, a historiadora francesa **Michelle Perrot** (1928–) é figura fundamental para a construção dessa nova forma de se fazer história. Aluna de **Ernest Labrousse** (1895–1988), inicia seu percurso como pesquisadora sob inspiração marxista, mas ampliou e modificou suas bases teóricas e analíticas alinhando-se às análises construídas por **Michel Foucault** (1926–1984). Assim como outros historiadores franceses, Michelle Perrot veio da **História Social**, inicialmente trabalhando com movimentos sociais e em seguida com a história das mulheres. Seria em 1973, durante o curso “As mulheres têm história?”, que a historiadora entraria na discussão acerca do papel da mulher na sociedade e na história. Em sua produção destacam-se a obra *História das Mulheres no Ocidente* (1990–1992), organizada, em cinco volumes, juntamente com **Georges Duby** (1919–1996), *A História da Vida Privada* vol. 4 (1987), organizada por **Philippe Ariès** (1914–1984) e Georges Duby. Mas no Brasil, talvez sua obra mais conhecida seja a coletânea de artigos organizada por Stella Bresciani (1939–), *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988).

O livro traz estudos sobre três categorias distintas, mas que podem ser compreendidas como componentes de um mesmo grupo, o dos *marginalizados*. Ao tratar dos operários, a autora francesa realiza uma análise focada na mudança das relações impostas pela disciplina industrial por meio da máquina. Assim, Perrot reconstrói o passado dos operários franceses a partir de sua resistência a esse elemento disciplinador, que para ela retardou muitas das tentativas patronais em implantar a maquinaria. Além da disciplina, a máquina também era um elemento desagregador da organização de trabalho familiar anteriormente corrente no país, em que os trabalhadores mais qualificados transferiam seu conhecimento de pai para filho, mantendo uma elite operária, que para o patronato encarecia o produto e impedia a efetiva industrialização do país. Ao suplantarem esses trabalhadores, exigindo menor qualificação e menores números de operários para produzir um maior número de produtos, a máquina se tornaria alvo dos ataques operários. Aqui é importante ressaltar que esses ataques nem sempre foram diretos ou com intuito de destruir esse inimigo, a

oposição assumiu várias formas como petições, cartazes, interdições, greves, panfletagens etc. O ponto crucial de sua análise é a proposta de que o advento das fábricas exigiu a criação de novas formas de disciplina, de novas prescrições de comportamento, uma vez que a ordem e a racionalidade estavam no centro da sociedade industrial, exigindo a alteração do cotidiano de camponeses e artesãos agora a serem conformados em operários.

Em sua análise sobre os prisioneiros, demonstra como no século XIX a ampliação da organização carcerária e as mudanças no código penal criam uma estrutura básica para aquilo que se constitui no sistema penitenciário na França do século XX. Seria com o advento das sociedades industriais após a Revolução Francesa que ocorreria a multiplicação de normas e interdições transformando a pena de privação de liberdade em eixo central do sistema penal. Essa nova conformação do sistema penal tem como intenção inicial, por um lado, punir e, por outro, reintegrar os delinquentes à sociedade, mas com o desenrolar do século, vai se transformando em um sistema de exclusão desses indivíduos da sociedade.

No que se refere aos estudos das mulheres, o foco de Michelle Perrot é a relação das mulheres com o *poder*, aqui o poder é visto como algo que funciona em cadeia, em rede, em que existem poderes periféricos e moleculares – muitas vezes não absorvidos ou criados pelo Estado –, que são exercidos em variados níveis da rede social. Essa complexa rede forma aquilo que Michel Foucault, grande referência para os estudos de Perrot, estabelece como **microfísica do poder** (FOUCAULT, 2012). Nesse sentido, demonstra que, apesar de juridicamente colocadas em posição de dominadas, as mulheres possuem poderes em espaços diversos. Em sua análise apresenta como o espaço de domínio feminino é constituído de forma não tão aparente quanto o masculino, para a historiadora francesa os poderes que as mulheres possuem no ambiente familiar, e em outros locais, acabam por se constituírem e construírem em espaços de poder social, muitas vezes não percebidos ou apreendidos diretamente, mas que estão ali nas chamadas ações de bastidores.



Se no espaço privado o feminino se faz presente, visível e até mesmo respeitado, no público o que se vê é uma exclusão calcada na ideia de desigualdade entre os sexos, alicerçada nas descobertas da medicina e da biologia, no interior do cientificismo do século XIX, que estabelece a mulher como biológica e intelectualmente inferior ao homem, por sua constituição física, sua fragilidade e seu caráter emocional e passional. É a ideia de que existem diferenças biológicas e intelectuais entre homens e mulheres que validam cientificamente as relações de poder calcadas na dominação masculina e na sujeição feminina. Essa construção é matizada por discursos, práticas e normas morais que vão promovendo o apagamento da atuação feminina na sociedade e ao longo da história. Nesse sentido, como a história das mulheres poderia auxiliar-nos na construção de uma sociedade mais igualitária?

É como historiadora das mulheres que Michele Perrot se tornará uma referência obrigatória, sobre sua análise das mulheres. É importante destacar que vinda da História Social, como outros historiadores, realizou a transposição da história dos movimentos operários para a história das mulheres em um momento em que o primeiro parecia estagnado e o segundo dinâmico, interessante e ainda como um campo inteiramente a ser construído. Nessa transposição se mantém formas de análise e trato da documentação características do trabalho anterior, um exemplo disso é a lógica das relações entre dominantes e dominados que em princípio foi colocada como eixo central das análises de gênero. Assim, a questão da mulher foi analisada em termos de dominação, buscando a maneira como o movimento operário era abordado pela História Social: a história da mulher seria construída em termos de masculino e feminino, de dominação masculina e de sujeição feminina. Embora essas categorias analíticas tenham sido transportadas no início dos estudos sobre as mulheres, o social não estava posto, pelo contrário, o social era deixado à distância, isso porque a intenção era naquele momento considerar o "gênero como um todo e não compartimentar a mulher como categoria social" (PERROT, 1996, p. 192-193). A história que se pretendia tinha como foco compreender a representação das mulheres no simbólico: o papel que desempenha seu corpo, que mecanismos levam à construção de uma unidade

da condição de mulher na história, no espaço, na sociedade etc. Segundo Perrot, optou-se, também, por analisar a violência sobre as mulheres, a questão das mulheres em ação, como elas se articularam para angariar o poder, mas não necessariamente distinguindo as categorias sociais. O objetivo principal era chegar à compreensão da relação entre os sexos, como foram construídas através do tempo, do espaço, nos mais diversos níveis, fosse por meio do discurso, das práticas, do simbólico etc. Seria num momento posterior que a história das mulheres voltar-se-ia para um cruzamento de categorias, por exemplo, gênero e etnia, etnologia (PERROT, 1996, p. 192-193).

### 3. Um moleiro e a cultura camponesa: Ginzburg e o nascimento da micro-história

Outro autor que com sua obra traz mudanças significativas para a forma como se faz história e como se lida com as fontes é o italiano **Carlo Ginzburg** (1938--), que com sua obra *O queijo e os vermes* (1976) traz para o palco a figura comum de um moleiro (trabalhador de moinho) perseguido pela inquisição por suas ideias acerca da criação do mundo. A principal contribuição da obra de Ginzburg é a de realizar uma operação inversa daquela feita pela história quantitativa e mesmo pela história social, focada em séries documentais sobre grupos de homens comuns, para seguir os indícios fornecidos pelas fontes e a partir da análise de uma personagem buscar a compreensão de toda uma cultura, essa nova forma de se fazer história inaugurou o campo da **Micro-História**. Ginzburg, ao analisar o processo instaurado contra o moleiro conhecido como Menocchio, demonstra como a partir dos documentos é permitido construir uma análise extremamente localizada, focada em um único indivíduo, mas que permite compreender como em um momento de modificação nas formas de circulação de ideias, com o advento da imprensa e também de contestação religiosa, com a Reforma Protestante, um homem, simples, do povo, consegue se apropriar de ideias, por meio da leitura e de interpretações próprias, recriar o universo e a cosmologia à sua volta.



### Instruções para o autor

Micro-história é um campo da historiografia que tem como princípio uma redução na escala da análise e uma investigação intensiva do objeto escolhido, ou seja, ao contrário de se pretender uma "história total", na longa duração. Um exemplo: um historiador, ao encontrar referências sobre um operário bastante ativo nos movimentos grevistas na São Paulo do início do século XX, sente-se intrigado e resolve "perseguir" essa personagem, compreender o porquê de tantas referências e o papel que ele desempenhou dentro da construção de um movimento operário no Brasil. Ele procura reunir o maior número de documentos que foram produzidos por e sobre esse indivíduo, busca ainda outras fontes que se relacionem a ele e ao seu ambiente de trabalho como os jornais operários, as associações mutualistas, as leituras que ele realizou etc. Munido de toda a documentação possível, nosso historiador conecta esse personagem ao mundo em que vive, verifica aproximações e distanciamentos entre ele e outros indivíduos semelhantes e diferentes.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a análise proposta por Ginzburg demonstra que a leitura feita por Menocchio estava inserida dentro de um universo que tinha um código de leitura, mas que a sua apropriação era carregada da cultura oral, que no período se constituía como a forma majoritária de transmissão de conhecimentos e circulação de ideias.

Outro ponto importante para a compreensão da proposta historiográfica de Ginzburg é compreender que ele não abandona o campo da história social e muito menos o uso de fontes seriais, a grande diferença está na escolha do objeto e na forma como ele realiza a construção de sua análise, relacionando fontes diversas ao moleiro. Aqui o processo gerado pela inquisição não serve para a compreensão da inquisição ou da perseguição a determinadas ideias, grupos ou movimentos. De forma imaginativa, o historiador italiano afasta-se de um estudo das ideias construídas pela elite intelectual e volta-se para o camponês, o homem simples, o trabalhador de um moinho que, por saber ler e ter contato com obras diversas, constrói para si e para o mundo à sua volta interpretações próprias, que serão

transmitidas pela tradição oral e denunciadas como heresias. Em sua obra, Ginzburg realiza uma operação que traz à tona as discrepâncias entre o que ocorre nos textos e as leituras ativas que Menocchio faz deles, interpretando essas discrepâncias como indicações de uma cultura oral, popular e marcadamente camponesa, que mesmo de forma inconsciente serviu de filtro para as conclusões a que o leitor chegou e teorias que formulou. Nessa obra, Ginzburg já inicia o trabalho que mais tarde chamaria de “paradigma indiciário”, trata-se de uma equiparação do trabalho do historiador ao do detetive, em que ambos buscam, por meio de pistas, indícios para decifrar um enigma, que para o primeiro é o conhecimento do passado e para o segundo, a solução de um crime.

Nesse processo, nós, historiadores, somos movidos pela “suspeita” de que determinados fatos, ações, situações podem ser compreendidos de certa forma, por meio de deduções, da busca de traços, pequenos vestígios, prestando a atenção nas evidências, chegamos não ao que realmente aconteceu, mas a uma possibilidade de interpretação e apreensão do passado. Para isso, é necessário ir além do que simplesmente está dito, observar os traços secundários, como um médico busca sintomas dos fenômenos paralelos que emitem sinais e dão a ver sentidos, como um crítico de arte não se atém ao primeiro plano ou à aparência de um conjunto que se dá a ver, como uma primeira impressão; busca o segundo plano, vai à procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto.

#### **4. A “interpretação da interpretação”: Robert Darnton e seu grande massacre de gatos**

Nosso último trabalho emblemático para a compreensão dos novos encaminhamentos e inserção de categorias excluídas da história é Robert Darnton e a sua debatida obra *O Grande Massacre de Gatos* (1984). Trata-se de uma coletânea de artigos que lidam com a cultura popular, analisando episódios aparentemente insignificantes da história francesa. Sua proposta é a de construir uma análise das maneiras de se pensar na França do século XVIII. Pode-se estabelecer que sua interpretação é inovadora, na medida em que propõe que

não é suficiente demonstrar “o que” as pessoas pensavam, mas “como” essas pessoas pensavam, segundo o próprio autor, trata-se de “entender a piada” (DARNTON, 2014, p. 105-137). Em linhas gerais a proposta de Darnton é a de, a partir de uma vasta documentação escrita, compreender a lógica que permitia e mantinha determinadas práticas culturais e sociais, em outras palavras, trata-se de apreender a “visão de mundo” da sociedade francesa do XVIII, entendendo-a como composta por realidades multifacetadas e diversificadas. O livro trata de temas diversos e, de certa forma, independentes entre si, mas tem como viés a busca pela compreensão do universo da cultura popular como a circulação e modificação de contos populares e seus significados (“Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso”); a narrativa de um episódio de contestação de operários contra seus patrões (“Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na Rua Saint-Séverin”); a bizarra descrição de uma cidade em (“Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto”), e o curioso arquivo de um inspetor de polícia sobre os intelectuais da época (“Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da república das letras”).

A construção das análises de Darnton é feita a partir de documentos que não podem ser identificados ou classificados como típicos da época, mas nas mãos do historiador estadunidense trazem à tona uma série de novos personagens e novas propostas analíticas. Apresenta uma marcada tendência etnográfica, propondo uma história das ideias a partir de como as pessoas comuns entendiam o mundo, buscando descobrir como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam por meio de comportamentos. Em seu trato com a documentação, Darnton lança o olhar para além dos aspectos mais expressivos, latentes e óbvios das fontes, “o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho” (DARNTON, 2014, p. 15).

Talvez mais importante que a obra de Darnton seja a repercussão e o debate que fomentou: a principal crítica feita ao autor, neste debate, é a profunda influência teórica de Clifford Geertz (1926-2006). Para alguns historiadores como **Dominck La Capra** (1939--), **Giovanni Levi** (1939--) e **Roger Chartier** (1945--), a obra de Darnton é, nos mais diversos aspectos, uma síntese do modo de imaginar a antropologia de Geertz, quase uma transposição direta dos problemas nascidos

na antropologia para a história, especialmente em sua tendência à textualização das estruturas, das práticas rituais e de toda a cultura (CHARTIER, 2004). Aqui você deve ter em mente que a crítica não está posta na interdisciplinaridade, na busca por um auxílio em outros campos de conhecimento para a construção de uma interpretação do passado, e sim em uma leitura que é marcadamente antropológica e que para a história não funcionaria dada uma condição fundamental entre os objetos de pesquisa: na antropologia de Geertz, a cultura e sua lógica são observadas a partir de interlocutores vivos, enquanto nas análises de Darnton essa é uma condição impossível. Outro problema apontado na relação Darnton-Geertz é a questão dos significados, a busca por estabelecer uma interpretação do passado, com base naquilo que seria a interpretação de seus personagens do momento histórico em que viviam, das leituras que realizavam, das relações que estabeleciam, cria uma lógica que pode se desdobrar em “uma fixação dos significados separada das relações sociais mais gerais, que os condicionam e imobilizam em seu contexto de referência” (SILVA, 2005, p. 151).

Em outras palavras, esse simbólico, que está contido nas ações e que se inscreve no discurso social, pode acabar por se separar dos contextos históricos e institucionais em que se inserem, desqualificando a própria interpretação que se pretende, aproximando-a muito menos da história e muito mais da ficção. Para os críticos do geertzismo, apenas as interpretações dos significados não dão conta da reconstrução do passado: é preciso inventariar as diferenças existentes nesse universo simbólico e lutas de representação. Se toda ação tem um conteúdo simbólico, as ações sociais são resultantes de negociações, escolhas, decisões e conflitos dos indivíduos em sua relação com o poder normativo da cultura, que permitem interpretações pessoais, ou seja, a questão dos significados relaciona-se com a questão do poder.



Você já pensou que embora a crítica à obra de Darnton esteja centrada em sua extrema aproximação com a antropologia, as relações entre essas duas ciências são antigas e aquilo que podemos chamar de **Antropologia Histórica** está intimamente relacionada aos Annales? Lembremos que desde a sua primeira geração – mas florescendo de forma mais intensa na terceira geração – os historiadores dos Annales, com sua amplitude temática (história da família, das idades, da sexualidade, da sensibilidade, do simbólico e das representações, do religioso, da leitura, do econômico, do popular etc.) invadiram campos tradicionalmente reservados à antropologia. A ampliação temática, de objetos e também o abandono de uma história objetiva e linear abriu campo para a subjetividade e para a **imaginação histórica**. Nesse processo a aproximação com a antropologia se tornou cada vez mais profunda.

Assim, a preocupação, claramente verificável na obra de Darnton, não em apreender o “que aconteceu”, mas sim em construir uma interpretação do acontecimento quanto ao que ele diz, é uma tendência entre vários historiadores da cultura, a busca por compreender o passado a partir do discurso que se tem sobre ele, tomando como base a ideia de que as ações possuem conteúdos simbólicos que estão inscritos no discurso social, é também uma herança do geertzismo, que ultrapassa a obra de Darnton e se faz presente em muitas outras que buscam, de certa forma, realizar uma “interpretação de interpretações” (SILVA, 2005, p. 150). É importante ressaltar que aqui, como nos estudos antropológicos, há um afastamento da ficção literária – embora, como veremos mais à frente, haja um intenso debate sobre a efetividade deste afastamento –, uma vez que seus personagens são representados como reais. O historiador norte-americano não nega a influência de Geertz, e muito menos sua predileção pela antropologia como ciência “parceira” em seu trabalho, mas aponta para outras influências. Assim como destaca que entre o trabalho do historiador e do antropólogo há tanta variedade e contradição que não existe uma metodologia eficaz que congregue as duas áreas em uma, continuando a uma ter influência sobre a outra de formas diversas, produzindo análises a partir de

métodos e direcionamentos também múltiplos, que operaram muito mais como um conjunto de ferramentas que podem ser acionado para a abertura de um sistema cultural desconhecido. Roger Chartier aponta como problema o ponto de partida de Darnton, que faz uso da ideia de Geertz, de que um rito poderia ser lido como texto, do que se desdobraria a possibilidade de se pensar as práticas sociais também como texto. O problema aqui é que, sendo as fontes de Darnton, sobretudo, textuais, ele não teria avançado em sua análise crítica, operando uma supressão do texto para tratar o rito nele inserido, o que não torna possível dizer se a matança de gatos é imaginária ou real. Em outras palavras, ao buscar se colocar como um espectador do acontecimento, Darnton ignora o texto, trabalhando apenas em seus não ditos, abandonando a necessária “diferenciação entre a lógica da produção textual ou da decifração de um texto utilizando as escritas e as práticas ou estratégias de outras formas de construção, que são as práticas cotidianas, habituais etc.” (CHARTIER, 2004, p. 3).



### Pesquise mais

Para ampliar seu conhecimento acerca das novas propostas historiográficas apresentadas nesta seção, sugerimos a leitura dos seguintes textos:

CARVALHO, José Murilo de. Entrevista com Robert Darnton. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 389-397, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2002000200389&lng=pt\\_BR&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200389&lng=pt_BR&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2017.

LACAPRA, Dominick. O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-305, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2015000100293&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000100293&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 out. 2017.

PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 191-200, out. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/86432/89089>>. Acesso em: 20 out. 2017.

## Sem medo de errar

Caro aluno, nesta seção apresentamos alguns dos novos encaminhamentos dos estudos dos últimos 40 anos. Após a leitura e apropriação dessas discussões, você pôde reconhecer a diversidade não apenas dos novos personagens eleitos pela historiografia, mas também dos temas, abordagens, entradas na documentação, assim, ao aproveitar a curiosidade de seus alunos com temas como o apagamento da atuação feminina na história do Brasil, você já é capaz de articular suas discussões com maior propriedade. Como constatado, a lista de personagens trazida pela revista chama logo de início a atenção para a existência de mulheres dos mais variados estratos sociais, assim como em diversos momentos e atuações, esses são interessantes pontos de partida. Afinal, existe desde muito a luta das mulheres para ocupar novos lugares sociais, e trazer personagens que podem se tornar não apenas como referências, mas também como inspiração, é muito importante para a construção da identidade feminina, mas também na luta pela igualdade de direitos. Trazer esses nomes, suas breves biografias, pode suscitar indagações de o porquê de suas histórias serem desconhecidas, afinal, essas e outras mulheres quebraram preconceitos, posicionaram-se publicamente e lutaram por se estabelecer em espaços muitas vezes vetados a elas, rompendo com a estrutura vigente, adentraram um espaço classicamente masculino e reordenaram relações pessoais, sociais, de poder e mesmo jurídicas. A proposta do uso dessa reportagem é despertar o interesse de seu aluno, para que a partir dele você possa redirecionar as discussões sobre as possibilidades de se construir história a partir de grupos subalternos e marginalizados, mas também para que retorne a esses alunos com questões sobre a própria agência. Que todos nós, enquanto indivíduos, seres sociais, estamos inseridos em um universo cultural, no interior do qual construímos interpretações do que nos cerca, assim, mesmo que não sejamos Dandaras, Pagus ou Chiquinhas Gonzagas, possamos pensar pontos de partida para a apreensão de uma parcela do passado, um passado que ainda está em construção.

## Faça valer a pena

1. “A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atividades das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas se chocam. Porém, é uma regra que admite exceções. Este livro conta a história de um moleiro friulano – Domenico Scandella, conhecido por Menocchio – queimado por ordem do Santo Ofício, depois de uma vida transcorrida em total anonimato. A documentação dos dois processos abertos contra ele, distantes 15 anos um do outro, nos dá um quadro rico de ideias e sentimentos, fantasias e aspirações. Outros documentos fornecem indicações sobre as suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos. Temos também algumas páginas escritas por ele mesmo e uma lista parcial de suas leituras (sabia ler e escrever). Gostaríamos, é claro, de saber muitas outras coisas sobre Menocchio. Mas o que temos em mãos já nos permite reconstruir um fragmento do que se costuma denominar ‘cultura das classes subalternas’ ou ainda ‘cultura popular’.” (GINZBURG, 2006, p. 11).

A partir do trecho destacado é possível dizer que:

- a) A dificuldade de se encontrar fontes acerca das classes subalternas é um entrave para a pesquisa desses grupos, assim a solução é o estudo de casos individuais que somados em um conjunto de análises interdependentes recompõem o passado.
- b) Apesar da dificuldade em se encontrar fontes sobre as classes subalternas, realizar análises “vistas de baixo” é possível graças à tradição oral mantida na cultura popular, que propaga o conhecimento e a história das sociedades camponesas intactas.
- c) A dificuldade de se encontrar fontes acerca das classes subalternas é um entrave para a pesquisa desses grupos, mas não um impedimento efetivo, uma vez que pequenos vestígios podem ser seguidos e diversas fontes, aparentemente aleatórias podem ser cruzadas, na busca por reconstruir parte do passado.
- d) Apesar da dificuldade em se encontrar fontes sobre os excluídos e marginalizados, a produção escrita por camponeses como Menocchio é bastante volumosa e permite que os historiadores reconstruam o passado tendo como objetivo uma “história total”.
- e) A dificuldade de se encontrar fontes acerca das classes subalternas é um entrave para a pesquisa desses grupos, um impedimento efetivo que para ser suplantado exige do historiador a manutenção de fontes seriais, que permitem compreender as classes populares, sua cultura e forma de pensar e se relacionar socialmente.

**2.** “Minha própria sugestão sobre uma maneira de fazer contato é buscar a opacidade nos textos. Como tentei ilustrar, ao explicar o massacre de gatos na Rua Saint-Séverin, o momento mais promissor da pesquisa pode ser o de maior perplexidade. Quando deparamos com alguma coisa que nos parece inconcebível, podemos ter tropeçado num meio de acesso válido a uma mentalidade estranha. E, quando vencermos a perplexidade e alcançarmos o ponto de vista nativo, deveremos ser capazes de perambular através de seu universo simbólico. Entender qual é a piada, no caso de uma coisa tão pouco engraçada como uma matança ritual de gatos, é um primeiro passo para a ‘captação’ da cultura.” (DARNTON, 2014, p. 337).

Robert Darnton ao propor que “entender a piada” é o primeiro passo para apreender a cultura estabelece que:

- a) Há uma separação entre o universo cultural e o simbólico que podem ser apreendidos ao se verificar as relações entre as ações como o massacre de gatos e as práticas culturais recorrentes na sociedade francesa do século XVIII.
- b) Ao compreender a lógica de determinadas representações simbólicas temos acesso à forma de pensar dos indivíduos que as realizam e com isso é possível acessar o seu universo cultural.
- c) Ao se deparar com uma mentalidade estranha, o historiador deve se posicionar de forma a enquadrá-la, por meio da compreensão de sua lógica, ao seu método analítico, ou seja, deve deixar de lado a busca por compreender o universo simbólico.
- d) Mais importante que as formas como os indivíduos interpretam e representam simbolicamente eventos e ações é, para o historiador, compreender por que formas de raciocínio esses eventos foram constituídos e executados.
- e) Olhar a partir do ponto de vista do nativo permite ao historiador adentrar o universo de sua cultura, uma vez que cria a empatia e a solidariedade entre os dois e, assim como na antropologia, permite um conhecimento mais denso e aprofundado das sociedades distantes.

**3.** “As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo das palavras. ‘Poder’, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivale a ‘influências’ difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se *poderes*.” (PERROT, 2017, p. 177).

No trecho acima, Michelle Perrot apresenta um dos pontos cruciais para a sua análise da história das mulheres, a saber, as relações de poder. Com base no texto e nas discussões da seção escolha a alternativa correta:

- a) A possibilidade de diferentes interpretações de sentido da palavra “poder” é o primeiro indício da desigualdade entre homens e mulheres, mas também é o ponto de partida para o reconhecimento da existência de espaços de domínio feminino.
- b) As mulheres, ao não terem acesso ao poder, no singular, mantêm-se em sua zona de conforto, por exemplo, no lar, onde operam da mesma forma que a personagem cardeal do Estado.
- c) A permanência da mulher nos espaços domésticos só seria suplantada quando ela deixasse de exercer pequenos poderes e focasse sua luta na questão política, em que o verdadeiro poder se estabelecia.
- d) A conotação política da palavra “poder” – no singular – restringe a atuação feminina, não permitindo o seu acesso a cargos públicos, é herdeira da Igreja Católica que hierarquiza e masculiniza os espaços públicos e privados.
- e) As diferenças semânticas encontradas na palavra “poder” são uma expressão das diferenças biológicas e intelectuais entre homens e mulheres, e de que a mulher só é capaz de assumir pequenas responsabilidades ou “poderes”.

## Seção 2.3

### A micro-história e a análise de fontes

#### Diálogo aberto

Caro aluno, após as leituras e atividades desenvolvidas até aqui você já pode, com segurança, lidar com uma história múltipla, com personagens e teorias analítico-metodológicas diversas. Dentre as muitas possibilidades de abordagem da história, a reconstrução de trajetórias pessoais é algo que muito tem contribuído para o conhecimento do passado e também para a compreensão do processo histórico em sala de aula. Assim, após muitas discussões, sempre relacionadas aos conteúdos obrigatórios e sobre novos personagens, você também se propõe a apresentar a seus alunos um campo bastante rico dos debates historiográficos, a micro-história. A partir de discussões sobre como um indivíduo sozinho, um cidadão, um operário, uma mulher etc., pode ser o ponto de partida para uma análise mais ampla da sociedade, você buscará inserir o próprio aluno como ponto de partida para a construção histórica, propondo que ele escolha um membro de sua família e reconstrua a sua trajetória. Mas como isso é feito? A que fontes uma história assim deve recorrer? E como devem ser elas acionadas para permitirem uma leitura do passado?

#### Não pode faltar

Nascida no seio da *Escola dos Annales*, com sua negação à história factual e busca por uma história-problema, a **História Social** entraria em campo baseada na interdisciplinaridade, alargando objetos e aperfeiçoando métodos, em que a principal premissa seria afirmar a prioridade dos fenômenos coletivos, sociais, sobre os indivíduos das mais diversas posições sociais. Assim, vimos subir ao palco, não apenas grandes nomes, heróis, líderes, políticos, mas também operários, mulheres, literatos, prisioneiros, marginais e pessoas comuns,

aparentemente sem nenhum papel relevante para a construção do conhecimento histórico. Nesse movimento, de busca pela compreensão das relações sociais e de poder que movimentavam as sociedades do passado, surgiu dentro de um grupo específico de historiadores sociais italianos, dentre os quais destacam-se **Edoardo Grendi** (1932-1999), **Carlo Ginzburg** (1939--) e **Giovani Levi** (1939--), uma nova forma de se fazer a história, a saber, a **Micro-História**. Fruto da década de 1970, a micro-história gera muitas discussões e polêmicas sobre a sua definição. Nesta seção estudaremos de forma mais aproximada a micro-história, suas possibilidades historiográficas, demonstrando como pode ser conectada aos mais distintos campos teóricos.

## 1. Micro-história: primeiros ensaios

Neste momento, você pode se perguntar: mas afinal o que é micro-história? Essa pergunta pode ser respondida dizendo que em linhas gerais a micro-história é aquela pautada em uma história pessoal, de um indivíduo em especial, vivendo em um lugar específico, em uma época determinada. A proposta é partir desse indivíduo para a compreensão de um universo mais amplo, contudo não se trata de partir para a generalização. A micro-história não propõe, nem por pressupostos teóricos, nem em sua metodologia, que o estudo de um único personagem seja suficiente para a compreensão de toda a sociedade, vida e cotidiano do período e local estudado. Ao contrário, a sua proposta é compreender esse indivíduo dentro da sociedade em que ele se insere e a partir dele tecer possibilidades interpretativas para a própria sociedade, ou seja, compreender como esse personagem se insere dentro do movimento da história e ao mesmo tempo como ele pode ser o ponto de partida para compreender como homens e mulheres dentro daquela sociedade pensavam, agiam, articulavam leitura, construíam pensamentos e interpretações.

A micro-história nasce, como já dissemos, nos anos 1970, dentro das discussões e trabalhos de um grupo de historiadores italianos que centram suas pesquisas naquilo que podemos chamar de microanálise. Podemos estabelecer como principais veículos de divulgação desses trabalhos os *Quaderni Storici* (1966) – fundada por

**Alberto Caracciolo** (1926-2002), em que os primeiros trabalhos de pesquisa históricos da que hoje chamamos de micro-história foram publicados e que agregaria uma nova geração de historiadores italianos, entre os quais se destacam **Edoardo Grendi** (1932-1999), **Giovanni Levi** (1939), **Carlo Ginzburg** (1939), **Luisa Accati** (1942), **Carlo Poni** (1927) e vários outros – e uma coleção editada por **Giulio Einaudi** (1912-1999) – em que foram publicadas várias pesquisas de fôlego sob título *Microstorie* (1981-1992) (LIMA FILHO, 1999, p. 2).

Os historiadores agrupados em torno dessas duas publicações possuíam influências múltiplas, construindo análises de história social a partir de pressupostos que ligavam os *Annales* às leituras da *New Left* inglesa e um intenso diálogo com as ciências sociais, especialmente com a sociologia, a economia e a antropologia social. Esses historiadores estavam engajados em uma intensa discussão sobre a renovação historiográfica na Itália, num esforço não apenas de atualização de temas, mas também na discussão dos modelos interpretativos e metodológicos aplicados no terceiro quartel do século XX. Nas publicações dos *Quaderni Storici* é possível verificar a multiplicidade temática das pesquisas desse grupo de historiadores, dentre as quais se destacam a história da família e da comunidade, a demografia histórica, a aproximação entre a história e a antropologia, o folclore, a cultura material e a história oral. Voltaram sua atenção também para os grupos subalternos e marginais como os camponeses, as mulheres, os operários, as religiões populares e as minoritárias e os criminosos, entre outros. É também nos *Quaderni Storici* que se discutirá de forma mais direta os estudos de microanálise, mais tarde chamados de micro-história, em vários artigos publicados a partir de meados dos anos 1970, com principal objetivo de dar um conteúdo empírico ao seu projeto de microanálise histórica. Dentre esses trabalhos o artigo de Carlo Poni e Carlo Ginzburg, “O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico” (1979) merece destaque, publicado em comemoração aos 50 anos dos *Annales*, o artigo tem como foco principal uma reflexão sobre a longa duração e sua relação com a historiografia francesa e a italiana, apontando uma contribuição desigual entre ambas, em que a primeira teria entrado com modelos interpretativos e ferramentas de estudo extensivo e serial e a segunda com uma extraordinária riqueza de arquivos. Para os dois historiadores italianos a micro-história tinha

um papel de instrumento de reequilíbrio dessas trocas, na medida em que colocavam sob suspeita os grandes modelos interpretativos, mais especificamente os braudelianos, aparecendo como uma resposta para a insatisfação causada pela dificuldade em se aplicar tais modelos, vindo impregnada de antropologia, com objetivo de investigar dimensões negligenciadas da experiência histórica. No campo metodológico a micro-história, segundo Ginzburg e Poni, estabelece um estudo em escala reduzida, intensivo e entrelaçado à pesquisa extensiva da documentação serial.

## 2. Carlo Ginzburg e a micro-história

Como você pôde verificar na seção anterior, Carlo Ginzburg é o autor da obra mais conhecida e debatida da chamada micro-história, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (1976), em que reconstrói a trajetória do moleiro italiano Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, a partir da análise do processo de inquisição contra ele instaurado e do cruzamento de diversas outras fontes, analisa o processo inquisitório. Esse autor, dada a enorme visibilidade de sua obra, tornou-se indiscutivelmente um sinônimo de micro-história, contudo é necessário pontuar que ele é parte de um grupo de historiadores envolvidos com a microanálise – não foi o primeiro a publicar uma pesquisa biográfica reconhecidamente de micro-história, tendo começado sua contribuição nos *Quaderni storici* apenas em 1978, tampouco participou das primeiras discussões sobre a micro-história, mas estas sempre parecem ter estado em consonância com suas preocupações intelectuais (GINZBURG, 2007, p. 249-279). Isso já ficava claro em *O queijo e os vermes, mas fica mais explícito em seu artigo Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1979), em que ele discute o surgimento de um novo “paradigma científico” nas ciências humanas no decorrer do século XIX, recuperando um diversificado conjunto de contribuições que agregavam desde contribuições metodológicas da crítica de arte, passando pela semiótica chegando à psicanálise, tendo ainda ligações com uma busca investigativa muito bem apresentada pela obra literária de **Sir Arthur Conan Doyle** (1859-1930), consagrada em seu personagem Sherlock Holmes. Em linhas gerais, Ginzburg apresenta esse novo paradigma científico calcado na prática de

investigação de pistas, vestígios e indícios que permitem aos vários campos do conhecimento tecer hipóteses que quando comprovadas pela observação, cruzamento e análise de vários aspectos do mesmo problema conduzem às conclusões e respostas aos enigmas. Assim, estabelece o que chamou de **paradigma indiciário** que, assim como a medicina e outras ciências em seus primórdios, baseia-se na ideia de que a pesquisa histórica deve se fazer a partir da leitura de indícios, pistas, fragmentos e sintomas. Ao contrário das ciências exatas e biológicas, que não veem conhecimento científico possível fora das comprovações por meio da regularidade e universalidade dos resultados, a História é incapaz de se desligar de elementos singulares, individuais e que não se repetem, não trabalhamos em um laboratório com cobaias em que podemos aplicar nossas teorias e métodos, buscando encontrar respostas idênticas que comprovem nossas hipóteses. Assim, segundo Ginzburg, a história é uma disciplina indiciária por excelência, encontrando seus fundamentos científicos nesse paradigma. Embora *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* proponha uma reflexão sobre a História de forma geral, é impossível não estabelecer relações das proposições de Ginzburg nesse artigo e o trabalho realizado em suas obras anteriores, especialmente *Os andarilhos do bem* (1966) e *O queijo e os vermes* (1976), assim como é impossível não estender para a micro-história esse paradigma e a metodologia de análise das fontes que ele permite constituir.



### Assimile

Em *O queijo e os vermes* (1976), Ginzburg já realizava um trabalho conectado com práticas de pesquisa e metodologias que permitiam a outros campos do conhecimento obter resultados, como a crítica de arte, medicina, a psicologia e o trabalho dos detetives. Assim, perseguiu os sinais, os indícios, as pistas, sempre atento aos detalhes que permitiam compreender como aquilo que não estava dito, ou presente nos documentos, podia contribuir para o conhecimento da cultura popular religiosa do início da idade moderna, especialmente, porque essa cultura camponesa estava grandemente atrelada à tradição oral. Assim, não se contentando com a construção de uma história dada apenas por aquilo que estava escrito nos documentos, Ginzburg lança seu olhar para uma vida aparentemente pouco importante, de um moleiro, e de forma perspicaz adentra as fontes, segue as pistas e rastros deixados nos documentos inquisitoriais, construindo possibilidades para o cotidiano de

um moleiro. São essas pistas e indícios que permitem apreender detalhes que uma **macro-história** não permitiria conhecer, assim, Ginzburg nos apresenta não apenas o que Menocchio lia, mas principalmente *como* lia essas obras e a forma como essas leituras, alimentadas por uma cultura oral, construíram suas ideias heréticas levando-o ao tribunal da inquisição. Constrói-se um ambiente em que as categorias dadas pela interpretação de processos tidos como uniformes, clássicos, por exemplo, a oposição entre o protestantismo e o catolicismo, não dão conta de explicar a **cosmogonia** criada por Menocchio. Assim, seguindo os indícios, atento aos detalhes, Ginzburg procura as relações entre o singular e o coletivo, indo de seu personagem para processos mais amplos do período e vice-versa, observa o moleiro a partir de uma inversão metodológica que permite olhar além do genérico e do totalizante.

Em *O queijo e os vermes*, com o estudo de um caso singular Ginzburg conseguiu, de certa forma, construir uma nova metodologia para a micro-história, assim, a imagem de “paradigma indiciário” foi incorporada ao debate sobre o que seria essa nova abordagem, sendo agregada a muitas pesquisas. Aqui é importante ressaltar que essa não é uma metodologia exclusiva nem da micro-história, nem *para* a micro-história, que assim como outras propostas de construção do conhecimento histórico possui múltiplas possibilidades de ação e entradas metodológicas. É possível estabelecer, assim, que a formulação teórica do historiador italiano forneceu elementos para reflexões mais amplas sobre o lugar da micro-história não apenas no momento de renovação da história social nos anos de 1970, mas também enquanto uma forma possível de se fazer história por meio de outro olhar sobre as fontes.

### 3. A micro-história e a redução de escalas

Embora nascida na Itália, a micro-história não foi e não é uma forma de se fazer história que se manteve apenas entre os historiadores italianos, ela ganhou projeção internacional, especialmente por meio da obra de Carlo Ginzburg e de Giovanni Levi. Assim como outras, recebeu atenção e críticas de historiadores ao redor do mundo – e aqui destacamos a coletânea de artigos organizada por Jacques Revel, *Jogos de escala*. Segundo Manoel Salgado Guimarães

(2000), essa obra faz parte da tradição francesa de realizar balanços e avaliações sobre a produção historiográfica, num esforço em discutir sistematicamente os parâmetros da pesquisa histórica, mas que também traz uma grande contribuição para a legitimação desse campo da pesquisa histórica. De forma geral, o livro busca traçar um panorama dos problemas que envolvem a micro-história, sendo publicado em um momento em que a história social se vê em meio a profundas críticas, especialmente aquelas lançadas pelos representantes da chamada **virada linguística**. Nesse momento, a micro-história desponta como uma renovação no interior da história social, apontando para novas possibilidades para o trabalho do historiador, numa busca por sofisticar e redimensionar a pesquisa, fazendo uso de procedimentos que, em certa medida, questionavam antigas concepções (GUIMARÃES, 2000, p. 217-223).

Um ponto importante para a compreensão da micro-história é entender como ela opera a partir de uma redução na escala de análise, pretendendo construir uma descrição mais detalhada com maior exploração de seu objeto de estudo. Essa redução na escala de análise é o que permitiu que as experiências individuais ganhassem destaque quando postas em relação com aquilo que é tomado por global, ou seja, a partir de um indício, um detalhe muito específico buscar responder questões de interesse mais amplas e gerais. Assim, pode-se dizer que por meio da análise em uma escala muito diminuída, a micro-história pretende chegar a conclusões de alcance geral (ROSENAL apud REVEL, 1998, p. 157), fazendo para isso uma análise profunda e incansável do objeto de estudo, pelos mais variados ângulos de abordagem de realidades interligadas, ainda que muitas vezes contraditórias.



### Exemplificando

Imaginemos que um jovem historiador adentra o arquivo para realizar uma pesquisa sobre crimes cometidos contra mulheres tendo como justificativa a perda total da razão. Sua proposta inicial é a de mapear dentro de um recorte temporal e espacial todos os crimes, na busca por, a partir da análise serial dos processos, construir padrões de violência contra a mulher. Entretanto, no decorrer da pesquisa ele encontra um processo em que, mais que com o caso relatado, ele se intriga com a forma como

o advogado articula seus argumentos em defesa do agressor. A partir daí nosso jovem historiador modifica seu foco de análise, abandonando sua proposta inicial e seguindo as pistas encontradas nas falas, argumentos e declarações do advogado. Nesse momento ele opta por diminuir sua escala de análise, centrando-se em apenas um indivíduo, que dentro de sua nova proposta de análise será observado de vários ângulos. Para isso, o mapeamento de todos os processos em que esteve envolvido será necessário, assim como o será identificar elementos de sua criação, sua formação, mapear suas leituras, seus relacionamentos com clientes e todas as outras informações que as pistas lhe permitirem seguir e encontrar. Sua proposta final não será a de construir uma interpretação de como os advogados de defesa atuam em crimes contra a mulher, assim como não tem por objetivo apenas conhecer mais sobre seu objeto. O que o intriga é como um advogado dentro daquele espaço temporal e geográfico constrói suas interpretações de direito, de justiça e como elas são articuladas no momento de executar seu trabalho. Para resolver esse mistério ele, com certeza, deverá em vários momentos ampliar sua escala de análise, inserindo seu objeto dentro de um campo mais amplo de discussões.

É importante destacar que não se trata da simples redução do objeto de investigação – a uma sociedade, um personagem ou grupo social – numa contraposição às escalas macro das histórias nacionais e dos indivíduos coletivos. Aqui temos um elemento crucial para a compreensão da micro-história, “a escala é uma escolha relativamente arbitrária do historiador a partir de um ponto de vista do conhecimento para a apreensão do real” (SILVA, 2005, p. 155). Assim, há uma grande variação nas escalas propostas pelos historiadores da micro-história, variação essa que produz análises diversas, a partir de relações também diversas estabelecidas com o todo. Jacques Revel talvez nos dê a melhor explicação a respeito, ao identificar que para a abordagem da micro-história a escolha de determinada escala irá produzir resultados de conhecimento do passado, mas também pode ser posta a serviço de estratégias para que se chegue a esse conhecimento, assim, variar a escala não significa simplesmente realizar a diminuição ou aumento do tamanho do objeto de análise – um indivíduo, um grupo, uma sociedade, uma nação – sob o microscópio do historiador, mais que isso, significa modificar a trama e a forma como esse objeto é constituído. Nesse sentido, é o princípio da variação de escalas, que

deve ser considerado ao se pensar a micro-história, e não a escolha de determinada escala (REVEL, 1998, p. 20).

Para a compreensão da micro-história também é importante ter em mente que não se trata de uma abordagem que forme um corpo de proposições unificadas, uma vez que não congrega ou está congregada em formulações teóricas definidas, estando muito mais atrelada a uma experiência de pesquisa, a uma prática. Segundo Fernando Teixeira da Silva, a micro-história possui dois elementos que lhe conferem alguma singularidade: “a aposta na investigação empírica densa e intensiva de um objeto e a desconfiança em relação às generalizações abstratas”. Entretanto, como destaca o historiador brasileiro, mesmo esses elementos unificadores não são privilégio dessa abordagem, estando sua originalidade posta na forma como a micro-história problematiza e opera com as escalas de observação do objeto (SILVA, 2005, p. 155).



### Refleta

Ao se mudar as escalas, saindo de uma abordagem que leva em conta o todo da sociedade e partindo para o específico, para um caso apenas, reduzindo ao máximo o objeto, incorremos no risco de realizar exatamente o inverso do que a micro-história propõe, ou seja, a generalização, tomando nosso personagem como um descritor ou exemplo de toda uma sociedade ou forma de pensar. Quando nos propomos a realizar uma microanálise existiriam limites ao ampliar e diminuir nossa lente analítica [nossas escalas]?

Como você pôde perceber ao longo da leitura desta seção, a micro-história é um campo ainda muito aberto às discussões, que possibilita novas formas de se apreender o passado, não somente retirando o foco de uma história factual, mas também por oferecer aos historiadores a possibilidade de novos tratos e formas de abordagens das fontes. Talvez a grande atração que ela tenha seja, exatamente, parecer ser algo imprevisível, aguçando a curiosidade e a tendência detetivesca do historiador. Trabalhar com a micro-história não é algo simples, sair das análises macro, com conceitos e metodologias muitas vezes prontos, é algo bastante difícil, mas adentrar o universo micro, seguindo pequenas pegadas e pistas que aos poucos vão ajudando a construir interligações e desvendando

histórias muitas vezes inesperadas é algo que em muito atrai e cai no gosto das novas gerações de historiadores. A micro-história aqui apresenta-se como mais uma forma de se pensar a multiplicidade da historiografia, oferecendo a você, aluno, a oportunidade de pensar e repensar os encaminhamentos de sua própria experiência enquanto historiador e professor.



### Pesquise mais

Caro aluno, chegamos ao final de nossa seção e, mais uma vez, sugerimos que você se aproprie dos conteúdos aqui apresentados, mas também que o amplie por meio de uma rotina de estudos, de prática de pesquisa e leituras. Para aprofundar nossas discussões propomos a leitura dos seguintes textos:

LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno: entrevista com Giovanni Levi. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 157-170, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-37-74-00157.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 154-161, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100006>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

### Sem medo de errar

Caro aluno, agora que você realizou todas as leituras, não apenas desta seção, mas de toda esta unidade, pode, com segurança, retomar vários dos pontos aqui trabalhados com seus alunos, especialmente aqueles que podem funcionar como um motivador para a compreensão que ele mesmo, aluno, é parte da história, na medida em que suas experiências, pessoais, em grupo e no contato com as mais diversas formas de conhecimento, de pensamento e de transmissão estão sempre relacionadas com aspectos culturais da sociedade em que vive. Assim, ao retornar à atividade proposta de

tentativa de construção da trajetória de um membro de sua família você deve em primeiro lugar indagar quais foram os motivadores, como se deu a escolha de seu objeto – recordando-se sempre que parte dessa escolha não foi totalmente pessoal, mas imposta pela própria atividade. Uma vez escolhido esse objeto, quais foram as fontes que cada aluno recorreu? Muitas são as possibilidades, que vão desde documentos até a história oral, mas quais eles privilegiaram, como elas foram ligadas? Partindo dessas indagações, nossa proposta é que essa atividade se desdobre em uma discussão de como seria possível relacionar essas personagens e suas trajetórias a movimentos mais amplos, por exemplo, uma avó nascida na década de 1930, que se escolarizou, frequentou a faculdade, pode servir de ponto de partida para compreender determinado universo feminino ou um pai operário pode em muito ajudar a reconstruir a experiência fabril. É claro que por mais que você leve aos seus alunos a possibilidade de inserir essas trajetórias em contextos mais amplos, deve sempre ter o cuidado para evitar que eles façam ligações generalizantes, é crucial demonstrar que cada um desses personagens podem ser foco do estudo da história, mas que eles sozinhos não são exemplos representativos de toda uma sociedade ou grupo, por mais que nos ajudem a compreender partes de ambos.

## Faça valer a pena

**1.** “A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que o historiador não possa deixar de refletir, explícita ou implicitamente, as séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como seus códigos expressivos que permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros **nosográficos** para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.” (GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 156-157).

**\*Nosográficos:** classificação metódica das doenças segundo o caráter distintivo de cada classe, ordem, gênero e espécie.

No trecho destacado, o historiador italiano Carlo Ginzburg trata de uma das principais características do que ele estabelece como sendo o ofício do historiador que deve:

- a) Afastar-se do paradigma indiciário uma vez que o historiador precisa estar atento às escalas analíticas.
- b) Seguir o paradigma indiciário, colocando o historiador atrás de pistas, indícios, tal qual um detetive construindo hipóteses.
- c) Aproximar-se do ofício do detetive, seguindo o paradigma indiciário, centrando-se em fontes que comprovem as hipóteses levantadas.
- d) Centrar-se no paradigma indiciário, mas não abandonar as generalizações necessárias para a construção de uma história total.
- e) Rejeitar o paradigma indiciário, uma vez que o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.

**2.** “A micro-história também tem se ocupado dos problemas da escala de observação e da generalização, dos pequenos indícios e da contextualização simbólica, marcando proximidades e diferenças em relação à antropologia interpretativa. A investigação histórica revela-se viável no interior de uma escala reduzida, permitindo estabelecer outros nexos entre evento e estrutura pela ‘reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula”.

(SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. História, Franca, v. 24, n. 1, 2005, p. 154-155).

A partir do trecho citado é possível afirmar que:

- a) A micro-história tem como base uma metodologia definida em torno das variações de escalas analíticas, que busca por evitar estudos individualizados que escapem ao geral e total da sociedade.
- b) Apresentada como categoria básica para a construção de microanálises a variação de escalas permite ao historiador destacar seu objeto do ambiente em que vive e, à maneira do médico, dissecá-lo por meio de um estudo exaustivo.
- c) A diminuição da escala de análise ao nível mais elementar, o indivíduo, é um desdobramento do afastamento da micro-história e da antropologia humanista, dada a constante busca por generalizações da segunda.
- d) A redução da escala de análise permite, por um lado, apreender experiências e estabelecer relações não possibilitadas dentro de outros campos da historiografia e, por outro, vislumbrar especificidades que uma visão geral não permitiria.
- e) A variação de escalas implica em um afastamento do historiador de outras correntes, assim como de outras ciências, como a antropologia, devido à sua marcante característica individualista.

**3.** “[...] a micro-história foi ao mesmo tempo parte atuante e resultado, produtora e produto de um panorama historiográfico que não deixou de transformar-se continuamente. No caminho, seu programa original foi igualmente alterado, incorporando novas questões e se contrapondo às novas simplificações que passaram a também ocupar um lugar importante no debate histórico. Exatamente pela sua capacidade de reagir e de dialogar com um panorama historiográfico cambiante, a micro-história e as questões por ela levantadas foram capazes de ser incorporadas e combinadas a contextos historiográficos e de pesquisa profundamente diferentes daqueles em que ela havia sido originalmente pensada” (LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Micro-História*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 221).

No que se refere à micro-história enquanto abordagem histórica é possível afirmar que:

- a) Mesmo sendo praticada, discutida e ampliada há mais de quatro décadas, ainda é um campo em constante renovação, não estabelecendo método e teoria fixos, mas operando com diversas possibilidades de ligação dentro e fora da história.
- b) As grandes modificações nas bases da micro-história no decorrer das últimas quatro décadas não permitiram que ela se constituísse como um campo historiográfico definido e, por mais que ela atraia adeptos não há possibilidade empírica para a sua aplicação.
- c) Nascida no interior da História Social como uma crítica ao marxismo ortodoxo, a micro-história, desde a sua fundação, amplia suas discussões ao se acercar da história cultural proposta pela virada linguística.
- d) A possibilidade de renovação da micro-história a estabelece hoje como caminho por excelência para os estudos das classes subalternas, na medida em que já se esgotaram as possibilidades de pesquisas sobre os grupos coletivos.
- e) A micro-história, devido à capacidade de ser incorporada e combinada a contextos historiográficos muito diversos daqueles em que havia sido originalmente pensada, tem a cada dia se afastado mais da História Social, sendo muito mais utilizada nos estudos contemplados na História Cultural.

# Referências

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 2. ed. Porto: Europa-américa, 1990 [1983].

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHARTIER, Roger. Conversa com Roger Chartier por Isabel Lustosa. **Trópico**, 2004. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/print/2479.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976].

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1979].

\_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 217-223, 2000. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi01/01\\_resenha01.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_resenha01.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2017.

HALL, Stuart. Vida e época da primeira New Left. **Plural**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2014, p. 214-234. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/97221>>. Acesso em: 17 out. 2017.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LaCAPRA, Dominick. O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2015000100293&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000100293&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 out. 2017.

LEVI, Giovanni. Os perigos do geertismo. **História Social**, Campinas, n. 6, p. 137-146, 1999. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/182>>. Acesso em: 20 out. 2007.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279985>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: uma grande mestra da história das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 509-512, dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000200009&lng=pt\\_BR&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200009&lng=pt_BR&nrm=iso)>. Acesso em: 23 out. 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 191-200, out. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/86432/89089>>. Acesso em: 20 out. 2017.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Os Annales e a historiografia francesa**: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: EDUEM, 2000.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 149-161, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100006>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987a.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 1987b.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.



# Lugares de memória: arquivos, imagens e história oral

## Convite ao estudo

Chegamos à metade de nossa disciplina. A partir daqui, nossas discussões tendem a aprofundar questões mais voltadas para a sua prática docente e de pesquisa. A proposta é oferecer uma série de discussões acerca de possibilidades no uso e trato de documentos, tanto na pesquisa histórica quanto para uso em sala de aula. Em sua prática diária você poderá verificar que apenas a leitura e utilização de livros didáticos, por melhores que sejam, não serão suficientes para que seus alunos desenvolvam habilidades e competências que os levem a construir de forma autônoma o conhecimento histórico e crítico. Assim, apresentaremos discussões que permitirão que você ofereça a eles possibilidades de problematizar, estabelecer relações e refletir criticamente sobre os mais diversos processos históricos. Para isso, trazemos nesta unidade, uma discussão em torno de três grandes modalidades de suportes, a saber: escritos, orais e imagéticos. Na primeira seção, trataremos de forma mais aproximada das fontes mais clássicas para o ofício do historiador, as fontes escritas, na busca por demonstrar a sua diversidade tanto em tipos quanto em metodologias de análise. Na segunda seção, centraremos nossa discussão na reconstrução do passado por meio da memória, assim a história oral será o ponto de nossa reflexão acerca não apenas do passado, mas também das especificidades de sua utilização. Finalmente, na terceira seção, apresentaremos uma discussão sobre a utilização de imagens na nossa prática de pesquisa e de ensino. Mais uma vez convidamos você, aluno, a se apropriar deste material realizando as leituras aqui sugeridas, mas ampliando-a por meio do desenvolvimento de uma prática sistemática de estudo, pesquisa e leitura complementares.

## Seção 3.1

### Arquivos e a pesquisa com fontes escritas

#### Diálogo aberto

Ao trabalhar com seus alunos os mais diversos temas, os documentos escritos, como fontes clássicas e comumente tomados como principais meios para o conhecimento histórico, podem ser problematizados. Levar aos seus alunos um grande número de documentos escritos, produzidos pelos mais diversos grupos sociais, com grande variedade de formar e a partir deles discutir intencionalidades, silêncios, sua produção e circulação será o que você buscará fazer para que eles possam refinar sua leitura e criticidade. Como objeto disparador dessas análises, você proporá a seus alunos uma leitura e comparação de três documentos escritos de momentos diferentes e com lógicas também diversas: A carta de Pero Vaz de Caminha (<<https://goo.gl/s4x9hN>>. Acesso em 13 ago. 2017), um trecho a sua escolha d'**A Revista Ilustrada** nº191 (jan. 1880 <<https://goo.gl/eCgA84>>. Acesso em 13 ago. 2017) e um blog (<<https://goo.gl/FhHJTU>> Acesso em 13 ago. 2017).

Como você encaminharia as discussões sobre as diferentes origens, produções e lógicas desses documentos e seus usos e importância para o trabalho do historiador?

#### Não pode faltar

Caro aluno, como vimos nas seções anteriores, o trabalho do historiador pode ser algo muito instigante e múltiplo. Os diversos encaminhamentos historiográficos apresentados até aqui, além de nos demonstrarem a existência de grandes possibilidades de trabalho a partir de propostas teóricas das mais variadas, também colocaram em destaque formas diversas de se lidar com as fontes, que são parte importantíssima para o trabalho do historiador. Como pudemos verificar, a forma como o historiador se relaciona, como lê, indaga, organiza, problematiza e entende suas fontes é algo que esteve presente desde o século XIX, quando da organização de nosso campo de trabalho e vem se modificando a cada dia. Passado

mais de um século desde a instituição do documento escrito como único caminho para alcançar aquilo que realmente aconteceu no passado, temos, hoje em dia, vários debates sobre o seu papel no trabalho do historiador, que modificaram os objetos, a forma de se ver e lidar com o documento. Desta feita, não mais se busca a verdade e nem se entende o documento escrito nem como testemunho e muito menos como a única forma de se acessar o passado. Mas ele ainda se mantém fundamental para o trabalho dos historiadores das mais variadas vertentes. Assim, para além das grandes mudanças historiográficas do último século, ainda recorreremos às fontes documentais para a garantia da cientificidade de nossa pesquisa. São as fontes que legitimam o discurso historiográfico e o estabelecem como saber científico, que é construído já a muito tendo em vista as indagações, recortes e inquietações dos profissionais da História.

Nas páginas que seguem, apresentaremos algumas reflexões sobre a multiplicidade, não apenas de tipos de documento escrito, mas também de suas lógicas de produção, circulação e análise enquanto fontes históricas.

## **1. Arquivística e História**

Os arquivos são um espaço fundamental para o trabalho diário de pesquisa de grande número de historiadores e estão intimamente ligados ao desenvolvimento da História enquanto campo de conhecimento e disciplina escolar. Até final do século XVIII, constituíam-se em propriedades privadas, de monarcas, com acesso restrito sigiloso e ao arbítrio desses governantes. Na França, a Revolução Francesa (1789) transforma os arquivos em instituições estatais, com acesso sendo aberto a todo cidadão. Com as discussões surgidas sobre a organização dos arquivos, aliadas ao desenvolvimento do positivismo e as demandas criadas pelo trabalho dos historiadores, nasce uma nova ciência, a Arquivística, que tem como base a ideia de que os documentos devem se organizar segundo a estrutura das instituições de onde vêm (REIS, 2006, p. 06-09).

No decorrer do século XIX, esta nova ciência se desenvolverá e será fundamental sua aliança com a Escola Metódica para a organização e consolidação dos dois campos do conhecimento, na medida em que, durante muito tempo, a arquivística trabalharia

para garantir a eficiência do oferecimento de fontes para o trabalho dos historiadores. Assim, seriam criados guias, catálogos, manuais, inventários, listas e outros instrumentos de pesquisa, que permitiriam ao historiador localizar a documentação necessária para a realização de seu trabalho (REIS, 2006, p. 06-09). Se, por um lado, a arquivística procurava novas teorias para facilitar a guarda, classificação e catalogação dos documentos, ao historiador cabia encontrar, identificar, averiguar a veracidade e a partir deles reconstruir o passado. Já no início do século XX, os arquivos retomariam sua característica de trabalhar a serviço do Estado, readquirindo sua dimensão administrativa. Isto ocorreria especialmente nas décadas de 1930 a 1950, em que seriam desenvolvidos sistemas de guarda e disponibilização de documentos a se colocar a serviço da administração pública. Assim, o que vemos, a partir meados do século passado, é o arquivo envolto com três dimensões a serem conciliadas: a da arquivística; a da história; e a da administração. Vemos também o aprofundamento dos debates teóricos e o desenvolvimento da ciência arquivística, em busca por fundamentação, autonomia e seu estabelecimento como Ciência da Informação. Marcadamente, a partir dos anos 1990, a arquivística adentra em uma nova era, na qual a informática passa a assumir papel essencial como veículo para a gerência de novos documentos (REIS, 2006, p. 06-09), e também para a preservação, compilação e divulgação de documentos há muito organizados e catalogados. Assim, grandes massas de documentos são atualmente disponibilizadas em formato digital. O que, por sua vez, permite o acesso cada vez maior aos acervos presentes nos arquivos e garante a preservação de documentos que deixam de ser manualmente manipulados. Desta forma, os arquivos apresentam-se como espaços privilegiados para a pesquisa do historiador, agregam os mais diversos tipos de documentos escritos e imagéticos, que servem para a construção de nossas interpretações sobre o passado, mas também são espaços com lógicas próprias, em que muitas vezes o pesquisador é um “corpo estranho”, que precisa se adequar ao arquivo. Mais que uma instituição estática, responsável por armazenar papéis inertes da história, o arquivo é um espaço em que o historiador irá encontrar um universo vivo que se organiza a partir de regras próprias, em que documentos também “vivos” lhe apresentarão pensamentos, falas, silêncios e estranhamentos que o

farão pensar e inquietar-se. Enfim, é no arquivo que a divisão entre teoria e prática se desfaz, onde o historiador deverá, muitas vezes reaprender a sua prática, na medida que a singularidade de um arquivo poderá colocar em evidência fraquezas de suas escolhas teóricas e/ou metodológicas (FARGE, 2009, p. 55-57).



### Assimile

As fontes são suportes documentais, dos mais variados, que servem ao historiador como ponto de partida para a investigação do passado. As fontes escritas são apenas uma parte das possibilidades de indícios do passado, mas não são as únicas. Mesmo entre as fontes escritas, temos que estar cientes de sua multiplicidade e variedade de suportes, que exigem dos historiadores métodos e técnicas de análise específicas. Da mesma forma, a organização dos arquivos que fazem a “guarda” desses documentos possui lógicas próprias que muitas vezes excluem ou dificultam o trabalho do historiador. Adentrar um arquivo pode muitas vezes redefinir as formas como ele se relacionará com suas fontes.

## 2. O historiador e as fontes escritas

Como você pode verificar no decorrer desta disciplina, houve no século XX grandes mudanças de perspectivas no que se refere a uma história dita tradicional. Assim, surge uma nova história que não se pretende mais “totalizante”, assim como, deixa seu olhar da elite, com foco nos grandes feitos e grandes homens, para se reconstruir, levando em conta a subjetividade, os subalternos, as especificidades e particularidades (BURKE, 1992). No bojo da criação dessas novas perspectivas, e de seus desdobramentos, a própria forma como os mesmos documentos são entendidos e utilizados pelos historiadores foi se modificando. Um exemplo bastante interessante são os documentos cartoriais, como testamentos e inventários post-mortem, que desde muito são utilizados para construções quantitativas sobre aspectos econômicos, de circulação de bens e de perfis de determinados grupos de indivíduos, e que, nos últimos anos, cada vez mais, têm sido utilizados para análises que buscam compreender história múltiplas como a mentalidade de quem e para quem foram produzidos, as lógicas das relações pessoais e de poder, práticas religiosas verificáveis, por exemplo, na preocupação com a salvação da alma, nas doações de esmolas, no pedido

de missas e encomenda do corpo após a morte – no caso dos testamentos e na verificação do cumprimento desses pedidos após a morte do testador.

Interrogatórios, julgamentos eclesiásticos são largamente utilizados não apenas para o estudo das instituições que os produziram, mas principalmente para a apreensão da cultura popular, da oralidade e da lógica das relações sociais, trazendo para a prática do historiador a necessidade de lidar com silêncios, indícios, com o não dito, cercando e cruzando documentos para alcançar impressões do passado (DARNTON, 2014; GINZBURG, 2006; LEVI, 2000). Outros manuscritos, como cartas, relatórios, registros cartoriais, bilhetes, etc. também têm se constituído como fontes que, lidas de formas individuais, serialmente ou em conjunto com outras, permitem a apreensão do passado. Jornais e revistas vêm sendo utilizados para a reconstrução de histórias pessoais, políticas, de organizações entre uma enorme infinidade de outras possibilidades. No mesmo sentido, os documentos da justiça secular têm se colocado como fundamentais para a análise de grupos sociais marginalizados. Cada vez mais, a historiografia tem adentrado a documentação produzida pelo Direito e a Justiça na busca por se aproximar do universo daqueles que não figuram nos documentos oficiais. Assim, mesmo em contextos em que aparentemente os subalternos não produziram por si mesmos documentos que propiciem uma análise de sua história, as novas formas de se compreender e de interpretar as fontes tem permitido adentrar seu universo e reconstruir as suas experiências enquanto agentes do processo histórico. Um exemplo disso é o que ocorre nos estudos sobre a escravidão brasileira desde pelo menos os anos 1990, em que os historiadores, mais do que realizar tabelas, construções de perfis e levantamentos demográficos sobre a população escrava, têm buscado se aproximar do universo dos escravos para compreender a sua visão da escravatura e qual a sua contribuição para a formatação das relações sociais no Brasil pré-abolicionista (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 10-12). Nesse sentido, a história social da escravidão utiliza, de forma intensiva, os processos criminais e cíveis, assim como as leis e as discussões sobre o Direito, fontes que, aliadas a jornais, à literatura e outros documentos, permitem que nos acerquemos desses indivíduos cada vez mais. Essa tendência tem produzido novas interpretações e permitido o

conhecimento sobre vários aspectos da escravidão e das relações sociais como: o cotidiano da escravidão, as revoltas e a resistência, religiosidade escrava, o processo abolicionista e seus atores, as interpretações da liberdade, a apropriação e interpretação das leis que faziam os diferentes grupos sociais, os dilemas orientaram o processo de mudanças sociais e a luta escrava para conseguir a própria liberdade.

Outro documento escrito que vem, nas últimas décadas ganhando grande número de análises é o impresso, especialmente o livro. A partir desse tipo de fonte, muitos têm sido os encaminhamentos das pesquisas que visam compreender como as ideias foram e são transmitidas por vias impressas, como o contato de um número cada vez maior de pessoas com esse conhecimento promove transformações e afeta o pensamento e o comportamento da sociedade em determinados momentos históricos. Esses estudos caminham desde a história da escrita dos livros, passando por sua produção editorial, até as formas e implicações de sua circulação e consumo, trazendo para o palco da história novos atores, a saber, escritores, editores, críticos, distribuidores e leitores. Aqui, não apenas a literatura tem se tornado foco da análise dos historiadores, mas também a produção didática, o cordel e a pornografia. O estudo da história dos livros e da leitura nos permite ainda compreender meandros que compõem, ao lado de muitos outros, a construção e solidificação de conceitos e estereótipos característicos das sociedades e momento histórico em que são produzidos (DARNTON, 2010, p. 209-255).

### **3. Fontes escritas o trabalho do historiador e suas lógicas**

A relação entre historiador e fonte é bastante pessoal e exige que os documentos, que estão depositados nos arquivos, sejam manipulados a partir de uma nova lógica que não é nem a de sua criação e muito menos aquela dada pela arquivística. O historiador não apenas estabelece suas fontes, ou segue os indícios que encontra nessa documentação. Ao longo de seu trabalho, ele também deverá separar, agrupar, reordenar e criar uma nova lógica que dará sentido ao conjunto. Ou seja, o trabalho do historiador acaba por transformar a fonte, constituindo-se em algo único. (CERTAU, 1982, p. 83).



Podemos dizer que o que confere ao documento o status de documento histórico é a apropriação que nós fazemos dele? Assim, é a identificação de determinado documento como importante para o conhecimento do passado, para a guarda de determinada memória coletiva, que o “transforma” em documento histórico. Neste sentido, tanto o Estado com suas instituições diversas, quanto organizações religiosas e seculares (políticas, civis, militares, de classe, etc.) acabam por constituir um corpus documental reconhecido e muitas vezes cultuado como históricos. Você já pensou que nós, enquanto historiadores e docentes, ao nos acercarmos desses documentos muitas vezes temos que os desconstruir? Que temos que lidar não apenas com as lógicas de produção, circulação e intencionalidades dos documentos, mas principalmente com os usos, as apropriações e as leituras que fazem desses documentos algo em construção permanente?.

De forma geral, as fontes não foram produzidas para o trabalho do historiador, foram elaboradas por pessoas com intenções, sentimentos e dentro de lógicas que não objetivavam a análise historiográfica. Assim, ao elaborar um testamento, uma idosa senhora de escravos, no Brasil do século XIX, provavelmente tinha como objetivo primordial registrar suas últimas vontades, indicar quais seriam as medidas a serem tomadas após a sua morte, para garantir uma “boa morte” e a salvação de sua alma e, ao fazer isso, entre outras doações, deixa liberta uma escrava ainda jovem com a condição de prestar serviço a sua filha por cinco anos após a sua morte, alegando ser tal doação de liberdade motivada pelo reconhecimento dos bons serviços prestados e o muito que se apegara à escrava. Inserida dentro de uma lógica senhorial, essa mulher, permite involuntariamente a um historiador da escravidão, por exemplo, compreender como se dava a lógica da transmissão de bens, mas também como a partir de um discurso de benevolência, as relações de dominação e dependência eram construídas no período. Da mesma forma, ao instaurar um processo de inquisição, um representante do Santo Ofício não tem em mente preparar seus registros para nosso uso. O que ali se coloca tem como objetivo investigar a vida do réu, suas ligações para estabelecer sua culpa ou inocência. É nossa inquietação presente que vê, nesses documentos, pistas para desvendar o mistério do passado. Que vê

no discurso da referida senhora não apenas o que está dito, e, a partir dele, buscar compreender as relações estabelecidas entre ela e sua escrava. Para isso poderíamos, por exemplo, buscar outros testamentos, dentro de um recorte temporal, para verificar se a doação, a forma como ela é registrada e o discurso se repetem ou é algo específico daquela senhora. Também, cruzar com outras fontes, como possíveis cartas de alforria por ela concedidas; buscar na justiça a existência de processos envolvendo a senhora, a escrava ou mesmo algum parente próximo; consultar jornais do período para verificar as notícias sobre a escravidão e a liberdade que circulam e a qual ambas podem ter acesso; estar inteirados das leis e discussões legais sobre a emancipação escrava no período; relacionar a atuação desta senhora, seu testamento, seu discurso a análises historiográficas sobre temas que possam trazer informações sobre essa relação.



### Exemplificando

Pensemos no seguinte caso, ao adentrar em um arquivo que tem sob guarda ações cíveis e criminais, temos como objetivo inicial realizar uma pesquisa sobre as relações entre senhores e escravos na última década da escravidão. Para isso seguimos os passos de outros historiadores do tema e pretendemos verificar as ações envolvendo as questões de liberdade. Entre elas, encontramos uma Ação de Manutenção de Liberdade movida, na cidade de Campinas, por um grupo de nove libertos contra um cidadão de uma cidade vizinha, Itapira. Em linhas gerais, esse documento conta a seguinte história: há alguns anos a senhora dos nove libertos havia tomado junto ao acusado um empréstimo bastante volumoso, a ser pago em parcelas anuais a vencerem no dia 1º de janeiro por dez anos. Como garantia, colocara em hipoteca sua fazenda, a safra de cinquenta mil pés de café, sua casa na cidade e seus nove escravos. Alguns meses após contrair o empréstimo, essa senhora se casou e no dia 1º de janeiro do ano seguinte realizou o pagamento da parcela do empréstimo corretamente. Entretanto, um mês antes do vencimento da segunda parcela, seu marido compareceu ao cartório de notas da cidade e registrou cartas de liberdade a todos os nove escravos, nos seguintes termos:

**“Eu abaixo assinado, atendendo a opinião do país em favor da liberdade, por minha livre e espontânea vontade, na qualidade de senhor da escrava Rita, fula, com 48 anos,**



**de idade, concedo à mesma a sua liberdade como se de ventre livre fora nascida. Itatiba, 1º de dezembro de 1884. Luiz Franco de Oliveira” (Ação de Manutenção de Liberdade de José Mineiro, Nicolau, Manuel, Benedicto, Rita, Jovita, Ernesto, Francelino e Antonia, 1887)**

Às vésperas do vencimento ele, sua esposa e os nove libertos abandonam a cidade levando todos os móveis da casa da fazenda e as sacas de café. Durante meses o credor busca pelos bens hipotecados levados pela devedora, especialmente, pelos escravos/libertos. O casal e os libertos, durante cerca de dois anos circulam nas cidades da região, empregando-se em fazendas de café, onde o marido trabalha como administrador e os libertos no eito sob suas ordens. Uma vez descobertos pelo credor, os nove libertos procuram um protetor, o dono da fazenda em que estão trabalhando, que, sendo advogado de família conhecida na cidade de Campinas, os Quirinos, move uma ação cível de manutenção de liberdade. O processo se alonga por quase um ano, sendo arroladas várias testemunhas dos dois lados e a sentença final sequer é dada, posto que, em 1888, ocorre a abolição da escravidão no Brasil. Mas fica clara a tendência do juiz em pender a favor dos libertos.

Tal história e seus possíveis desdobramentos são intrigantes. Entretanto, por sermos desconhecedores das lógicas internas e externas de tal fonte será preciso que nos achemos de novos conhecimentos para arriscar alguma interpretação. O primeiro passo é o de compreender o documento em si, para isso buscar leituras e informações sobre esse tipo de fonte nos permitiria verificar, por exemplo, que no Brasil escravista haviam três tipos de ações cíveis envolvendo as questões de liberdade: as Ações de Liberdade – movidas por escravos contra seus senhores com intuito de se conseguir comprar a alforria; as Ações de Manutenção de Liberdade – movidas por libertos quando se consideram ameaçados por herdeiros, ex-senhores ou outros de serem reescravizados; e as Ações de Escravidão ou Reescravização – em que senhores, herdeiros ou outros buscavam retirar a liberdade conseguida ou comprada (GRINBERG, 1994). Também será necessário compreender como a justiça se encaminha no século XIX, quais são os personagens em torno de quem um processo de liberdade se organiza e quais as funções exercidas por cada um deles: juizes de direito,

solicitadores, curadores, depositários, avaliadores, testemunhas, réus, acusadores. Verificar, por exemplo, que um escravo ou liberto não pode diretamente entrar com um processo na justiça, necessitando para isso de um solicitador e que, após a abertura do processo, o juiz deverá indicar-lhe um curador que deve responder por ele, assim como um depositário, indivíduo que deverá receber o escravo sob guarda, retirando-o do convívio do réu, a fim de evitar atritos entre as partes beligerantes. Outro trabalho que teremos é o de conhecer como o próprio processo se organiza, assim como a justiça brasileira, quais são as regras para que tal processo ocorra, quais os prazos, as demandas que o juiz deve indicar, os custos, as instâncias de recursos. Deve-se ainda compreender como os homens de direito articulam suas ações, falas, defesas e acusações a partir de determinado corpus legal – o que no Brasil é bastante impreciso, uma vez que não existiria um código civil até 1917 (LARA, 2008, p. 324-324). Tomando conhecimento mais aprofundado de sua fonte, devemos nos munir de leituras sobre a escravidão, as relações entre senhores e escravos, sobre a cidade em que o processo ocorre para que a partir disso possa seguir as pistas dadas pela fonte. É importante verificar ainda, por exemplo, que o processo ocorre já nos anos finais da escravidão, quando a pressão para seu fim é a cada dia maior, em que milhares de homens e mulheres já compraram ou negociaram a sua liberdade junto a seus senhores. Também é um momento em que, ao contrário daquele de dez ou quinze anos antes, a própria justiça alinha-se à ideia da necessidade de se colocar fim à escravidão e tende a pender para o lado do escravo (GRINBERG, In.: LARA, 2006, p. 101-128), como ocorre com o juiz de nosso processo. Ampliando o escopo documental, e buscando em jornais do período, poderia ser verificado que a fórmula utilizada pelo senhor para registrar a liberdade dos escravos, atestando-se ser senhor e, portanto, habilitado pelo direito de propriedade a dispor desses indivíduos segundo a sua vontade, houve o clamor da nação em favor da liberdade, mas sempre registrando que esta é concedida por sua “livre e espontânea vontade”. Outro encaminhamento que se pode seguir é o de buscar compreender as diversas associações que o processo deixa entrever como, por exemplo, as estabelecidas entre libertos e patronos, entre o advogado e os devedores, entre o advogado e as testemunhas arroladas pela acusação, etc. Poderíamos verificar que o advogado, reconhecido como abolicionista, membro de abastada família de fazendeiros cafeicultores campineiros, era o atual empregador dos libertos e seus ex-senhores. Também eram de

suas relações as testemunhas que visitaram a sua fazenda, sempre após o início do processo, arroladas para comprovar que os nove querelantes viviam como libertos, trabalhando por salário. Ainda, pelos depoimentos dessas testemunhas, perseguir outro encaminhamento, seria possível identificar que este reconhecido abolicionista, mantinha em sua fazenda considerável escravaria no momento em que se engajara com tanto afinco em tal processo, assim nos colocaríamos diante da possibilidade de buscar outros processos em que o advogado estivera envolvido, mapeando sua atuação para compreender a aliança estabelecida com o casal e com os libertos, assim como suas posturas ante a escravidão, a liberdade e o abolicionismo. Uma conclusão plausível é a de que provavelmente a presença desses trabalhadores era muito útil e bem-vinda para o advogado, pagando ou não os salários indicados no processo, era uma mão de obra de baixo custo, eram indivíduos de fácil lida, pois os negócios pareciam ser mediados pelo ex-senhor e aceito sem maiores restrições pelos trabalhadores. Tudo indica que o administrador tinha se preparado para uma situação como essa, concedera a liberdade aos seus escravos clamando a opinião pública, colocando ao seu lado o movimento abolicionista, tocando em algo que a cada dia se tornava mais delicado para a Justiça e o Direito que era a primazia da liberdade. Com isso, provavelmente ganhara o reconhecimento e maior respeito de seus libertos, podendo negociar por eles e até mesmo ganhar com o trabalho deles, situação aparentemente melhor que a de perdê-los totalmente na execução da hipoteca. Seria ainda importante atentar para o fato de que a escolha da fazenda dos Quirinos para oferecer seus préstimos e o trabalho de seus libertos pode não ter sido feita ao acaso, mas ter sido intencional dada a ciência da busca que se fazia aos libertos. Dessa forma, colocar-se sob a proteção de um grande fazendeiro, advogado renomado e principalmente de um reconhecido abolicionista seria decisivo para garantir não apenas a liberdade dos escravos, mas também a manutenção do modo de vida do ex-senhor.

Quanto aos libertos, devemos desconfiar de sua passividade e aceitação de todas essas escolhas e tramas realizadas pelos membros da classe senhorial, verificando que ali havia um negócio pode ter sido vantajoso para eles também, sabendo da hipoteca, talvez fosse mais seguro manter-se com seu ex-senhor e empregar-se com ele, colocando-se sob a proteção do advogado, mantendo consigo as cartas de alforria, que saírem pela região, na qual o credor parecia ter muitos contatos, e serem aprisionados e voltarem a viver como escravos.

Lidar com fontes escritas implica o conhecimento, não apenas das formas de escrita, lógicas de produção textual, regras ortográficas e gramaticais ou inexistência delas, mas principalmente compreender que o documento tem uma datação, ele foi produzido em determinado momento, assim, está atrelado a lógicas que também são datadas. Também é necessário ter em mente que um documento não é uma “janela para o passado”, não basta olhar através dele para vislumbrar o que ocorreu, ele deve ser compreendido dentro de suas especificidades, sabendo-se que cada tipo de documento pode ter uma forma própria de ser produzido, um processo criminal ou cível tem regras legais, que precisam ser conhecidas pelo historiador, assim como possui uma lógica que exige um conhecimento não apenas da legislação, mas do próprio Direito. Um jornal também possui uma lógica, uma intencionalidade. Verificar, por exemplo, quem são seus editores, seus alinhamentos políticos, sua formação, em muito pode contribuir e refinar o uso desse documento, assim como pode compreender sua lógica de produção, diagramação, distribuição público alvo. O mesmo acontece com a literatura: a história de vida do autor, as leituras que realizou, seu posicionamento político, suas interlocuções devem ser mapeadas para que aquilo que escreveu, que produziu possa ser tratado como histórico, assim como sua circulação pode ser de grande importância para a verificação da propagação de ideias e ideais.



### Pesquise mais

Chegamos ao fim de nossa seção e, aqui, sugerimos as leituras:

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. "A memória evanescente". In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo Contexto, 2009, p. 9-22. Disponível em: <<http://anhanguera.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444514/pages/5>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

POMIAN, K. "Do monopólio da escrita ao repertório ilimitado das fontes – um século de mutações da história". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2012, p. 15-28. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/335>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

## Sem medo de errar

Agora que terminamos esta seção, você pode com segurança apresentar aos seus alunos a possibilidade de leituras mais eficientes de diversos textos tomados como documentos históricos a partir da problematização dos mesmos. Não basta levar documentos para a sala de aula, é preciso, antes de tudo, demonstrar que os documentos são muito mais do que aquilo que está nele registrado de forma escrita. Na atividade proposta, os documentos não são apenas de suportes diversos, mas também de períodos históricos bastante distintos. O que os une é que os três têm como objetivo informar o seu leitor, levar, até eles, notícias. Aqui, podem ser exploradas as especificidades dos três suportes: quem os produziu? A quem desejavam informar? Qual a linguagem utilizada? São algumas das questões que podem ser disparadoras da discussão em sala de aula. A partir delas você pode apresentar aos seus alunos a necessidade de sempre “suspeitar” daquilo que se lê, demonstrando que todo texto é uma construção. Assim, a Carta de Pero Vaz de Caminha, ao ser escrita, tinha uma intencionalidade, a de informar ao monarca acerca das terras encontradas, mas também seguia regras de escrita. Esta carta é um registro histórico, mas ela também possui uma história, que a conformou em um documento histórico e, mais que isso, em um marco de fundação de nosso país. Dessa forma, a leitura, os usos que se fazem dela são parte de sua historicidade. Isso é diferente do que ocorre com os dois outros documentos: o jornal tem uma lógica e diagramação própria, que pode ser explorada. A notícia escolhida pode servir para demonstrar como no século XIX temas polêmicos eram tratados pela imprensa, ou ainda para demonstrar a própria organização do jornal. Muito interessante ao trabalhar com esse tipo de suporte é colocar em evidência a grande intervenção do editor, que em grande medida constrói o perfil do jornal ou revista, aliando-o aos seus posicionamentos políticos. No caso d’A Revista Ilustrada, o alinhamento com o republicanismo e o abolicionismo podem ser os pontos a serem explorados. Já o texto do blog nos apresenta a circulação de informações na era digital. Aqui temos um artigo de opinião, em que a notícia é apresentada por meio de uma construção que demarca a postura política do autor. Você pode seguir esse viés e demonstrar que

tanto autores quanto seus leitores têm intencionalidades e também expectativas que cada um desses suportes buscará satisfazer no decorrer da escrita e que para uma leitura desses documentos não basta simplesmente dominar a língua. É preciso, antes de tudo, estar sempre atento para a reflexão sobre o que se diz, quem diz e para quem diz. Demonstrar que os silêncios nestes documentos também são pontos importantes para a compreensão dos mesmos é algo que enriquecerá esta leitura.

## Faça valer a pena

**1.** “O método exige que, para escrever a história, não nos contentemos apenas com algumas informações, aquelas que temos à mão; ele exige, antecipadamente, que todas as fontes acessíveis sejam esgotadas sem exceção [...]. Portanto, é de grande importância que aqueles que estudam a história a partir das fontes estejam habilitados a utilizar todas; é necessário que essa tarefa, imposta pelo método e cuja transgressão, até aqui inevitável, tenha tido consequências graves para a ciência histórica, na prática seja facilitada. É preciso que se saiba onde estão os documentos e que estes podem ser consultados com facilidade” (LANGLOIS, Charles Victor; STEIN, Henri. *Les Archives de l'histoire de France*. Paris: Alphonse Picard, 1991, p. II. Apud.: POMIAN, K. “Do monopólio da escrita ao repertório ilimitado das fontes – um século de mutações da história”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2012, p. 15-16. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/335>>. Acesso em: 12 nov. 2017.)

Sobre as relações entre a arquivística e a história no século XIX é possível afirmar que:

- a) Constituíram-se como dois campos do conhecimento bastante diversos e independentes, que se cruzaram em decorrência da Revolução Francesa.
- b) Têm a sua origem entrelaçada, na medida em que ambos são constituídos a partir da necessidade de se oferecer à sociedade espaços de memória.
- c) São ciências que se desenvolvem de forma entrelaçada, uma vez que os arquivos foram fundados e organizados pelos historiadores positivistas franceses.
- d) A arquivística se desenvolve a partir das demandas geradas pela necessidade de se identificar, acumular, classificar e catalogar os documentos necessários para a organização da administração pública.
- e) A História, ao ter os documentos escritos como testemunhos e

únicos possíveis para sua construção, contribui para o nascimento e desenvolvimento da arquivística.

**2.** “Ora, se o documento é a pedra fundamental do pensamento histórico, isto nos remete a outra questão: o que é um documento histórico? É notável como o historiador resiste em definir seus conceitos de trabalho, mesmo os fundamentais.

Discutir o que consideramos um documento histórico é, na verdade, estabelecer qual a memória que se deve ser preservada pela História e qual o estatuto da própria História.” (KARNAL, L.; TATSCH, F. G. “*A memória evanescente*”. In.: PINSKY, C. B; LUCA, T. R. (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo Contexto, 2009, p. 9-10. Disponível em: <<http://anhanguera.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444514/pages/5>>. Acesso em: 12 nov. 2017.)

A partir do texto é possível inferir que:

a) Os documentos escritos são fontes com as quais o historiador reconstrói o passado em busca de apreender o que realmente aconteceu, por isso são eles quem definem o que é um fato histórico e demarcam a existência da história de uma sociedade.

b) Os documentos, ao serem identificados como históricos, não apenas servem de fontes para o conhecimento histórico, como também para definir aquilo que se considera importante apreender do passado.

c) A definição de um documento como histórico está atrelada às demandas dos Estados e da elite que são quem determinam as fontes que podem se constituir como passíveis de apreender o passado.

d) Embora haja uma infinidade de fontes possíveis para a apreensão do passado, são as fontes oficiais, escritas que dão o tom de prova científica ao trabalho do historiador, assim toda memória deve ser construída tendo como indício pelo menos uma fonte escrita.

e) São os historiadores quem definem o que é o passado ao realizarem as escolhas dos documentos que serão utilizados em suas pesquisas, assim os documentos escritos são as escolhas mais consistentes para o trabalho da ciência histórica.

**3.** “Afirmar que a literatura integra o repertório das fontes históricas não provoca hoje qualquer polêmica, mas nem sempre foi assim. Mais do que isso, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural,

dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo.” (FERREIRA, Antonio Celso. “A fonte fecunda”. In.: PINSKY, C. B; LUCA, T. R. (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 61. Disponível em: <<http://anhanguera.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444514/pages/5>>. Acesso em: 12 nov. 2017.)

A partir do trecho destacado é possível concluir que:

- a) As fontes escritas permanecem as mesmas elegidas desde os séculos XIX, não permitindo a inclusão de novos suportes, por isso a negação da literatura enquanto fonte escrita para a construção do conhecimento histórico.
- b) Existe uma tensão entre História e Literatura, na medida em que a primeira deve se manter no campo do real e a segunda lida sempre com o irreal, assim a literatura se constitui em uma fonte imprecisa para os estudos históricos.
- c) A utilização da Literatura como fonte para a construção do conhecimento histórico é uma demonstração de como a História tem redefinido não apenas as suas teorias e métodos, mas também ampliado a sua noção de documento.
- d) Embora pouco utilizada até pouco tempo, a Literatura desde a instituição da História Ciência foi tomada como uma das principais fontes escritas para se alcançar o passado.
- e) A Literatura utilizada nos trabalhos dos historiadores nas últimas décadas tem sido por excelência aquela constituída pelos romances históricos, que para além de seu enredo traz como pano de fundo a possibilidade de conhecimento do passado.

## Seção 3.2

### História oral e memória

#### Diálogo aberto

Seguindo em nossa proposta de apresentar várias possibilidades de análises historiográficas por meio de fontes diversas, nesta seção você irá adentrar em um campo bastante discutido da prática do historiador. Aqui abordaremos a memória e o uso da história oral como metodologia para o conhecimento do passado. Como professor, você sabe que a memória é algo que muitas vezes é acionado por seus alunos como meio de comprovação ou mesmo de contestação para a leitura de uma história recente. Para apresentar, discutir e exercitar os principais preceitos da história oral, sua lógica e sistema de trabalho, você proporá que seus alunos realizem uma entrevista com pessoas que viveram no período da ditadura civil-militar, que registrem suas respostas e que façam interpretações sobre esses registros. O problema que se coloca aqui é: como lidar com essa memória que carrega intenções e interpretações da própria fonte sobre os acontecimentos? Como você trabalhará com seus alunos para que eles possam estabelecer as diferenciações entre a história e a memória?

#### Não pode faltar

Nossa proposta, nesta unidade, é nos aproximarmos de diversificados tipos de fontes e de metodologias de trabalho tanto para o historiador quanto para a sala de aula. Na seção anterior, pudemos ver como o documento escrito foi privilegiado como fonte para a construção do conhecimento histórico, mas também como, apesar das intensas mudanças nas bases historiográficas, ele ainda se mantém com uma possibilidade de suporte importantíssima para a história. Importante, mas não única: nas últimas décadas, cada vez mais novas possibilidades de se olhar para outras alternativas de reconstrução do passado tem se feito mais presentes. Assim, nossa proposta nas páginas que seguem é a de discutir uma dessas possibilidades, a saber, a história oral. Trata-se de uma forma de se

fazer história que exige a articulação de várias habilidades, áreas do conhecimento, mas que também traz a necessidade de se cuidar de questões éticas e dos limites entre a memória e a fantasia.

## 1. Memória e História

O trabalho com história oral traz a necessidade de uma discussão sobre um dos conceitos fundamentais para o entendimento do campo da História: a memória. Em linhas gerais, a noção de memória diz respeito à capacidade humana de lembrar fatos passados ou aquilo que um indivíduo representa como passado. Ou seja, trata da propriedade de conservar determinadas informações, tendo como base um conjunto de funções psíquicas que permite ao ser humano atualizar e/ou reinterpretar essas informações e suas impressões acerca do que passou, viu, tomou conhecimento. Assim, os estudos sobre a memória abarcam as mais diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a neurofisiologia, a biologia e a antropologia. Para nós, historiadores, o que podemos chamar de uma memória social converte-se em um dos elementos imprescindíveis para as discussões acerca do tempo e da história (LE GOFF, 2003, p. 419-476).

Você deve ter em mente que a memória não pode ser tomada como simples depósito de dados ou atualização de vestígios daquilo que o homem vivenciou ou tomou conhecimento. Mais que isso, ela é, ao mesmo tempo, uma característica do intelecto humano, operando em um nível pessoal (memória individual) e um aspecto social (memória coletiva), que tem como sua forma científica a história (LE GOFF, 2003, p. 525). Como dissemos, a memória vem sendo alvo de discussões em várias áreas do conhecimento em que, mesmo sua expressão primeira, a individual, tem tido suas conceituações redefinidas. Desde muito tem sido reconhecida como algo complexo, em novas abordagens que abandonam a ideia de que ela seria uma mera atualização mecânica de vestígios, sendo entendida como uma operação que “não envolve apenas a ordenação de vestígios, como também a releitura de vestígios” (BARROS, 2011, p. 319).

Segundo Jacques Le Goff (1924-2014), a memória não está apenas ligada à história, mas é parte constituinte de sua base, em que se confunde com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas, por muito tempo, não foi assim entendida e somente a partir

dos anos 1970, com a Nova História, passou a um lugar central nas reflexões historiográficas. Sendo o principal campo dessas discussões a história oral, em que persiste a preocupação em perceber “as formas da memória e como esta age sobre nossa compreensão do passado e do presente” (SILVA; SILVA, 2006, p. 276).



### Assimile

A memória diz respeito a uma operação ativa e dinâmica que abarca a necessidade de uma retomada dos fatos ou impressões vividas, conhecidas ou representadas, por meio de um comportamento narrativo que, ao ser socializado - seja por via escrita, oral, material ou imaterialmente - cria aquilo que chamamos de Memória Coletiva. Entende-se por memória coletiva, não somente o processo de registro da experiência humana, mas também àquele que se refere à construção de referenciais acerca do passado e do presente de diversas sociedades, tendo como alicerce as tradições e a sua associação com mudanças culturais (BARROS, 2011, p. 320). Nesse sentido, é possível estabelecer que a memória é sempre carregada por grupos vivos. Assim, é também viva, em permanente modificação, aberta à dualidade da lembrança e do esquecimento, tornando-se inconsciente de suas deformações, colocando-se em uma posição de vulnerabilidade a todos os usos e manipulações, assim como revitalizações (NORA, 1993, p. 9). Essa compreensão da memória abre possibilidades para que possamos repensar os pressupostos fundamentais da historiografia, ampliando a noção de fonte, trazendo a Memória – coletiva ou individual – como possibilidade de fonte histórica.

## 2. História Oral e a memória

Somente no último quarto do século XX a história oral desponta como metodologia recorrente para a produção historiográfica. De forma geral, podemos estabelecer a história oral como uma metodologia que trabalha com depoimentos orais, por meio de entrevistas e a partir das quais são construídas as análises e interpretações do historiador. É importante destacar que, embora seja a partir da década de 1970 que a história oral ganha força nas discussões e no trabalho dos historiadores, seu surgimento pode ser estabelecido na década de 1940, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, a partir de um projeto cujo objetivo era o de registrar a memória de personagens tidas como importantes para a história do país. Seu desenvolvimento nas décadas

seguintes voltou-se cada vez mais para a história social, afastando-se das personagens “importantes” e centrou-se em recuperar a memória e experiência dos grupos subalternos e excluídos da história, como idosos, sobreviventes de guerras, operários, entre outros. Podemos estabelecer que, desde seu nascimento, operou em muitos sentidos como importante veículo de valorização de identidades de grupos em que a escrita não é o instrumento de registro do passado, agregando a coleta de depoimentos, a análise de suas memórias, suas versões de mundo e dos acontecimentos. Entretanto, seria exatamente essa relação íntima com a memória que produziria as principais críticas a essa metodologia, considerada pouco confiável dada sua subjetividade inerente. Somente com os trabalhos de pesquisadores como Alessandro Portelli (1942) e Michael Frisch (1957) que passaram a valorizar a memória como objeto principal para a História Oral, apontando os próprios lapsos de memória como fundamentais para a compreensão dos significados que os eventos podem assumir, seja para um indivíduo seja para o grupo estudado (SILVA; SILVA, 2006, p. 186-189). Desta forma, pode ser considerado que, por meio do entendimento da formação de uma memória histórica, é possível compreender a forma como os indivíduos constroem vínculos entre passado e presente. Com isso, nas décadas seguintes em muito se difundiu a realização do trabalho de reconstrução do passado por meio da análise de entrevistas, abandonando a ideia de linearidade e de que o depoimento deveria ser o mais confiável possível, rejeitando os silêncios, as fugas e os esquecimentos (SILVA; SILVA, 2006, p. 186-189). Nas últimas décadas, o que vemos é uma constante busca em alinhar a história oral e projetos sociais, tendo como foco a busca por apoio, reconhecimento e conscientização sobre os mais variados temas.

Quando lidamos com a história oral temos que ter em mente que ela e o método de registro oral são coisas bastante diversas. O método de registro oral é muito anterior à história oral, restringindo-se ao registro e reprodução dos depoimentos, assim podemos dizer que ele fornece a base operacional para que ela ocorra. Já a história oral compreende muito mais que o registro de depoimentos, agregando também discussões teóricas e metodológicas acerca da construção do conhecimento, podendo receber os mais diversos encaminhamentos, em consonância com as mais variadas correntes historiográficas e metodologias de análise.

### 3. Fontes orais como documento

Quando se pensa em documentos necessários para o se “fazer História”, os primeiros que vêm à mente são documentos legais, escritos, fotografias, cartas, jornais, etc., mas pouco se pensa em testemunhos orais. Como você pode verificar a partir de nossas seções anteriores, muito disso se deve à tradição anterior a Escola dos Annales, que até então considerava como fonte apenas documentos escritos. Ao abordar, por exemplo, temas relacionados à Antiguidade Clássica, em específico Grécia, raramente se recorda da cultura oral, essencial para a constituição e escrita de obras importantes para a compreensão da história grega, como *Iliada* e a *Odisseia*. Ainda sobre a história da Grécia Antiga, para além dos documentos escritos, lembra-se muito mais de esculturas, edifícios, artefatos, utensílios, vestimentas, ou seja, documentos concretos. Por mais distantes que os fatos estejam do tempo atual, grande parte das vezes se esquece da importância da oralidade para as sociedades desde os primórdios, principalmente nos quesitos de memória individual e memória coletiva referidos anteriormente.

Graças aos aprimoramentos dos recursos tecnológicos, especialmente com a invenção do gravador de áudio, a História Oral pode desenvolver e se difundir com maior facilidade. Boa parte disso deriva, também, das mudanças causadas pela Escola dos Annales no século XX, contrapondo-se à Escola Metódica e seu louvor ao documento escrito como única fonte para a construção do conhecimento histórico. O que vemos no decorrer do século XX é um alongamento do conceito do que é um documento histórico, ampliando também a ação do historiador e as possibilidades de análise. Ou seja, o conceito de documento histórico desde sua criação está em constante mudança, já que se faz necessária a relação entre aquilo que se estabelece como documento e o presente, a ponte entre passado e tempo atual. De qualquer forma, todas as fontes são questionáveis e as mesmas perguntas podem ser a elas aplicadas – no caso da história oral com suas entrevistas, pode-se inclusive levantar aspectos psicológicos dos entrevistados. Uma exigência para o uso da história oral é a de que as relações entre presente e passado se estabeleçam na curta duração. O depoimento oral deve, obrigatoriamente, estar ligado a uma temática contemporânea, ou seja, que o entrevistado tenha passado pelo momento referido e relatado, no mínimo que possua

algun tipo de relação com aquilo que está sendo dito, podendo posteriormente as entrevistas escritas ou gravadas serem fontes de temas de um passado mais longínquo (ALBERTI, 1989, 4). No Brasil atual, por exemplo, muito se tem discutido sobre a necessidade de se reconstruir a história das milhares de pessoas que foram perseguidas, presas torturadas, mortas e desaparecidas durante a ditadura civil-militar instaurada a partir de 1964. Nesse sentido, foi criada a Comissão Nacional da Verdade que possui, entre outros objetivos, o de investigar e trazer para o palco as histórias desses indivíduos e que, para isso, tem realizado um intenso cruzamento de bases documentais e testemunhos de pessoas que viveram durante a ditadura no Brasil e/ou parentes próximos e amigos que não passaram pela mesma situação que os entes queridos, mas que, mesmo assim, puderam contribuir ao serem receptores do testemunho de quem foi atingido diretamente.

No caso da América Latina (incluindo o Brasil), o desenvolvimento da história oral se deu nas décadas de 1980 e 1990, com o fim dos regimes ditatoriais e o início do processo de redemocratização, quando relatar de forma oral o exílio, a resistência e as memórias de dor eram (e ainda são) a única forma de se saber com detalhes o que havia acontecido durante todo o período de ditadura, considerando que parte das pessoas envolvidas diretamente ainda se encontram vivas. Devido o momento histórico, era complexo que depoimentos fossem dados, pois o sentimento de vigilância ainda era muito presente juntamente com a memória dolorosa que acompanha. Além disso, durante as ditaduras, opiniões, principalmente negativas, foram coibidas de existirem (FREITAS, 2006, p. 36-37). Deve-se ressaltar que um dos problemas existentes é o colonialismo cultural, resultando na dependência da teoria e metodologia norte-americana e francesa que ofusca e raramente se aplica ao contexto latino-americano ou de outras regiões do planeta. Há, na tradição ocidental dos últimos séculos, uma preponderância do relato escrito – daí, por exemplo, o marco escolhido por pensadores europeus para a invenção da antiga separação entre o que seria “História” e “Pré-história” – que desconsiderou histórias e saberes locais em distintas regiões do globo.



A história é considerada por Le Goff como a expressão científica da memória. Partindo dessa premissa, seria possível considerar a tradição oral também como um registro científico, especialmente se tomarmos como base a premissa de que para sociedades sem escrita, a lógica da construção do conhecimento passado é diversa daquela que nós historiadores ditos ocidentais ou de tradição escrita estabelecemos?

Uma das principais críticas feitas à história oral é sobre a sua subjetividade, por estar marcadamente embasada na memória que traz a volatilidade aqui já apresentada, muitos de seus opositores apontam-na como algo impreciso e que impossibilita o conhecimento do passado. Esse tipo de entendimento, por um lado está calcado na ideia de que só é possível fazer história com fontes materiais o que, em certa medida, retorna as discussões do século XIX que estabeleciam que sem fontes escritas – aqui ampliadas para outras formas materiais de documento – não seria possível a existência do conhecimento histórico. Por outro lado, liga-se ao entendimento de que, por se constituir principalmente de memórias individuais, os relatos acabam por ser falíveis e fantasiosos. Em defesa da história oral podemos dizer que nela o entrevistado é o agente histórico, assim, objetiva-se não fazer conhecer fatos, dados, mas sim a sua visão da própria experiência e dos acontecimentos em que esteve envolvido. Aqui, a seletividade, a omissão e o esquecimento abrem o espaço para que o historiador busque compreender suas razões, que, em grande medida, conformam-se naquilo que possibilita a observação do entrevistado como agente. Muitas das críticas feitas à história oral devem servir de ponto para que o historiador construa uma análise cuidadosa daquilo que recebe como fonte. Sua subjetividade pode comprometer a análise tanto quanto em outros tipos de fonte. Cabe ao historiador ter em mente exatamente o que pretende apreender a partir de suas fontes. Segundo Sonia Freitas (2006), no trabalho com a história oral é de extrema importância estar atento à questão da fidelidade, ou seja, o historiador deve ser sempre fiel à entrevista. O depoimento gravado é um documento histórico que poderá ser utilizado por outros historiadores. Trata-se de um documento que gera outro, a transcrição e a transposição de um para o outro deve ser o mais fidedigna possível para que não exista adulteração da fonte. (FREITAS, 2006, p. 68-80).

De forma geral, existem três gêneros distintos de transmissão oral, de memórias coletivas e individuais, que podem ser ligados à história oral, sendo por vezes estabelecidos como partes constituintes de suas metodologias e outras vezes descartados como tal: tradição oral, história de vida e história temática. No que diz respeito à tradição oral, pode-se entender que a fala não é apenas uma forma de estabelecer diálogo, mas valorizar quem verbaliza a memória coletiva em determinada sociedade, memória que, por muitas vezes, está atrelada à religião, aos mitos, etc.



### Exemplificando

Outro grupo que pode ser exemplo na manutenção da memória e história através da prática da tradição oral são os *griots* no continente africano. Essa prática pode ser encontrada em diversos grupos étnicos ao longo de vários séculos, contudo, só passou a ser reconhecida como fonte histórica recentemente. Os *griots* são encontrados em diversas sociedades africanas ocidentais. Trata-se de indivíduos que se constituem como especialistas em guardar e transmitir a memória coletiva, sendo responsáveis por conhecer as histórias do passado e narrar os fatos. Dentro dessas comunidades de tradição não escrita, os *griots* são fundamentais para a organização social, para a circulação do conhecimento do grupo enquanto grupo, a eles são dadas tarefas como a de recitar a história ancestral até três dias sem se repetirem, interligando uma verdadeira constelação de acontecimentos (SILVA; SILVA, 2006, p. 227). Segundo Jan Vansina, nessas sociedades, a fala não é apenas um meio de comunicação, mas sim "um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar de elocuições-chaves, isto é, a tradição oral" (VANSINA Apud. FREITAS, 2006, p. 19-20). É importante destacar que a tradição oral não está presente apenas em sociedades sem escrita, como parte das africanas e as indígenas, mas também em sociedades rurais e urbanas podendo ser identificadas em cantigas de roda, brincadeiras, histórias infantis e/ou de terror que são repassadas por gerações e gerações (FREITAS, 2006, p. 19-20).

Já a história de vida constitui-se em um relato autobiográfico em que a escrita está ausente. Nesse relato, a reconstituição do passado é feita pelo próprio indivíduo e sobre ele mesmo. Aqui, não há necessariamente a condução realizada por um pesquisador,

podendo tal relato ser realizado pelo próprio autor, com ou sem o auxílio de terceiros. Finalmente, a história temática é realizada, como o próprio nome diz, a partir de um tema previamente estabelecido por um pesquisador ou grupo de pesquisadores. Para a sua realização, são efetuadas entrevistas com caráter de depoimento, que não aspiram abranger a totalidade da existência dos entrevistados, podendo ser realizada em maiores volumes, gerando grande quantidade de informações. A realização de entrevistas com um ou vários grupos de indivíduos, a partir de uma temática, permite comparações entre elas, por meio de aproximações e afastamentos que possibilitam uma maior compreensão do tema escolhido. Sendo assim, a escolha pelas entrevistas se dá pela experiência de escutar vozes “anônimas” sobre o assunto a ser tratado, geralmente em uma espécie de contraposição em relação a outras fontes que estavam sendo utilizadas até então (FREITAS, 2006, pp. 19-22).

Uma característica bastante importante da história oral é a sua potencialidade de ser utilizada fora dos “muros” da academia, sendo exercida em ambientes como meios de comunicação, museus, centros comunitários, organizações auto afirmativas, ambientes hospitalares, asilos, entre outras. Ao se pensar num trabalho com história oral, a possibilidade de desenvolvimento é bastante ampla no que se refere a contextos, temas, partindo de uma iniciativa individual ou coletiva, nos mais variados níveis do ensino, nos meios de comunicação, nos espaços do direito em que testemunhos são dados e constituem-se em peças chaves do litígio. Todas essas formas de transmissão, esses depoimentos, produzidos diretamente para o trabalho do historiador quando ele elege um tema, uma personagem ou um grupo a ser estudado, ou para outros fins, como em julgamentos, pelos griots, a partir da vontade ou necessidade de construir uma autobiografia, as entrevistas dos meios de comunicação em massa, etc. podem ser constituídas e tomadas como fontes para a história oral, operando como mais um elemento de transmutação do trabalho, demarcando a cada vez maior multiplicidade de possibilidades de construção do conhecimento histórico.

#### **4. História oral: uma proposta**

A metodologia que será descrita a seguir, juntamente com os

aparatos tecnológicos, é o que irá definir a moderna história oral. Após definir o tema a ser trabalhado durante a pesquisa, se dá início ao processo de coleta de testemunhos, que deve ser realizado com ética. Se faz necessário, no momento posterior ao da entrevista e transcrição, elaborar um termo de autorização e doação para que o entrevistado possa preencher e assinar, mostrando-se de acordo com o que está sendo proposto e regulamentando assim a coleta de dados e o acesso seguinte. O termo deve conter, além do item que determina se será anônima ou não a entrevista, uma cláusula onde o entrevistado se torna ciente dos objetivos da pesquisa, assim como seus usos e desdobramentos.

No momento da entrevista – a forma como se dará a entrevista (mais descontraída ou mais formal) irá variar de acordo com a pessoa entrevistada, ficando a escolha livre do entrevistador –, e antes de qualquer ação, é de extrema importância ter planejamento. Ao escolher os entrevistados, deve-se estar preparado com uma pequena biografia sobre a pessoa e até mesmo fazer uma pesquisa prévia sobre o tema que será tratado, além de elaborar um questionário, estratégia esta que pode facilitar o diálogo com pessoas que possuem maior dificuldade em dar entrevistas. Durante a coleta do depoimento, não se deve interromper a fala do entrevistado e nem realizar juízo de valor do que está sendo dito, devendo deixar a pessoa o mais confortável possível. Após a entrevista, é realizada a transcrição do áudio gravado. Cabe ao indivíduo que irá transcrever respeitar sinais de pontuação durante a fala, assim como o contexto e o que foi dito, não omitindo partes de forma arbitrária e mantendo distanciamento do documento. Pode ocorrer de a língua verbalizada não seguir as normas gramaticais da mesma forma que a escrita. Nesses casos, no momento da transcrição corrigem-se os vícios de linguagem e possíveis erros. A entrevista transcrita deve ser arquivada juntamente com o áudio da mesma, para possíveis consultas futuras.

Após o momento da coleta e da transcrição, vem a seguinte etapa: filtrar o que deve ser utilizado da entrevista e realizar a leitura a “contrapelo”, procurando por informações que possam estar presentes nas entrelinhas ou então não tão claras e diretas como esperado no decorrer do texto. Nesse instante é necessário realizar o cruzamento de fontes, juntamente com a manipulação das informações. O último é o da manipulação das informações,

que pode ser positiva ou negativa, e isso depende muito da subjetividade da leitura da entrevista, da escolha do documento e do objetivo – o que mostra a multiplicidade de leituras que se pode fazer da entrevista, seja a posteriori ou a priori, remetendo à ideia do documento em constante transformação. Pode-se utilizar desde documentos escritos como livros, cartas, jornais, etc., até mesmo aqueles pertencentes à cultura material e/ou visual, costurando, assim, o texto historiográfico.



### Pesquise mais

Aproveite esse espaço para ampliar suas leituras, pesquise, reflita, construa diálogos e se acerque dos debates sobre o tema. Para dar início a esse processo de ampliação de seus estudos, sugerimos as leituras:

BARROS, José D'Assunção Barros. "Memória e história: uma discussão conceitual". **Tempos Históricos**, vol. 15, 1º semestre de 2011, p. 317-330. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5710/4287>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. "A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates". **História Oral**, v. 13, n.1, jan-jun 2010, p. 1-14. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=126>>. Acesso em 20 nov. 2017.

SELAU, Maurício da Silva. "História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais". **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, 2004, p. 217-228. Florianópolis. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>>. Acesso em 20 nov. 2017].

## Sem medo de errar

Agora que você completou esta seção, já pode, com segurança, estabelecer com seus alunos discussões acerca da aquisição do conhecimento histórico tendo como foco as propostas da história oral, que em muito pode enriquecer a sua prática diária, tanto ao trazer para a sala de aula novos tipos de fontes, quanto ao levantar questões sobre a memória e as possibilidades de utilização de fontes que não aquelas tidas como tradicionais. Além disso, com

a história oral você tem um campo aberto para se conectar com seus alunos por meio de uma linguagem muito mais aproximada, permitindo ainda que eles mesmos façam a ponte entre o dito e o registro escrito. Assim, a partir dos depoimentos registrados por seus alunos, você poderá discutir a metodologia aplicada, a elaboração do formulário de questões que vocês produziram para as entrevistas e a sua eficiência e operacionalidade, assim como as questões éticas que envolvem esse tipo de documentação. A diversidade dos produtos obtidos por meio de um formulário único, as dificuldades de aplicação, transcrição e reflexão sobre o que foi dito pelo depoente, dadas as características subjetivas desse tipo de fonte. Poderá cruzar esses relatos pensando na experiência de cada um dos entrevistadores, como lidaram com os silêncios, com as emoções envolvidas, com o processo de transcrição da entrevista. Tendo em mãos as várias descrições sobre um mesmo momento da história brasileira, no caso escolhido por nós a ditadura civil-militar, aproveite para construir com seus alunos uma interpretação sobre esse período, tendo como base inicial apenas os relatos, para em seguida cruzá-los com outros tipos de conhecimento, como aquele encontrado em seu material didático. Cruze as fontes orais e outras do período. Aqui, você poderá discutir como a memória é algo que, com suas peculiaridades, reconstrói o passado. Por exemplo, ao buscar tratar as entrevistas com os familiares que vivenciaram o período da ditadura pós-1964, as memórias podem ser múltiplas, indo desde lembranças positivas, em que um ou mais entrevistado aponta para o período como de desenvolvimento econômico, de maior segurança, em que as pessoas “tinham moral” e bons costumes, até recortes de repressão, dor e sofrimento. Essas diferenças devem ser abordadas para demonstrar como posicionamentos políticos, entendimentos sociais, econômicos e mesmo pessoais produzem não apenas entendimentos e memórias diversas do período, mas experiências múltiplas vividas pelos diferentes indivíduos.

### Faça valer a pena

**1.** “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências

e de repentinas revitalizações” (NORA, Pierre, “*Entre a Memória e a história: a problemática dos lugares*”. Trad. Yara Aun Khoury. In.: **Projeto História**. São Paulo, (10). Dez. 1993, p. 9. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 26 nov. 2017.)

A partir do trecho e das discussões da seção é possível afirmar que:

- a) A memória, por sua intrínseca subjetividade e imprecisão, não pode ser estabelecida como confiável enquanto fonte para o conhecimento histórico.
- b) A memória, assim como o próprio ser humano e a sociedade, é algo em constante modificação e mesmo suas imprecisões são de extrema importância para o conhecimento do passado.
- c) Dado ao caráter volúvel da memória, a história oral cada vez mais tem se pautado no cruzamento dos relatos orais com os registros escritos sobre seus temas de análise.
- d) A dialética da lembrança e do esquecimento acaba por criar distorções que tornam a memória vulnerável às manipulações e, portanto, algo que não pode ser tomado como meio para a aquisição do conhecimento histórico.
- e) A dialética da lembrança e do esquecimento permitem que a memória seja utilizada como fonte para a história oral, na medida em que acaba por produzir padrões fixos sobre os eventos estudados.

**2.** “Uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Essa noção é particularmente desenvolvida em textos alemães, em que recebe no nome de ‘História da experiência’ (*Erfahrungsgechichte*) e aparece com combinação com ideia de mudança de perspectiva (*Perspektivenwechsel*). Em linhas gerais, essa combinação significa entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas.” (ALBERTI, Verena. “*Histórias dentro da História*”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. Contexto, 2005, p. 165. Recurso eletrônico. Disponível em: <<https://biblioteca-virtual.com/detalhes/eds/cat05587a/kae.9788572442979>>. Acesso em: 27 nov. 2017).

Sobre a história oral, escolha a alternativa correta:

- a) Mais que buscar um registro fidedigno, as memórias e impressões sobre o passado tem por objetivo verificar a experiência individual deslocada dos processos históricos mais amplos com foco principalmente na vida dos personagens ilustres.
- b) Pretende, por meio do resgate de memórias individuais, problematizar e generalizar análises estanques e volúveis sobre determinados processos históricos, especialmente aqueles em que se manifestam os estados de exceção.
- c) Vem a muito sendo apropriada por outros campos do conhecimento, especialmente a Psicologia, na busca por compreender as imprecisões da mente humana.
- d) Traz, para o conhecimento histórico, novas perspectivas ao deslocar o foco do acontecimento e centrá-lo na experiência individual e nas interpretações e impressões que se mantêm ou se apagam sobre determinados processos históricos.
- e) Parte da combinação da experiência individual com a mudança de perspectiva para a confirmação e revitalização de processos históricos estabelecidos como incontestáveis e imutáveis.

**3.** “Confira, abaixo, o que mudou na Lei Maria da Penha e o que cada uma dessas alterações representa no combate e na repressão à violência doméstica e na proteção das vítimas. [...]”

6. Os depoimentos prestados devem ser registrados em meio eletrônico ou magnético. A gravação, isso é, a transcrição do áudio e a mídia contendo o registro devem integrar o inquérito. “Essa medida é importante para que a vítima não tenha de repetir o mesmo depoimento em outras fases do processo”, explica Sandra [Melo].“( **Entenda o que mudou na Lei Maria da Penha**, 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/11/entenda-o-que-mudou-na-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 28 nov. 2017.)

“Como é sabido, também, a história oral enraizou-se [...] não apenas no meio acadêmico, mas principalmente no seio dos movimentos sociais. Seu compromisso inicial, como já se assinalou tantas vezes, foi o de ‘dar voz aos excluídos e marginalizados’”. (FERREIRA, Marieta de Moraes. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil”. **História Oral**, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/516.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/516.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Com base na leitura dos trechos, é correto afirmar que:

- a) A história oral desempenha um papel importante na constituição de novas versões para os processos históricos contados até então pela elite, uma vez que com a nova metodologia e documentação produzida, grupos excluídos passam a ter voz.
- b) O uso de história oral para a renovação da historiografia foi de extrema importância para a busca da verdade, uma vez que dá voz para um grupo com uma perspectiva até então nunca analisada na academia.
- c) A prática de depoimentos orais não possui utilidade no âmbito da escrita historiográfica, não podendo assim ser utilizada como documento, uma vez que a história possui uma única versão, não precisando ser revisada.
- d) A história oral feita a partir de depoimentos de indivíduos pertencentes aos grupos excluídos e marginalizados é altamente questionável já que muitas vezes a memória dos entrevistados possa ter sofrido com a influência dos grupos dominantes.
- e) O armazenamento em conjunto do áudio e da transcrição do testemunho se mostra importante, respeitando a memória de dor da vítima. Contudo, a conservação pode dificultar o trabalho do historiador, podendo fazer com que a documentação desapareça com o tempo.

## Seção 3.3

### História da arte e o trabalho com fontes imagéticas

#### Diálogo aberto

O mundo que nos cerca tem se tornado a cada dia mais visual, e as imagens fazem, desde muito, parte de nossa vida diária. Como professor, você sabe que não apenas no material didático escolhido por sua escola, nos materiais de apoio que costuma usar, mas, principalmente, no cotidiano de seus alunos, as imagens são uma constante. Isso leva a pensar em como desenvolver nos alunos a habilidade de leitura dos mais variados tipos de fontes imagéticas para além da simples descrição daquilo que se vê. Para dar início a esse tipo de análise, você apresenta aos estudantes o quadro de Modesto Brocos, “A redenção de Can” (1895) <<https://goo.gl/sjK9T2>>. Acesso em: 13 ago. 2017. Como, a partir desta obra, você problematizaria a produção, a intencionalidade, as representações e a circulação das imagens? Como, e por meio de quais referências, é possível desenvolver neles a sistematização da habilidade de leitura imagética? E, principalmente, como aproveitar o conhecimento que eles já possuem, o seu acesso diário aos mais variados tipos de imagens, para o enriquecimento de seu processo de construção do conhecimento histórico?

#### Não pode faltar

Dentro dos muitos processos que levaram à ampliação da noção de fontes, encontramos um número cada vez maior de historiadores que se voltam para as mais diversas formas imagéticas como fontes para o seu trabalho de pesquisa. Saindo do restrito círculo de pesquisadores que se especializam em História da Arte, as imagens a cada dia se tornam mais elementares para o trabalho do historiador, seja como fontes principais, seja como fontes complementares conjugadas a outros tipos de documentos. As formas de abordar uma fonte visual são múltiplas, estando, porém, sempre ligadas à formulação de um problema histórico, e das

questões feitas a ela pelo historiador. A arte, para além de seu caráter contemplativo, é fundamental para a compreensão da sociedade que a produziu e permite não apenas conhecer formas de expressão de determinado período, mas também como essa sociedade se organiza, compreende-se, descreve-se. Para nós, historiadores dos dias atuais, o desafio está no paradoxo de vivermos em um mundo em que as imagens são protagonistas na circulação de informações e a falta de observação crítica das mesmas. Para isso, devemos ter em mente que a avaliação de uma fonte imagética envolve questões acerca de seu conteúdo e forma, mas também de seu contexto de criação, das intencionalidades do autor, das relações que a obra estabelece com outras e outros autores. Assim, independentemente de qual seja a sua forma – um quadro, uma escultura, um filme, uma performance, uma fotografia, um edifício, um jogo ou ainda uma ponte – as fontes imagéticas podem e devem ser utilizadas na pesquisa histórica e em sala de aula.

## **1. História da Arte: o campo da imagem e sua fruição?**

Comumente se considera como fundador da História da Arte o pintor e arquiteto italiano Giorgio Vasari (1511-1574), que escreveu sobre arte italiana por meio do registro da vida e obra de arquitetos, pintores e escultores do Renascimento. Alguns autores discordam, e apontam o bibliotecário prussiano Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), que focou seu trabalho em demonstrar a importância das pesquisas em antiguidade greco-romana, defendendo a superioridade da arte grega. Entretanto, é importante ter em mente que, para além dos trabalhos efetuados ao longo dos séculos, a História da Arte como disciplina histórica, assim como a própria História como campo científico do conhecimento, só se estabeleceria no século XIX. Seria em meados do século XIX, que a História da Arte se firmaria enquanto disciplina e buscaria construir um campo com métodos específicos de análise de fontes.

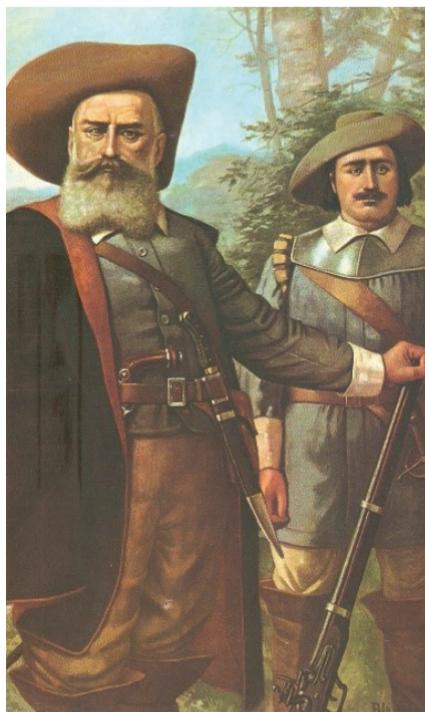
Pode-se dizer que Erwin Panofsky (1892-1962) foi um dos pioneiros a propor uma metodologia para o estudo de obras de arte, considerando a arte como um modo de relacionar dado objeto com significados objetivos. Dessa maneira, ele propõe que a análise de obras de arte seja feita a partir de três passos, sendo um método que se concentra na interpretação da relação entre a especificidade

da obra de arte e a da influência do meio cultural no qual o indivíduo que o produz se encontra inserido. O primeiro passo é a análise pré-iconográfica, em que o indivíduo decifra o que vê, realizando uma descrição objetiva. O segundo passo é a análise iconográfica, em que se leva em consideração o conteúdo temático e o meio cultural do indivíduo que está fazendo a leitura da arte, ou seja, identificando as possíveis personagens que possam estar sendo representadas e/ou envolvidas. O terceiro e último passo seria a análise iconológica, em que se busca o conteúdo intrínseco à obra, por meio de questionamentos feitos ao objeto de estudo, realizando a formulação de possíveis hipóteses a respeito do significado que aquela simbologia e conjunto de figuras possa ter.



### Exemplificando

Figura 3.1 | Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu, Benedito Calixto, 1903



Fonte: <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/banco-imagens/detalhe/?id=179750>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

Observemos como exemplo o quadro de Benedito Calixto (1853-1827) intitulado Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu, produzida em 1903. Fazendo o primeiro passo, a análise pré-iconográfica, vemos no quadro dois homens em uma região com árvores e roupas que remetem a séculos passados. Já no segundo passo, na análise iconográfica, podemos deduzir que são dois bandeirantes a partir das vestes que estão trajando, como o gibão (espécie de casaca), o chapéu, a capa e os armamentos de fogo, além de estarem em um espaço que parece ser uma floresta. Por fim, no terceiro passo, a análise iconológica, podemos levantar hipóteses. Levando em consideração o contexto em que foi produzida a imagem, o início do século XX, no estado de São Paulo, que passa por um franco desenvolvimento econômico movido pelo dinheiro gerado pela produção do café, é marcado pela busca de "heróis" ou "pais fundadores" que possam dar legitimidade à concepção do Estado ser a "locomotiva" econômica e ideológica do Brasil. Ou seja, seu momento de esplendor. Nesse sentido, nada mais coerente que heroicizar a figura do bandeirante desbravador de terras, retratando-o como um monarca europeu a partir de detalhes sutis como a posição, a arma no lugar certo, o gibão ao invés da capa luxuosa de monarcas e o chapéu no lugar da coroa, além de ser representado como um homem branco. Dessa maneira, a imagem construída do bandeirante por meio de representações do início do século XX tem função de inflar o "orgulho de ser paulista", deixando-o próximo a um monarca.

Figura 3.2 | Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu, Benedito Calixto, 1903



Fonte: <<https://goo.gl/4bLUJM>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

Se compararmos o quadro de Calixto com o de Hyacinthe Rigaud (1659-1743) podemos identificar semelhanças na riqueza das vestes – dadas as devidas diferenciações entre as vestimentas de um monarca e um colono português –, na posição dos dois homens o primeiro que se apoia em uma arma e o segundo em um bastão ou cetro e, talvez o mais importante, ambos se apresentam como figuras imponentes, figurando como o elemento principal de cada quadro. A representação das bandeirantes nesses moldes acaba por construir, popularizar e consolidar a imagem de um movimento vitorioso, em que os “pais fundadores” de São Paulo se apresentam como grandes homens, que em certa medida se compara aos grandes personagens europeus, assim, cria-se uma história em que se busca desenvolver o orgulho de pertencer a tal Estado. Nesse processo, heróis nascem e esquecimentos são construídos, apaga-se, por exemplo, a memória de que o movimento bandeirante foi extremamente violento, composto por indivíduos paupérrimos que viviam em situações extremas, passando fome e com roupas nada luxuosas.

É importante frisar que, mesmo nesse campo aparentemente tão contemplativo, não se faz história sem crítica e a pesquisa histórica nunca se resume à obra de arte em si, mas diz respeito a um conjunto muito mais complexo de elementos que incluem fatores externos, como os culturais, que compõem a obra, fazendo com que ela se torne completa, como uma forma de contextualizá-la, e isto sempre deve ser levado em conta em uma análise para produção historiográfica. E, como a arte pode ser entendida como o fruto da civilização ou como a exteriorização de sentimentos, ela só pode ser compreendida dentro da cultura ou a partir de artifícios culturais. Ou seja, obras de arte podem ter valor material ou valor intelectual, ou ainda ter as duas perspectivas.

Não há como negar que a produção artística possui variáveis que são responsáveis pelo surgimento de tendências e abandono de ideias e estilos ao longo do tempo, assim como não se pode esquecer de como a arte acontece em cada lugar, considerando período, condição financeira, local ocupado na hierarquia de cada instituição social, etc. Sendo assim, variantes devem ser levadas em conta para a produção historiográfica a partir de uma obra de arte, para que seja o mais completa possível, dando destaque principalmente para o meio cultural em que se encontra o objeto

artístico de estudo. A historicidade da obra compõe-se de três elementos interdependentes: a obra enquanto arte, algo que pode ser tomado como realizado, observado e apreendido para além de seu contexto, um elemento dado à fruição; a arte como um meio para a compreensão de sua produção, sua relação com seu autor, a técnica, com quem encomendou, com sua circulação, etc.; seu surgimento a partir da sociedade que a produziu.

Entretanto, faz-se necessário dizer que a metodologia de análise de obras de arte, apresentada anteriormente, e que é utilizada até os dias de hoje, foi formulada e proposta por europeus com base em não apenas uma arte europeia, excluídas a arte africana, a asiática e a ameríndia, mas, principalmente, a partir de um conceito também europeu de arte. Nessa perspectiva, artefatos de outras sociedades foram despidos de suas simbologias originais: peças sagradas de outras culturas foram catalogadas e expostas em museus europeus. Aqui, claramente identificamos a herança do imperialismo do século XIX, característico de países como Inglaterra e França, em que a noção de exotismo se fazia presente. Desta forma, todas as expressões que não se enquadravam no conceito europeu, não eram, e muitas vezes ainda não são, vistas como arte, mas como objetos exóticos, extravagantes, excêntricos. Ou seja, itens a serem colecionados, sem qualquer valor artístico, reforçando a ideia de que a única arte possível é aquela produzida por europeus ocidentais. Por consequência, a ideia de arte europeia foi amparada por uma análise acadêmica enquanto a produção exterior à Europa Ocidental foi ancorada na análise do exotismo, o que denota a categorização da segunda como uma arte menor ou até mesmo indigna de ser vista como arte. São exemplos desse tipo de tratamento da arte não europeia objetos como: o cocar de Montezuma, códices, máscaras africanas, pergaminhos chineses, vasos orientais e objetos indígenas brasileiros. Muitos desses objetos foram e são recolhidos em seus locais de origens, levados a museus ou vendidos a colecionadores particulares, circulando e perdendo seu sentido original e não analisados por seu teor artístico.

## 2. Cultura visual

Para além do campo da História da Arte, vemos a cada dia uma maior preocupação de historiadores em compreender outros objetos e relações que não compõem aquilo que se entende como

o artístico tradicional. Nesse sentido, o que vemos despontar é uma historiografia que busca diferenciadas abordagens, fugindo aos paradigmas da História da Arte tradicional. A imagem já estabeleceu seu lugar de predominância sobre a linguagem escrita na sociedade contemporânea e, do mesmo modo, reconhecer isso é algo muito mais simples que realizar o exercício de analisar os mais diversos elementos imagéticos de forma crítica. É exatamente essa dificuldade que historiadores buscaram superar ao longo das últimas décadas em que o conceito de cultura visual vem sendo construído, modificado e lapidado. Independentemente se em nosso dia a dia somos ou não bombardeados por mídias digitais, anúncios e notícias a relação que estabelecemos com o mundo contemporâneo é mediada pela cultura visual, uma vez que a circulação global de ideias e informações é realizada com cada vez maior recorrência por meio de imagens. Se tomarmos a cultura como um conjunto de práticas e processos pelos quais as pessoas e sociedades conferem ao mundo em que vivem sentido, podemos estabelecer a cultura visual como aquela que se realiza a partir da troca de significados entre as pessoas e as imagens que criam, em uma dinâmica de interação.



### Assimile

Aquilo que se entende por cultura visual não pode ser tomado simplesmente como história da imagem ou com uma história baseada em fontes imagéticas. Trata-se de algo muito mais amplo que “reconhece a centralidade do olhar no pensamento ocidental e a centralidade das imagens na produção, na mediação e na apropriação dos sentidos” (MENEQUELLO, 2013, p. 8). Assim, implica em um conjunto de discursos e práticas ativos que constroem o social e também, promovem uma mediação que permitem compreender a sociedade.

Seria a partir da década de 1960 que o termo cultura visual começaria a aparecer em estudos que visavam compreender a sociedade por meio das imagens que produzem e das relações que estabelecem com e por meio delas. Assim, a publicidade, por exemplo, passaria a ser largamente analisada tendo como foco temas como a dominação masculina. Esse movimento não surgiria no interior dos estudos históricos e, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, a História enquanto disciplina se mantém à margem dos

esforços operados nas outras ciências humanas não só no referente às fontes visuais, mas também à problemática básica da visualidade, mantendo-se muito abaixo daquilo já realizado pela Sociologia e na Antropologia. Ainda segundo o autor, o que se vê na História é uma busca por “iluminar as imagens com informação histórica externa a elas, e não produzir conhecimento histórico novo a partir dessas mesmas fontes visuais” (MENESES, 2003, p. 20).

Ao longo das décadas, várias foram as escolas de pensamento que se debruçaram em discussões que buscaram estabelecer aquilo que seriam os estudos visuais ou o conceito de cultura visual. Segundo Paulo Knauss, apesar dessa grande diversidade de escolas, é possível estabelecer dois universos gerais para a definição de cultura visual, um amplo e abrangente e outro restrito. O primeiro é aquele que aproxima o conceito de cultura visual da multiplicidade das imagens, representações visuais, processos de visualização e modelos de visualidade. Inseridos nesse movimento estão os trabalhos que entendem a existência de um pictorial turn (virada pictórica) (KNAUSS, 2006, p. 106), expressão cunhada por W. J. T. Mitchell (1942) nos anos 1990, para tratar a discussão teórica que se desenvolveu sobre a imagem, a partir da ideia de que, a partir da década de 1950, houve uma reviravolta nos estudos sobre as imagens. Esse é o momento em que os diversos modelos de “textualidade” e discursos passam a ser centrais na crítica das artes e das formas culturais, ou seja, os sentidos, a representação, o figurado, passam a ser o objeto a se compreender por meio das imagens e também aquilo que pode conferir entendimento sobre elas. É também dentro desse movimento que se passa a dar grande importância para os modos de ver, para a experiência visual, que criam novos modelos de leitura, para além daqueles dos textos escritos, em uma relação estabelecida entre visualidade e espectador. Nesse sentido, a representação resiste ao discurso exigindo um novo modelo de análise, que valoriza a percepção, abrindo espaço para as interpretações históricas e culturais (KNAUSS, 2006, p. 107). Embora tenha sido grandemente discutida ao longo do século XX, foi nos anos 1980 que o estudo da cultura se estabeleceria como central para as ciências humanas, conduzindo uma revisão do social. Nesse processo, o sistema de representações criados pelas sociedades para descrever, compreender e se estabelecer – entendido como cultura – passa a ser visto, não como

simples reflexo da sociedade. Dentro dessas mudanças a cultura visual apresenta-se como um desdobramento desse movimento de indagação sobre a cultura. Nas últimas décadas, o conceito vem sendo rediscutido, especialmente nas fronteiras entre as disciplinas, sendo entendida de diversas formas como, por exemplo, como um termo híbrido, resultante da mistura dos estudos e teorias sobre a arte e teorias contemporâneas de outras disciplinas. Na interpretação abrangente, os estudos visuais apresentam o papel de interrogar todas as imagens e representações, rejeitando categorias, antigas e tradicionais do campo das artes como obra-prima, criação do gênio ou arte menor (KNAUSS, 2006, p. 108-109).

Já na definição restrita da cultura visual, o que se pretende é que o conceito só possa ser compreendido para determinados espaços, tipos de suportes visuais e sociedades. Um exemplo disso é dado por Chris Jenks (1947), que propõe que cultura visual é um conceito específico para a abordagem da cultura ocidental, que se define pela centralidade do olhar. Outro exemplo nos é dado por Nicholas Mirzoeff (1962), que alerta para a necessidade de um posicionamento crítico da cultura global, que reconheça o conjunto imagem, aparato científico e tecnológico como um elemento que molda e intensifica o olhar na construção da imagem (MENEGUELLO, 2013, p. 11). Nesse sentido, o próprio desenvolvimento da tecnologia digital configura-se como gerador de mudanças culturais importantes, lançando, a cada dia, a imagem como parte central da vida cotidiana. E, para compreender as sociedades contemporâneas, é necessário apreender sua relação com as imagens. Mas, do mesmo modo, as relações entre os instrumentos, a tecnologia e as relações de poder envolvidas na criação (e também na recepção) dessas imagens. Desta forma, é possível estabelecer que a cultura visual não está fundamentada em imagens em si, mas sim em uma tendência contemporânea de transformar a existência e a experiência em algo visível, passível de se compreender com o olhar.

### **3. Fontes visuais e ensino de história**

As imagens devem ser observadas de forma abrangente e tidas como dimensões da vida e dos processos sociais (MENESES, 2003, p. 11), não apenas no que se refere à pesquisa histórica, mas também no cotidiano em sala de aula. Na tradição ocidental, desde

muito, é recorrente se utilizar imagens visuais para instruir, educar. Isso porque as imagens integram o conjunto das representações sociais que, “pela educação do olhar, definem maneiras de ser e agir, projetando ideias, gostos, valores estéticos e morais” (MAUAD, 2015, p. 83). As imagens, também desde muito, vêm sendo operadas como fundamentais nas relações ensino-aprendizagem. E, no campo da História, essa relação data ao fim do século XIX quando Ernest Lavisse, ao elaborar seus manuais didáticos, já propunha que, para uma melhor apreensão da história, os alunos, especialmente os mais jovens, necessitam de elementos que permitissem a visualização daquilo que se lia. Assim, as imagens foram agregadas ao livro didático, funcionando como um reforçador, um criador de uma nova forma de organizar o texto, em que escrita e imagem dialogam de forma a construir uma visão do passado passível de ser apreendida apenas pelo olhar. Assim, as crianças deveriam ver as cenas históricas para que memorizassem os conteúdos, na medida em que, para Lavisse, as ilustrações tinham o papel de concretizar a noção altamente abstrata do tempo histórico (BITTENCOURT, 1997, p. 75). Dessa noção acerca da relação entre imagens e ensino de História muito já se caminhou. Há pelo menos três décadas os estudiosos, tanto de livros didáticos quanto de didática e prática de ensino, vêm problematizando o uso das imagens em sala de aula e a cada dia mais professores vêm realizando uma utilização crítica das imagens em seus materiais didáticos. Vêm, ainda, trazendo para a prática cotidiana uma grande variedade de outras imagens, modificando e aumentando as possibilidades de construção do conhecimento por seus alunos.



### Refleta

A análise de imagens em material didático, geralmente lança sua crítica para o papel meramente ilustrativo das imagens que acompanham o texto, mas seria possível pensar esse livro didático de outra forma? Como as imagens poderiam exercer um papel para além do “ver para compreender”?

Nessas novas formas de se pensar e abordar, as fontes imagéticas assumem diversas formas e funções, definindo o saber-fazer em diferentes modalidades de aprendizado. Assim, ao contrário do que propõe uma crítica rasas dos livros didáticos, as imagens não

têm uma função meramente ilustrativa – como não o tinha quando pensada no interior da escola metódica – ela não está posta ali para meramente ilustrar o conteúdo verbal, mas sim uma função muito mais complexa: a do “ver para compreender” (BITTENCOURT, 1997, p. 69-90). Assim, quando nós, professores, nos deparamos com uma imagem, seja em nosso material didático, seja no material de apoio, numa pesquisa de internet, temos que ter em mente que, em torno dela, há muitos elementos a serem explorados, discutidos e desvendados. Pensaremos aqui em dois desses suportes.

As mais recorrentes nos materiais didáticos, as imagens históricas de certa forma fazem parte do imaginário e da formação geral dos indivíduos, especialmente nas sociedades ocidentais. Sua larga utilização acaba por criar certa ilusão de que são descritoras diretas da realidade e é por sua proposta de reconstruir imagetivamente um evento histórico que se tornam fundamentais na produção dos materiais didáticos. Trabalhar com esse tipo de imagem exige que o historiador se afaste dessa ilusão e busque compreender a obra de forma mais ampla e em relação a outros elementos como o seu contexto de criação, o seu autor, as tendências artísticas do período, quem financiou a obra, a sua relação com outras obras do autor ou de outros autores, a técnica, a circulação e as apropriações que se fazem dela. A imagem, em si, deve ser observada a partir de um olhar que busque compreender os elementos que a constituem, os símbolos ali presentes, os indivíduos, as vestimentas, os ângulos, a perspectiva, a profundidade. Reconstruir a história da imagem permite, por exemplo, indagar o porquê dela e não outra ser escolhida para determinadas funções ou ainda desconstruir estereótipos.

As pinturas de viajantes também são recorrentes em materiais didáticos, dentre elas as do alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858) e as do francês Jean Baptiste Debret (1768-1848). Ambos viajaram por várias partes do Brasil no início do século XIX – Rugendas de 1822 a 1825; e Debret de 1817 a 1831 –, registrando os mais diversos aspectos de nossa sociedade. Após a volta a seus países de origem, publicaram obras contendo textos e as imagens que registraram. Essas imagens são tomadas constantemente como descritoras da sociedade brasileira no século XIX, como imagens reais do passado. Além de todos os elementos e relações já apresentadas para a análise das imagens históricas, quando lidamos com esse tipo de imagem temos um elemento que deve ser central

na análise: o olhar do artista. Milhares de homens e mulheres se deslocaram para América, Ásia e África registrando, por imagens ou desenhos, aquilo que viam, que chamava ao olhar, o exótico, o pitoresco, o estranho. Assim, fauna, flora, objetos, edifícios, festejos, pessoas e situações da vida cotidiana eram traduzidas para aqueles que aqui não estiveram de forma a se fazer compreender. Nesse sentido, o olhar do estrangeiro filtra, seleciona e intervém na obra, e isso não pode ser ignorado ao se realizar a análise. É claro que não pretendemos dizer que as obras de viajantes são meras invenções fabulosas. É extremamente factível que Debret, Rugendas e muitos outros viajantes tenham registrado cenas que vivenciaram, viram ou de que ouviram falar. Mas, não se pode deixar de observar que aquilo que registram é filtrado por seu olhar, por suas escolhas, por seus preconceitos e mesmo por suas aspirações em encontrar o exótico, e que essas dimensões são tão importantes para o conhecimento do passado quanto aquilo que se registrou dele.



### Pesquise mais

Amplie seus conhecimentos e as discussões sobre os temas aqui abordados com a leitura do texto abaixo:

CRIMP, Douglas. "*Estudos Culturais, Cultura Visual*". **Revista USP**. São Paulo, n. 40, p.78-85, dezembro/fevereiro, 1998-99. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/28422/30280>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

## Sem medo de errar

Ao finalizar esta seção você pode seguramente retornar à proposta de análise do quadro Modesto Brocos, *A redenção de Can* (1895) sabendo que, para que seus alunos ampliem a sua habilidade de leitura de fontes imagéticas, é necessário que eles caminhem para além daquilo que está representado: é necessário aliar o conhecimento prévio deles a novas formas de construção do conhecimento. Assim, você sabe que é necessário primeiro realizar um levantamento sobre o que eles conhecem sobre o quadro e ou sobre o tema que ele pode inspirar. Esse primeiro exercício pode revelar um total desconhecimento de ambos, mas é muito

importante para que você recolha informações que direcionem a análise a ser realizada. Ciente de que uma imagem é muito mais do que aquilo que ali está retratado, que está carregada de intencionalidades, você realiza com eles o primeiro passo para a análise de uma imagem, a descrição daquilo que está visivelmente representado. Aqui, o que se busca é destacar os elementos: a presença de uma mulher negra idosa com as mãos para o alto em uma atitude de contemplação; uma mulher mulata que aponta para a negra e carrega um bebê branco; sentado ao pé de uma porta, encontra-se um homem também branco, etc. Mas isso não é suficiente, é necessário conhecer o contexto de produção, o autor, a circulação e os usos da obra. Por meio de pesquisa feita pelos próprios alunos, você pode demonstrar como esta imagem pode ser utilizada para trabalhar a questão do branqueamento na Primeira República – para isso conhecer a trajetória de Modesto Brocos, pintor espanhol radicado no Brasil, é fundamental. Sabendo que ele foi um homem alinhado com os ideais de branqueamento por meio da miscigenação entre negros e brancos, utilizou a obra para construir um quadro em que a mistura entre as raças levaria à redenção da sociedade brasileira da “mácula” da negritude. Assim, ao mapear a circulação da obra, o que vemos é que ela além de largamente utilizada como um símbolo do desenho civilizatório por meio do fim gradual da população negra, foi apresentada por João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Internacional das Raças, Londres, 1911, na abertura de seu ensaio que propunha o total branqueamento da população em um século de miscigenação. Para compreender e realizar uma leitura dessa imagem e da sociedade que a produziu é necessário não apenas contextualizá-la, mas principalmente conhecer as correntes de pensamento do período, as discussões que influenciaram seu autor, as apropriações que foram feitas da obra, as referências ali apresentadas: a pintura é uma alusão à linguagem bíblica de constituição das diferentes povoações europeias, africanas e asiáticas descritas no livro do Gênesis, em que Can, um dos filhos de Noé, é amaldiçoado e tem seu filho, Canaã, condenado a servir aos filhos de seus irmãos.

Desta forma, os gestos de aclamação da mulher idosa e negra, de satisfação do homem branco, de harmonização da mulher mulata e de ternura da criança branca constroem um ambiente de

redenção do passado escravagista brasileiro. Essa leitura pode ser observada na figura da ex-escrava, que louva a redenção de sua família com o branqueamento, proporcionado pela mestiçagem. Essa visão positiva da miscigenação não será a que prevalecerá tanto como política de branqueamento quanto nas discussões e representações do Brasil do período, mas podem ser o ponto de partida para a discussão do tema não apenas da mestiçagem em sala de aula, mas principalmente do racismo à brasileira.

## Faça valer a pena

### 1.

Figura | O Grito do Ipiranga. Óleo sobre tela. Pedro Américo de Figueiredo e Mello, 1888.



<<https://i.pinimg.com/originals/b7/63/68/b76368e16d7e32e6171bac81f7bb457a.jpg>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

Considerando o quadro acima, a metodologia e ordem de análise de pinturas propostas por Erwin Panofsky:

- Pela análise pré-iconográfica, pode-se afirmar que a figura central da imagem é de Dom Pedro I, proclamando a Independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga em São Paulo, futura capital do império que estava se formando.
- Partindo da análise iconográfica, observa-se a presença de homens brancos da elite, soldados imperiais, cavalos e no canto inferior direito um homem guiando o carro de boi, já que a independência foi desejada por todas as camadas sociais.
- Em uma análise iconológica, a figura de Dom Pedro I aparece como elemento

central na representação do momento da proclamação da Independência, em uma tentativa de legitimar historicamente o Segundo Reinado, em um momento em que enfrentava profundas críticas e via-se enfraquecido.

d) Por meio da análise iconológica, nota-se a presença de homens brancos montados em cavalos, empunhando espadas, além da presença de um homem negro puxando o carro de boi vestindo roupas mais simples, representando as intenções de Pedro I em estabelecer o colonato de imigrantes.

e) A partir da análise pré-iconográfica, conclui-se que o ato da proclamação da Independência representada na pintura não abrangeu a população escrava do Brasil, fazendo com que a escravidão se mantivesse por quase todo o século XIX, tendo seu fim com a Proclamação da República.

**2.** “Gravuras, fotos, filmes, mapas e ilustrações diversas têm sido utilizados, há algum tempo, como recurso pedagógico no ensino de História. Os livros didáticos de História, já em meados do século XIX, possuíam litogravuras de cenas históricas intercaladas aos textos escritos, além de mapas históricos. Nas primeiras décadas do século XX, os filmes foram apontados pelo professor Jonathas Serrano, do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, como instrumento didático importante, considerando-o material fundamental do ‘método intuitivo’ (...)” (BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Livros didáticos entre textos e imagens”. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 69.)

Sobre a relação entre imagens e livros didáticos de história escolha a alternativa correta:

a) Dentro do processo de desenvolvimento da História enquanto disciplina, a questão do ensino esteve posta e as imagens se constituíram parte da proposta de Ernest Lavisse para a apreensão do passado pelas crianças.

b) A relação entre ensino de história e imagens é bastante recente, e os livros didáticos somente há pouco tempo passaram a utilizar as imagens como recursos para o conhecimento do passado.

c) As imagens dos livros didáticos são escolhidas a partir das propostas das novas correntes historiográficas, que a cada vez mais vem retirando dos livros as imagens históricas e de viajantes.

d) O livro didático de história mantém a proposta de utilização de imagens para a ilustração dos acontecimentos do passado, evitando trazer propostas de análise de imagens.

e) As imagens acabam por prejudicar o entendimento dos alunos desviando sua atenção do texto escrito e focando-se em um elemento secundário e alegórico.

**3.** “Foi no início dos anos 80 que o estudo da cultura se tornou central para as ciências humanas e conduziu a uma revisão do estatuto do social. Nesse contexto, o lado subjetivo das relações sociais ganhou espaço e consolidou uma tendência que passou a sublinhar como a cultura — o sistema de representações — instigava as forças sociais de um modo geral, não sendo mero reflexo de movimentos da política ou da economia. A virada cultural destacou os vínculos entre conhecimento e poder, o que serve, igualmente, para demarcar o estudo das imagens. A cultura visual seria, portanto, um desdobramento de um movimento geral de interrogação também sobre a cultura em termos abrangentes.” (KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual”. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 107, jan.-jun. 2006. Disponível em: < [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012\\_knauss.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012_knauss.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2017.

Sobre as mudanças na década de 1980 é possível afirmar que:

- a) A década de 80 é marcada por uma grande reviravolta no âmbito das humanidades, dando início ao que chamamos de Segunda Geração da Escola dos Annales na História, possibilitando novas metodologias de pesquisa com documentos não utilizados até então.
- b) O uso de produtos da cultura visual a partir da década de 1980 promove a História como protagonista da chamada “virada pictórica”, influenciando outras áreas das humanidades, como a antropologia, e eliminando a necessidade da interdisciplinaridade.
- c) A realização de estudos a partir da cultura visual teve início a partir da Primeira Geração da Escola dos Annales, com a realização de estudos influenciados por pesquisas quantitativas, com influência da história social e da história econômica para a compreensão do ambiente de criação.
- d) O questionamento sobre o uso da cultura como documento e objeto de estudo sempre esteve em pauta, além da preocupação em torno da representatividade de grupos sociais e partes do mundo que são subestimadas em outras áreas, colocando a História como vanguarda na discussão.
- e) Embora constituída a partir da década de 1950 com o chamado *pictorial turn*, o campo da cultura visual, assim como a História, veria uma ampliação ancorada nas discussões e reapropriações do próprio conceito de cultura de que são subsidiárias.

# Referências

**Ação de Manutenção de Liberdade** de José Mineiro, Nicolau, Manuel, Benedicto, Rita, Jovita, Ernesto, Francelino e Antonia. Campinas, 05 de fev. 1885 / 09 de fev. de 1887. TJC, 2o.OF, CX. 110, 1693, (R-02), Centro de Memória da Unicamp.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, V. FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M. (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ARGAN, Giulio C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BARROS, José D'Assunção B. **Memória e história**: uma discussão conceitual. *Tempos Históricos*, v. 15, 1º semestre/2011, p. 317-343. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/5710/4287>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BITTENCOURT, Circe M. F. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FREITAS NETO, José A. de; KARNAL, Leandro (orgs.). **A Escrita da memória**: interpretações e análises documentais. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

FREITAS, Sônia M. de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo, SP: Humanitas/FFCH: USP/Imprensa Oficial do Estado, 2006.

GELL, Alfred. 2001. A rede de Vogel, armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. In: **Arte e Ensaio** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Escola de Belas Artes. UFRJ. ano VIII – número 8: 174-191.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRINBERG, Keila. **Liberata, a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade da corte do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

JANOTTI, Maria de L. M. **A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica**: empecilhos e debates. *História Oral*, v. 13, n. 1, jan-jun/2010, p. 1-14. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=126>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. Uberlândia, 2006. Disponível em: <[http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012\\_knauss.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012_knauss.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2017.

LAGROU, Else. Arte ou Artefato? Agência e significado nas artes indígenas. In: **Arte indígena no Brasil**: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: A/arte, 2009. p. 10-36.

LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria N. **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Para além do cativo**: legislação e tradições jurídicas sobre a liberdade no Brasil escravista. In: FONSECA, Ricardo M.; SEELAENDER, Airton C. L. (orgs). *História do Direito em Perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial** – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1985].

LE GOFF, Jacques. **História e memória Campinas**: Editora da Unicamp, 2003.

MARINS, Paulo C. G. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 44, p. 77-104, fev./2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34563>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

MAUAD, Ana M. Usos e funções da Fotografia Pública no conhecimento histórico escolar. **Hist. Educ.**[online]. 2015, v.19, n. 47, pp. 81-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v19n47/2236-3459-heduc-19-47-00081.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MENEGUELLO, Cristina. Apresentação - Cultura Visual: um campo estabelecido. **Cadernos de História IMAGEM, ARTE**, ano VIII, n. 2, Mariana, Dez./2013, pp. 08-16.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Fontes visuais, cultura visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 11-36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. **Tempo**, n. 14, 2002, pp. 131-151. UFF, Niterói. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018094007>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In.: **Projeto História**. São Paulo, (10). Dez./1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index>>.

php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 nov. 2017.

NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da História. **CLIO História** – Textos e Documentos. Disponível em: <[https://www.academia.edu/300773/O\\_Cinema\\_Eo\\_Conhecimento\\_Da\\_Hist%C3%B3ria](https://www.academia.edu/300773/O_Cinema_Eo_Conhecimento_Da_Hist%C3%B3ria)>. Acesso em: 5 dez. 2017.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

\_\_\_\_\_. **Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.

PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. Contexto, 2005. Recurso eletrônico. Disponível em: <<https://biblioteca-virtual.com/detalhes/eds/cat05587a/kae.9788572442979>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <<http://anhanguera.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444514/pages/5>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

POMIAN, K. **Do monopólio da escrita ao repertório ilimitado das fontes** – um século de mudanças da história. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2012, p. 15-28. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/335>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

RAFFAINI, P. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 3: 159-164, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109170/107661>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

REIS, Luís. **Oarquivoearquívisticaevoluçãohistórica**. *Biblios*, ano 7, nº 24, abr-jun/2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2152131>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVA, Kalina V.; Silva Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SELAU, Maurício da S. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, 2004. Florianópolis. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>>. Acesso em 20 nov. 2017.



# O pós-estruturalismo e o debate contemporâneo

## Convite ao estudo

Caro aluno, chegamos à última unidade de nossa disciplina, após caminharmos por diversas vertentes historiográficas e variadas formas de estabelecer, compreender e analisar as fontes que servem de indícios para o trabalho do historiador. Avançamos muito na compreensão do nosso ofício e, nesta última unidade, completaremos nossa proposta de estabelecer debates, que permitem acionar em sala de aula as mais diversas formas de fazer e escrever a História como mecanismo para o desenvolvimento do pensamento crítico e de instrumentos a serem acionados pelos alunos no processo de construção de seu próprio conhecimento.

Assim, convido você, aluno, para adentrar esse novo conteúdo, em que trataremos de debates também fundamentais para compreender de forma mais ampla o processo de constante reestruturação e modificações que a história tem passado nestes quase dois séculos de seu estabelecimento enquanto campo de conhecimento e disciplina no seio das ciências sociais.

Questões postas desde nossa primeira unidade, como “para que serve a história e qual o ofício do *historiador*?”, são recolocadas a partir do debate da segunda metade do século XX. Se a impossibilidade da neutralidade nas ciências humanas já estava colocada desde autores como Max Weber e Marc Bloch, a partir dos anos 1960, os autores **pós-estruturalistas** (como **Michel Foucault e Gilles Deleuze**) apontaram para relações de poder na produção dos saberes e deslocaram o debate científico para análises que questionaram a própria possibilidade

de se produzir “verdades históricas”, aproximando, para muitos, a narrativa do historiador daquela produzida na literatura.

O movimento conhecido como **virada linguística** (*linguistic turn*) impactou profundamente o olhar dos historiadores – mesmo daqueles que se opõem a essa abordagem –, trazendo questões hoje fundamentais para uma análise de fontes despida de qualquer ingenuidade cientificista. Não há hoje historiador que pense em um arquivo sem entendê-lo como resultado de relações de poder, que olhe para uma tese de história sem entendê-la como uma produção textual e, portanto, passível de ser pensada a partir de crivos que utilizamos em outros textos “não científicos”. A própria afirmação da história como uma ciência é, hoje, polêmica.

Essas novas contribuições, no entanto, para muitos, levam a disciplina história a uma crise que buscaremos pensar juntos: ainda há sentido em se pensar em um método científico para a história quando a pensamos como uma narrativa textual? O saber histórico é apenas “uma versão” do passado e, portanto, qualquer interpretação tem a mesma validade? Se todo entendimento da realidade é construído discursivamente, então, nada é concreto?

## Seção 4.1

### O documento monumento, a história cultural e a abordagem de Foucault

#### Diálogo aberto

Caro estudante, já sabemos que as fontes só podem informar do passado aquilo que o historiador questiona a partir do presente: um mesmo documento estudado no século XIX provavelmente revelaria outras questões quando lido nos dias de hoje. No entanto, afirmar isso significa que **qualquer** olhar sobre a fonte ou o passado é válido historicamente? Consideremos uma situação que trabalha com um dos temas mais recuperados, quando pensamos sobre o relativismo em história: o holocausto.

Durante uma de suas aulas, um aluno comenta sobre a recente produção do artista Shahak Shapira, que construiu montagens de fotografias de turistas ao memorial do holocausto. (Disponível em: <<https://www.tudointeressante.com.br/2017/01/artista-cria-montagens-chocantes-contra-fotos-de-turistas-no-memorial-do-holocausto.html>>. Acesso em: 3 abr. 2018.) Então, você vê a oportunidade de utilizar essa experiência tão recente para não apenas demonstrar as diferentes formas como as pessoas se relacionam com os marcos do passado, mas também para trabalhar com os alunos as mudanças na forma de ver, fazer e escrever história, principalmente as propostas nas últimas décadas do século XX. Onde e a partir de que bases o saber histórico é construído? Qual é o papel do documento e da memória? Como esses monumentos e sua apreensão por parte dos produtores, dos visitantes e do fotógrafo se relacionam quando pensamos a questão da representação? Há mudanças também nas relações entre o historiador e seus objetos? Essas mudanças são limitadas por procedimentos próprios da metodologia do historiador? São questões que você buscará problematizar com seus alunos

## Não pode faltar

Como já vimos, caro estudante, na metade do século XX, temos o estabelecimento e a consolidação do **estruturalismo**, alicerçando as pesquisas promovidas pelos marxistas nas mais variadas áreas das ciências humanas, mas também entre os historiadores da **Escola dos Annales**. Essa forma de se pensar a construção do conhecimento se fez muito presente entre os historiadores da **Segunda Geração dos Annales**, principalmente daqueles que acompanharam os passos de **Fernand Braudel (1902-1985)** e sua proposta de história total, vista na longa duração, com grande destaque para a esfera econômica e geográfica em detrimento dos acontecimentos políticos: o que se vê é a valorização dos grandes ciclos econômicos e de uma geo-história em detrimento da diminuição da dimensão do papel do homem.

Assim, podemos dizer que em meados do século XX a reflexão acerca da organização das sociedades e do passado era feita a partir de concepções que entendiam os processos históricos e sociais dentro de determinadas estruturas. Seria em fins da década de 1960 que a revista dos Annales passaria por uma renovação, com a incorporação dos historiadores **Jacques Le Goff (1924-2014)**, **Emmanuel Le Roy Ladurie (1929-)** e **Marc Ferro (1924-)**, que assumem sua direção coletiva.

Durante a década de 1970, ocorre o desenvolvimento de uma nova proposta historiográfica conhecida como **Nova História**, situada no interior da chamada **Terceira Geração dos Annales**. Na década seguinte, essa nova vertente historiográfica daria origem, a partir de suas novas relações com a antropologia histórica, ao que chamamos de **Nova História Cultural**, que se estabelece e hoje pode ser considerada a corrente historiográfica dominante nos estudos da **História Cultural** (BURKE, 2005). O rompimento com as estruturas, o estabelecimento de novos objetos, novas abordagens e a ampliação do conceito de fontes históricas estão diretamente relacionados com o impacto que a obra de **Michel Foucault (1926-1984)** causou no interior não apenas dos Annales, mas da historiografia francesa como um todo.

## 1. Michel Foucault e a História

É impossível pensar as mudanças ocorridas no campo da historiografia no decorrer do século XX sem considerar a importância do pensamento e das obras do filósofo e psicólogo francês **Michel Foucault**, cuja obra esteve sempre intimamente ligada às suas preocupações e militância política e social. Em 1954, publica sua primeira obra, *Doença Mental e Psicologia* e, em 1961, sua tese de doutorado, *História da Loucura*, que pode ser considerada uma das principais inspirações para mudanças nos encaminhamentos de mudanças na História Cultural, especialmente dentro daquilo que chamamos de *Terceira Geração da Escola dos Annales*. Dentre suas obras de grande importância para os movimentos historiográficos, ainda se destacam: *A Arqueologia do Saber*, de 1969, *Vigiar e Punir*, de 1975 e *História da Sexualidade* – originalmente proposta para seis volumes, mas que Foucault só concluiria três: “A Vontade de Saber”, em 1976, “O Uso dos Prazeres” e “O Cuidado de Si”, em 1984.

Assim, podemos estabelecer que a obra de Foucault, especialmente em obras como *A arqueologia do saber* e *As palavras e as coisas*, realiza uma história crítica da formação das ciências humanas, apontando para suas limitações e para a historicidade de seus objetos: o próprio homem passa a ser visto como uma construção discursiva datada, e não uma categoria universal. A “universalidade” dos objetos das ciências humanas estava ligada à construção de uma *episteme*, que se produziu no mesmo processo colonizador da Europa em relação ao restante do globo. O ato de *nomear e classificar* é também um ato de *dominação*.

Foi nesse processo de crítica das ciências humanas que a noção de *discurso* ganhou preponderância: as palavras e as coisas – os objetos e sua classificação – não são entes apartados. A realidade só possui sentido a partir de uma construção discursiva e, nesse sentido, poderíamos dizer, por exemplo, que *homem* é resultado de um discurso, que construiu uma noção de humanidade a partir de um contexto histórico determinado, crivado de relações de classe, gênero e subalternidades. Você percebe, portanto, como essa reflexão problematiza a utilização da noção *homem* – tanto no sentido de humanidade quanto no sentido de gênero – como categoria analítica da história?

A historiadora Lynn Hunt, por meio da análise de Roger Chartier afirmou:



“a loucura, a medicina e o Estado não são categorias que possam ser conceituadas em termos de universais cujos conteúdos são particularizados por cada época”; são historicamente dados como “objetos discursivos” (CHARTIER, apud HUNT), e uma vez sendo historicamente fundamentados, e, por implicação, sempre sujeitos a mudanças, não podem oferecer uma base transcendental ou universal para o método histórico (HUNT, p. 10).

As categorias, os conceitos, as ferramentas pelas quais buscamos entender a realidade são, portanto, elas próprias determinadas historicamente; logo, não “janelas” pelas quais observamos e explicamos o passado.

Durante séculos na constituição do saber científico e, sobretudo a partir da tradição iluminista, construiu-se uma noção de conhecimento associado à luz, à pureza capaz de revelar o sentido verdadeiro das sombras vistas do interior da caverna de Platão. A partir das leituras de Friedrich **Nietzsche**, Karl **Marx** e Sigmund **Freud**, Foucault reposiciona essa crença: o **saber** existe em um binômio **saber/poder**. Classificar o outro como **louco** na construção da modernidade – tal como Foucault estuda em **A história da loucura** –, a partir do binômio racional/irracional, é um processo que se dá ao mesmo tempo em que se constrói uma lógica de eficiência e racionalização da sociedade que não se separa do surgimento das fábricas ou da prisão, como o filósofo apontou em **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Não há aqui, portanto, uma verdade a ser revelada, redentora. Na obra de Foucault, a racionalização do mundo não equivale a um entendimento mais “verdadeiro” dele. A própria noção de verdade perde o sentido: tratam-se aqui de regimes de verdade, construções discursivas repletas de historicidade que em cada época e sociedade determinam os parâmetros para o entendimento de um enunciado como verdadeiro.

Nesse sentido, para o filósofo francês, a história é uma prática discursiva que carrega estratégias, táticas e embates, tal qual um jogo, em que pensar as possibilidades de cada objeto histórico é algo crucial (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 101-106).

Para Margareth Rago, o autor realiza uma defesa declarada da História, buscando oferecer saídas, autonomização, para “libertá-la de um determinado conceito de História que implica procedimentos envelhecidos e cristalizadores, presos às ideias de continuidade, necessidade e totalidade e à figura do sujeito fundador” (RAGO, 2002, p. 1-2).

A perspectiva proposta por Michel Foucault impactou profundamente a historiografia, em especial os encaminhamentos da Revista dos *Annales*, da qual era membro. A obra dos historiadores da terceira e quarta geração dos *Annales* tem no filósofo francês uma de suas principais bases – o historiador francês, Paul Veyne, contemporâneo de Foucault e dessa geração, escreveu um famoso artigo cujo título é exemplar: “*Foucault revoluciona a história*”.



#### Assimile

O conceito de **discurso** para Foucault:

**Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986, p. 43).**



Como vimos, o filósofo francês questionou qualquer essencialização dos objetos das ciências humanas, como o próprio homem, por ser ele também uma construção discursiva de determinado processo, tempo e espaço. Desse modo, para Foucault, não existem sujeitos da história, pelo menos não da forma como a teoria marxista propõe. É possível, assim, produzir uma reflexão histórica sobre o surgimento do sistema prisional, sem, necessariamente, refletir sobre as experiências individuais e agência dos próprios presidiários – como o autor fez em *Vigiar e Punir*. Em linhas gerais: enquanto autores da tradição da História Social de origem marxista pensariam sobre a perspectiva dos oprimidos, a preocupação da abordagem foucaultiana recairia sobre os sistemas que tornam aquela opressão possível. Sendo os indivíduos frutos da construção de saberes que os descrevem, definem, mas também

exigem deles, por meio do poder, que produzam um discurso sobre si mesmos, a história pode ser feita sem ter por objeto de estudo um indivíduo ou uma série deles, que, assim, não precisam ser apresentados de maneira específica. Esse olhar sobre o passado busca compreender regras, saberes, padrões e instituições que codificam comportamentos e ações.

Retomamos aqui outro tema importante para a compreensão da obra de Foucault: o **poder**. Em *Microfísica do poder*, o pensador francês argumenta que a sociedade está organizada por meio de uma microfísica do poder: os poderes institucionalmente constituídos, enquanto aparelhos do Estado, são cercados e só são possíveis pela existência de uma **enorme teia de micropoderes**, que garantem controle da sociedade e o domínio do homem dentro das sociedades capitalistas, mesmo quando criados e não regulados ou absorvidos por esse Estado. Essa compreensão torna o entendimento do poder mais complexo, na medida em que ele não está mais materializado no Estado, em uma classe ou em um gênero. Para Foucault, a sociedade capitalista está constituída por uma extensa malha de poderes periféricos e moleculares, exercidos nos mais variados níveis – individual, familiar, dentro de empresas, sociedades, comunidades e tantos outros espaços –, que podem ou não estar ligados ou atrelados ao Estado. Esses micropoderes dispersos garantem o controle e a coerção dos indivíduos que a eles estão condicionados, e garantem ainda a manutenção da sociedade e sua disciplina. Outro ponto importante: essa noção se torna relevante também para o debate político, na medida em que a noção revolucionária de destruir um antigo poder por meio da queda ou tomada do Estado, perde aqui o sentido: o poder está disperso e se rearticulará em outras formas.



### Exemplificando

Pensem na escola, não apenas como órgão institucionalizado, espaço de exercício de um poder normatizado, por regras e diretrizes impostas não apenas pela organização pública e pela lei que regulamenta o ensino, mas também como um espaço em que os mais variados grupos se organizam e desempenham variados tipos de poder. Há os poderes institucionalmente estabelecidos como da direção, da coordenação, dos professores e dos auxiliares em várias

funções, mas há também regras de condutas que impõem hierarquias e estabelecem a necessidade de determinadas atitudes entre os alunos, como a ideia de que alguns espaços, jogos, funções são convenientes apenas a meninos ou meninas.

Segundo o próprio Foucault, sua proposta nunca foi a de realizar uma história das instituições, da sociedade, dos costumes ou mesmo dos comportamentos, mas sim do pensamento e suas relações com a verdade. Uma “história do pensamento enquanto pensamento da verdade” (FOUCAULT, *apud* RAGO, 2002 p. 7), ou seja, uma história que não fica restrita às representações ou às ideias, mas que busca compreender como um determinado saber se constituiu como, por exemplo, a loucura, ou ainda fazer história de noções corriqueiras, como a sexualidade, pensadas enquanto experiência historicamente singular (RAGO, 2002, p. 7-8).

## 2. A História Cultural e a Nova História Cultural

Os historiadores da chamada Nova História Cultural, como **Peter Burke, Roger Chartier, Michelle Perrot, Georges Duby, Pierre Nora** e **Lynn Hunt** atribuem outras influências – além de Foucault – para o debate da historiografia da chamada “virada cultural” das décadas de 1980 e 1990, como **Mikhail Bakhtin (1895-1985)** e **Norbert Elias (1897-1990)**. Portanto, lembre-se: não falamos aqui de uma corrente homogênea de historiadores, mas, sobretudo, de autores com preocupações e debates compartilhados.

O que se convencionou chamar de História Cultural tem seus debates iniciados na década de 1970. Como já dissemos, essa corrente historiográfica ganha espaço no interior da Terceira Geração dos *Annales*, muito por conta do uso de novas fontes até então não consideradas como documento, dando margem para se observar outros aspectos e características até então não observados em sociedades e grupos sociais. Sendo assim, a Nova História pode ser considerada como um resgate dos encaminhamentos propostos por Marc Bloch e Lucien Febvre e ao mesmo tempo como uma resposta ao estruturalismo e também a Fernand Braudel (RAGO, 1995, p. 70). A História Cultural em muito deve sua constituição aos diálogos interdisciplinares, com campos como a antropologia,

a ciência política a psicologia e a linguística. Seu surgimento traz não apenas a ampliação da noção de fontes, mas principalmente a inserção de novos temas e abordagens, em que a busca por compreender as **representações**, as **mentalidades** e as lógicas postas pela cultura leva o historiador a uma nova forma de se fazer e se pensar história

Talvez a primeira indagação que surja ao se propor a falar da História Cultural seja: o que é cultura? Antes de tudo, é preciso muito cuidado nesse questionamento, pois o senso comum seria pensar a História Cultural como aquela que estuda a cultura, e a História Social como aquela que estuda a sociedade – e isso seria incorreto! Em linhas gerais, apesar das diferentes abordagens, a Nova História Cultural nascida nos anos 1960-1970 tem, a partir da leitura de filósofos como Michel Foucault, a preocupação de pensar o passado e as fontes com base em conceitos-chave, como *discurso e representação*. É possível, portanto, que se produza um trabalho de História Cultural sobre temas como a indústria e a classe operária. Novamente, Lynn Hunt e Roger Chartier podem nos ajudar com uma definição da perspectiva da História Cultural. Como esses historiadores apontam, a História Cultural nega a ideia de que as *mentalidades* ou as *representações* sejam resultados de *condições materiais* anteriores:



Como afirmou Chartier, “a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social”. As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência (HUNT, 1992, p. 9).

“As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais”: perceba, caro estudante, a divergência entre essa proposta e aquela representada, por exemplo, pelo marxismo ou pelo estruturalismo da Segunda Geração dos Annales. A “cultura” não é entendida aqui como um *produto* da sociedade, mas, antes, uma instância criadora da sociedade, dos sentidos, conferidos a qualquer aspecto de sua

existência. Embora *cultura* seja um termo que carrega um debate complexo dentro das ciências humanas como um todo, podemos, de forma muito simplificada, definir **cultura** como a expressão de práticas e saberes sociais que foram historicamente construídos em um determinado grupo social, podendo ser considerada por muitos como erudita, ou seja, dos grupos hierarquicamente dominantes, ou popular (deve-se, claro, atentar para o risco de homogeneização do grupo, problematizando as diferentes relações de gênero, etnia).

A partir dos anos 1980, dentro da escola do *Annales*, coloca-se em discussão um momento de "crise geral das ciências sociais", marcada pelo abandono, na década anterior, daquilo que Roger Chartier chama de "sistemas globais de interpretação" ou "paradigmas dominantes", característicos do estruturalismo ou do marxismo, e também pela rejeição às ideologias que garantiram o sucesso desses sistemas (CHARTIER, 1991, p. 173). O rompimento com esses paradigmas marcou a inserção de objetos de estudo novos e até então deixados de lado, num movimento de retorno a uma das propostas da primeira geração dos *Annales*, o que se convencionou chamar de **História das Mentalidades**, que abandonou o estudo das conjunturas e estruturas, assim como da antiga forma de se fazer a história das ideias. Nesse novo momento, colocam-se como novos objetos da História, temas como as estruturas de parentesco, rituais e crenças, atitudes perante a vida e a morte etc.

O alargamento da noção de fontes, temas e abordagens, nesse novo momento dos estudos culturais das décadas de 1980/1990, dá início, como já dissemos, ao que chamamos de Nova História Cultural ou Nova História. Além do afastamento do conceito de *mentalidades*, por muitos considerados vago, ambíguo, impreciso, esse novo campo também deixa de lado a busca por estabelecer as relações entre o social e o mental; como se fossem esferas possíveis de se diferenciar para um historiador.

Influenciados por uma cada vez maior interdisciplinaridade, pela antropologia histórica, e especialmente por autores como Foucault, novos problemas serão propostos no campo da História Cultural. Grupos, que até então não possuíam voz dentro do espaço cultural historiográfico, passam a emergir, sendo o exemplo mais conhecido, a constituição da história das mulheres ligada à história do corpo. Novas relações, a necessidade de se observar as práticas culturais, a

circulação de pensamento e o próprio pensamento enquanto fato histórico, a busca pela compreensão da alteridade, o documento visto como discurso e **representação** passam ao centro dos interesses e encaminhamentos desses estudos. É importante, no entanto, que você se lembre do que vimos inicialmente: a representação, objeto do historiador, não é considerada como o produto ilusório de uma realidade concreta: “*As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social*” (CHARTIER apud HUNT, 1992, p. 9).



Refleta

Leia o trecho a seguir de E. P. Thompson:



A diferença entre uma disciplina intelectual madura e uma formação meramente ideológica [...] está exatamente nesses procedimentos e controles; pois se o objeto do conhecimento consistisse apenas de “fatos” ideológicos elaborados pelos próprios procedimentos desta disciplina, então, não haveria uma maneira de confirmar ou refutar qualquer proposição: não poderia haver um tribunal de recursos científico ou disciplinar. (THOMPSON, 1981. p. 20.)

Agora reflita: vimos que a noção de “verdade” foi questionada pelos autores desta seção. A noção de prova, tão tradicional na história, ainda faz sentido na História Cultural ou em uma abordagem foucaultiana? Caso contrário, isso significa que, em uma abordagem desse tipo, a narrativa histórica está aberta a qualquer interpretação? Se o método da história deixa de ser considerado científico, isso significa necessariamente que cairemos no relativismo e na subjetividade absoluta?

### 3. Documento monumento

Outra importante contribuição para os novos encaminhamentos dos estudos da cultura pela história nos é dado por Jacques Le Goff, em sua famosa obra *História e Memória*, em que, ao discutir as relações entre ambas, estabelece a primeira como a forma científica da segunda. Em sua leitura, apresenta dois fundamentais elementos que imortalizam a memória e, conseqüentemente, a história: o **documento** e o **monumento**. A sua reflexão está focada nos usos

e na legitimidade dos dois. Segundo ele, nas origens da palavra *monumento*, encontra-se o significado de pertencente à memória, algo que seja da memória coletiva, que tenha sentido para a população, tornando-se um legado para a memória. Já *documento*, foi, durante muito tempo, entendido como *documento escrito*, um conceito relacionado ao campo jurídico desde o século XVII que ganha o sentido de registro histórico apenas no século XIX sob forte influência positivista. Foi nesse momento, como já estudamos, que o documento escrito se estabeleceu como o fundamento para o “fato histórico” e constituiu em *prova* do que realmente teria acontecido (LE GOFF, 2003, p. 525-526).

A grande mudança proposta pelos historiadores do século XX, como também já estudamos, se dá na forma como o documento passa a ser visto e analisado. Até então, era feita uma divisão, em que o documento escrito era a representação mais fiel dos acontecimentos históricos, como uma espécie de testemunho imparcial, e o *monumento*, além de ser visto como obra resultante das artes, como arquitetura ou escultura, era algo que pode ter sido construído fora do tempo que aparenta corresponder, não sendo assim produção fiel do contexto referido, estando sempre marcado pela parcialidade de sua produção.

Se, como vimos, Bloch, Febvre e muitos outros historiadores já tinham apontado para o fato de que as fontes não falam “sozinhas”, mas apenas a partir dos questionamentos colocados pelos historiadores, a Nova História Cultural iria além – nas palavras de Jacques Le Goff:

Michel Foucault colocou claramente a questão. Antes de mais nada, ele declara que os problemas da história podem se resumir numa só palavra: “o questionar do documento” [1969, p. 13]. E logo recorda: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa” [*ibid.*, p. 13]. [...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou

a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 2003, p. 535).

Segundo ele o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder [...]” (LE GOFF, 2003, p. 535-536). Tal como um álbum de fotos que realizamos em uma viagem, ele é produzido para preservar uma memória (em detrimento de outras) e mantido por determinados interesses, as fontes que aguardam o historiador em um arquivo também querem “impor ao futuro uma determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 536). Assim, para que seja recuperado enquanto legado da memória coletiva, o documento deve ser analisado como monumento – uma construção que simboliza um discurso do passado. A partir desta nova perspectiva, o documento passa a ser visto como monumento no momento em que é compreendido como parte da memória coletiva, sendo elevado ao patamar de patrimônio da sociedade a que se refere, já que foi produzido e mantido por ela, independentemente de sua autenticidade e veracidade. Por isso, caro aluno, Le Goff conclui que “*Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo*”: a História Cultural parte constantemente de uma crítica das categorias utilizadas pelas Ciências Humanas, é um convite a uma interpretação crítica e sem ingenuidades científicas de nosso método.



Aprofunde as discussões aqui empreendidas por meio da leitura do seguinte texto:

RAGO, Margareth. "O efeito-Foucault na historiografia brasileira". **Tempo Social: Revista de Sociologia**. USP, São Paulo, 7 (1-2), p. 67-82, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

## Sem medo de errar

Você, como professor de História, não apenas efetua ligações do passado com o presente e vice-versa, mas também aproveita vários momentos para discutir com seus alunos a história enquanto um campo multifacetado e que nos possibilita até pensar situações que parecem totalmente descontextualizadas e desconectadas com o saber histórico. Assim, ao se deparar com o estranhamento, a surpresa e mesmo com a repulsa que as montagens realizadas por Shapira podem causar, você poderá levar seus alunos a observarem tal situação para além da crítica explícita. Você pode discutir como a própria ideia de existir um Memorial cumpre um papel de selecionar aquilo que deve ser lembrado, como esse tipo de monumento é selecionado e a partir de que premissas se propõem que determinadas experiências, por mais doloridas que sejam, necessitam ser lembradas, mas também que essa lembrança está condicionada por uma forma de discurso sobre o passado que exige que certa lógica e formas de se relacionar com ele sejam seguidas. Também pode discutir como esse discurso aparentemente não produz o efeito esperado sobre as pessoas que visitam o espaço. Aqui há outra instância do pensar documentos e os monumentos: a sociedade que produziu esse memorial é a mesma que hoje o visita? Como a relação entre a sociedade que viveu a Segunda Guerra Mundial e o holocausto, com a sua perda, produziu determinado discurso, registrado na construção do memorial, é diversa daquela dos dias atuais, em que a memória precisa ser reconstruída pela obra de Shahak Shapira. Assim, como essas relações mudam, a nossa relação com o passado também muda, as formas de observar um mesmo objeto, um mesmo documento variam imensamente. As fotos dos

turistas nas obras de Shapira são representações de um mundo e uma geração que resultam muito distintas daquelas que viveram as dores do holocausto. Isso, no entanto, não significa que para o historiador essas sejam interpretações equivalentes historicamente sobre o passado. As *selfies* dos turistas são representações e fontes interessantes para pensarmos o presente e sua relação com o passado: não são relevantes como uma abordagem que informe sobre o holocausto propriamente.

## Faça valer a pena

1.



O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, MICHEL. *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal, 2012, p. 369).

Segundo o texto, é possível concluir que para Foucault:

- O poder é institucionalmente constituído como uma instância centralizada, emanando seus "tentáculos" aos vários níveis da sociedade, em que operam os poderes periféricos e moleculares.
- A ideia de poder é algo ilusório, calcada em uma teoria equivocada de que há controle e dominação no interior das sociedades humanas, que, por excelência, organizam-se em torno dessa ilusão.
- O Estado se constitui como o local a partir de onde o poder emana e exerce o controle sobre a vida cotidiana das pessoas, fazendo uso para isso de aparatos ideológicos.
- A existência de um poder universal é insustentável, assim, o controle e a coerção devem ser verificados a partir das relações de poder que se dão no interior da teia formada pelos micropoderes.
- Os micropoderes, que podem ser observados por meio das relações de poder, se juntam de forma coordenada em feixes, que em sua união conformam um poder centralizado e universal, que permite a coerção e o controle nas sociedades capitalistas.

## 2.

Que fique claro que não faço uma história dos costumes, dos comportamentos, uma história social da prática sexual, mas uma história da maneira como o prazer, os desejos, os comportamentos sexuais foram problematizados, refletidos e pensados na Antiguidade em relação com uma certa arte de viver. Evidentemente esta arte de viver só foi exercida por um pequeno grupo de pessoas. [...] Mas creio que o fato de que estas coisas tenham sido ditas sobre a sexualidade, que elas tenham constituído uma tradição que se encontra transposta, metamorfoseada, profundamente remanejada no cristianismo, constitui um fato histórico. O pensamento tem igualmente uma história: o pensamento é um fato histórico, embora tenha outras dimensões além desta (FOUCAULT, MICHEL. "O cuidado com a verdade". *Ditos & escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Manoel Barros da Motta (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 241).

O trecho acima é parte de uma entrevista concedida por Michel de Foucault em 1984, em que comenta a sua obra *história da sexualidade*. A partir do excerto, qual a alternativa correta?

- a) Para Foucault, compreender as práticas sexuais da Antiguidade, mesmo que praticadas por uma pequena parcela da população, permitem compreender as relações de poder do período estudado.
- b) Ao olhar para as práticas de um pequeno grupo de pessoas, o filósofo francês propõe uma história calcada na metodologia da micro-história, o que se compreende pela importante influência de Carlo Ginzburg em sua obra.
- c) Mais que fazer conhecer as práticas sexuais dos antigos, a proposta de Foucault é a de analisar o discurso sobre elas, partindo do pressuposto de que esses discursos são historicamente marcados.
- d) Sendo o pensamento um fato histórico, torna-se imprescindível para Foucault reconstruir, por meio da análise discursiva e das representações, a história do comportamento e dos costumes sexuais da Antiguidade.
- e) Os costumes e os comportamentos sexuais não se constituem como parte integrante da análise foucaultiana, que está centrada no pensamento político e no discurso de poder que condicionava os corpos e coibia as práticas.

### 3.



Nas definições antigas [...] as acepções correspondentes à palavra 'representação' atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma 'imagem' capaz de repô-lo em memória e de 'pintá-lo' tal como é. Dessas imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não: tais os manequins de cera, de madeira ou couro que eram postos sobre uma sepulcral monárquica durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses [...]. Outras imagens funcionam num registro diferente: o da relação simbólica que 'a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais [...]'. O leão é o símbolo do valor, a bolha, o da inconstância, o pelicano, o do amor materno' (CHARTIER, ROGER. "O mundo como representação". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril de 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 4 abr. 2018.)

A partir da leitura do excerto sobre o conceito clássico de representação, é correto afirmar que:

- Traz o risco de se tomar o resultado, ou resultados, da relação estabelecida entre signo e significado como algo a ser decifrado, a fim de se alcançar o objeto "real", ou seja, aquilo que se propôs a representar criando uma imagem.
- É o alicerce da "Nova História Cultural", sem que se leve em conta possíveis imprecisões e relações que não podem ser apreendidas pelo historiador.
- A História Cultural surge como uma vertente historiográfica que despreza qualquer tipo de documento que não tenha sua autenticidade que venha da elite, uma vez que por meio dele não é possível adentrar o universo das representações.
- A "Nova História Cultural" proporciona espaço para grupos até então silenciados e homogeneizados na cultura resultante de classes poderosas,

possuindo como principal fonte documental os mitos criados e preservados, na medida em que esses são o que Chartier chama de representação.

e) A partir de fontes resultantes das culturas sociais existentes e da metodologia estabelecida pela recusa do documento como um discurso, a Nova História Cultural constrói suas análises sobre a relação de representação.

## Seção 4.2

### O pós-estruturalismo e o debate contemporâneo

#### Diálogo aberto

Você certamente já ouviu alguém dizer “*isso não é coisa de menino(a)*” para uma criança que está brincando com determinado brinquedo ou se diverte com determinado personagem que supostamente não corresponderia a seu gênero, não é mesmo? Mas, como estudante de História, sabe que vivemos num mundo em que os significados são construídos socialmente a partir de uma determinada visão de mundo, de raízes religiosas, de conceitos que são historicamente formulados. O papel atribuído ao que é de “menino” e o que é de “menina” é, assim, variável de acordo com a cultura e a época: uma roupa, um brinquedo, uma cor, uma prática... tudo isso assume parte de um papel de gênero de acordo com o universo simbólico no qual está inserido. Tinha um significado entre gregos da Antiguidade, outro entre a cristandade católica medieval e outro entre os tupis do século XV. Estamos cercados por narrativas e discursos que compõem não apenas o entendimento que temos da sociedade, mas também de nós mesmos e de nossas ações. Tratam-se de discursos historicamente construídos, que, de certa forma, parecem naturalizados em nosso dia a dia; o senso comum costuma atribuir à masculinidade ou à feminilidade uma série de valores culturais, como se fossem biológicos, naturais.

Você, como professor de História, sabe que muitas discussões da atualidade merecem uma observação para além das aparências, pois os lugares sociais, práticas cotidianas e aspectos culturais não são naturais e devem ser observados para além de sua aparente universalidade e aceitação. Como vimos a partir de Michel Foucault, as categorias com as quais trabalhamos nunca são neutras e possuem elas próprias uma história. Assim, ao apresentar aos alunos duas notícias (Disponíveis em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/15/internacional/1494872910\\_337655.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/15/internacional/1494872910_337655.html)> e <<https://nacoesunidas.org/unesco-defende-educacao-sexual-e-de-genero-nas-escolas-para-prevenir-violencia-contramulheres/>>).

Acesso em: 4 abr. 2018.), você percebe, pela discussão surgida entre os alunos, a necessidade de demonstrar que essa discussão é muito mais profunda e parte de debates que envolvem elementos centrais da historiografia contemporânea.

Diante disso, como você acionará seus conhecimentos para mediar esse debate?

## Não pode faltar

Como quase toda a disciplina de Historiografia, o tema desta seção é complexo, exigindo paciência e atenção – além de muita leitura – para ser compreendido. Mas, lembre-se: estamos falando aqui de uma das principais correntes da atual historiografia, portanto, seu entendimento é obrigatório para futuros historiadores e professores de História. Então, vamos lá!

Como você se lembra da seção anterior, Michel Foucault e sua obra são fundamentais para compreender a busca por romper com o estruturalismo, não apenas do marxismo, mas também daquele proposto pela forma de fazer história da segunda geração dos Annales, personificada na figura de Fernand Braudel e de outras áreas como a linguística e a antropologia. Entretanto, é importante destacar que Foucault não é o único expoente desse rompimento. Assim, nesta seção, vamos nos acerrar de discussões que ajudarão a compreender e ampliar nosso conhecimento sobre aquilo que – apesar da polêmica – se convencionou chamar de **pós-estruturalismo**.

### O estruturalismo

O termo estruturalismo foi utilizado pela primeira vez em 1929, pelo linguista russo **Roman Jakobson** (1896-1982), para designar uma abordagem de investigação científica que, de forma estrutural e funcional, visava revelar as leis internas de um determinado sistema (PETERS, 2000, p. 22). Para Michel Foucault, o estruturalismo é um tipo de pensamento formal que se conformou na França e na Europa Ocidental, mas que se constituiu a partir de ecos de um esforço de países do leste em se libertar do dogmatismo marxista. Para ele, em meados da década de 1950, em países como a antiga Tchecoslováquia, via-se uma retomada ou o renascimento da velha tradição do **formalismo** e, quase ao mesmo tempo, surgia na Europa Ocidental o que se chamou

de estruturalismo, que para o filósofo francês acabou por se constituir uma nova forma, uma nova modalidade desse mesmo pensamento formalista. (FOUCAULT, 2005, p. 308).



## Assimile

**Formalismo:** corrente de pensamento surgida nos estudos literários, nas décadas de 1910 a 1930, que tinha como principais premissas a busca por autonomia e a reconfiguração do campo por meio do afastamento de uma pesquisa literária historicista característica do século XIX. Em linhas gerais, o formalismo tem a intenção de definir objeto de estudo e um método específico (descritivo e morfológico) e próprio para a teoria literária, numa tentativa de dar fim à subjetividade, ao que consideravam um estudo tendencioso de seus objetos. Também reagem à crítica acadêmica erudita que ignora os problemas teóricos específicos do estudo literário. Entretanto, é importante ressaltar que embora buscasse colocar a literatura em um espaço próprio enquanto campo de conhecimento, o formalismo não propunha seu estudo como um objeto isolado, fora de uma perspectiva histórica, sempre observando que a literatura não pode ser arrancada de seu contexto histórico. Em seu segundo momento, após a Segunda Guerra, reconfigura-se como uma reação ao marxismo no momento de expansão da antiga União Soviética.

Na Europa do pós-guerra, na década de 1950, o marxismo se constituía em um elemento que não podia ser ignorado por grande parte da intelectualidade para a construção das mais diversas análises em diferentes áreas, mesmo para aqueles que não o abraçavam ideologicamente. E é nesse contexto, de busca por unir a teoria marxista às outras, como a psicologia e a **fenomenologia**, que se desenvolve na França um método estrutural de análise, que envolveria, entre outras coisas, o problema da linguagem. Segundo Foucault, isso se desdobra do fato de a simples descrição dos fenômenos não dar conta dos efeitos de sentido produzidos por uma estrutura de tipo linguístico, assim, a fenomenologia se apresentava menos eficiente para esse tipo de objeto que uma análise estrutural, na medida em que na primeira não se leva em conta a intervenção do sujeito que confere seu sentido (FOUCAULT, 2005, p. 311).

**Ferdinand de Saussure** (1857-1913), linguista suíço cuja obra serviu de alicerce para o desenvolvimento do estruturalismo, concebe a linguagem como um sistema de significação, em que os elementos se

constituíam de forma relacional, que fazem de sua análise algo diverso do estudo histórico das línguas realizados no início do XX. Numa ampliação dessa noção, **Lévi-Strauss (1908-2009)** afirma que, dada a necessidade que as ciências sociais possuem de formular relações, o estruturalismo fora o caminho que abrisse novas perspectivas para a investigação, na medida em que o estabelecimento de sistemas permite que as mais diversas áreas do conhecimento busquem compreender os significados de seus objetos dentro desses sistemas (STRAUSS, 2008, p. 13). Dessa lógica, podemos concluir que o estruturalismo trata os fenômenos analisados pela ciência, em seus mais variados campos, dividindo-os em um sistema de estruturas e busca revelar as suas leis internas – estáticas ou dinâmicas (PETERS, 2000, p. 22). Nesse sistema, a análise parte do estudo de formas conscientes de organização para o estudo de uma infraestrutura inconsciente que é o que permite identificar suas leis gerais (STRAUSS, 2008, p. 45). Nesse movimento de conformação das teorias e métodos, muitos foram os pensadores, dentre os quais, além dos já citados, destacam-se **Jean-Paul Sartre (1905-1980)**, **Roland Barthes (1915-1980)**, **Louis Althusser (1918-1990)**, **Jacques Lacan (1901-1981)** e, já ao final da explosão estruturalista, **Jean Piaget (1896-1980)**. As considerações e análises realizadas por Jean Piaget ajudam-nos a compreender de forma mais clara aquilo que se estabeleceu como estruturalismo: segundo ele, esse seria um sistema de transformações e não um simples ajuntamento de objetos e de suas propriedades. As transformações que formam esse sistema envolvem leis que as ordenam e regem-nas e, ao mesmo tempo, por meio do jogo dessas leis, preservam ou enriquecem a estrutura do sistema.

### O pós-estruturalismo

A crítica e busca por rompimento com o estruturalismo seria, mais tarde, denominada **pós-estruturalismo**. Vários pensadores discutem ainda hoje a adequação do termo “pós-estruturalismo” como nome para essa reação ao estruturalismo, pois veem nele uma continuação do estruturalismo, uma tentativa de ampliá-lo e colocá-lo na direção “correta”. Segundo Peters, o termo é questionável e se configura em um rótulo utilizado pelos acadêmicos anglófonos a fim de promover uma resposta filosófica ao estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (Antropologia), Louis Althusser (Marxismo), Jacques Lacan (Psicologia)

e Roland Barthes (Literatura) (PETERS, 2000, p. 28).

Apesar dos debates, o termo se propagou e consolidou, sendo preferido a outros como **neoestruturalismo** e **superestruturalismo**. Aqui é importante ressaltar que, até mesmo nessas formas de denominar o movimento de reação ao estruturalismo, temos a evidência da proximidade histórica, institucional e teórica com seu antecessor (estruturalismo). Assim, é inegável a ambiguidade do termo, que diferencia os dois movimentos apenas pelo prefixo “pós”, da mesma forma como mantém afinidades com a proposta analítica que pretende superar, mas também traz novidades teóricas. **O pós-estruturalismo não pode ser reduzido a uma escola, uma simples teoria, a um conjunto de premissas compartilhadas ou a um método.** Segundo Peters, a melhor forma de se referir a ele é como um movimento de pensamento – *“uma rede complexa de pensamento, congregadora de diferentes formas de prática crítica, decididamente interdisciplinar que se apresenta por meio de correntes múltiplas e diversas”* (PETERS, 2000, p. 29).

É importante destacar que o pós-estruturalismo nasce dentro dos estudos da Filosofia com uma forte ligação com a linguística e, em linhas gerais, podemos caracterizar o pós-estruturalismo como uma proposta que se configurou nas ciências humanas, desafiando os modelos universalizantes de explicação com uma preocupação originada na filosofia e na linguística. É importante ter em mente que o pós-estruturalismo, como tantas outras propostas de mudanças na construção do conhecimento, não pode ser compreendido como algo homogêneo ou singular, trata-se de um conjunto de propostas que se abrem para outras possibilidades analíticas, metodológicas, que acabam por gerar também encaminhamentos diversos para a análise ou pensamento sobre um mesmo objeto. Em outros termos, não há uma “escola pós-estruturalista” e poucos autores se autodenominaram dessa maneira.

Como uma nova proposta que busca redefinir campos teóricos e metodológicos, o pós-estruturalismo afasta-se de seu predecessor, trazendo inovações de grande importância, uma delas é o seu renovado interesse por uma história crítica, por meio da análise diacrônica (dinâmica ao longo do tempo), na mutação, na transformação e na descontinuidade das estruturas. O cientificismo das ciências humanas é colocado em questionamento pelo pós-estruturalismo, que adota

uma postura de antifundamentalismo epistemológico e propõe certo perspectivismo para questões de interpretação.

Na França, aquilo que, posteriormente, seria identificado como pós-estruturalismo está intimamente ligado à redescoberta da obra de **Fredrich Nietzsche (1844-1900)**, que serviria de fonte de inspiração para uma série de inovações teóricas promovidas por pensadores como **Martin Heidegger (1889-1996)**, **Michel Foucault (1926-1984)**, **Gilles Deleuze (1925-1996)**, **Jacques Derrida (1930-2004)**, **Pierre Klossowski (1905-2001)** e **Sarah Koffman (1934-1994)**. Além da importância da redescoberta das obras de Nietzsche entre os franceses que buscaram o rompimento com o estruturalismo, o retorno às obras de **Freud e Marx** foram fundamentais para a instauração do pensamento pós-estruturalista. Para esses autores franceses, as considerações de Nietzsche ofereciam uma proposta que possibilitava conciliar a questão do poder – privilegiada por Marx – e a ideia de desejo – privilegiada por Freud – sem prejuízo de um ou outro. (PETERS, 2000, p. 30).

Talvez as principais contribuições de Nietzsche para a conformação do pós-estruturalismo francês sejam a sua crítica à noção de *verdade* e sua ênfase na *pluralidade da interpretação*. De forma geral, os pensadores franceses, a partir de sua influência, enfatizam que o **“significado”** é uma construção ativa, definitivamente dependente do contexto. Assim, o que vemos é a contestação da suposta universalidade das **asserções de verdade**. Um exemplo disso é encontrado na leitura que Foucault faz da “verdade”: um produto de **gêneros discursivos** de uma determinada sociedade/época e, portanto, de uma determinada relação de poder. Outro ponto de influência de Nietzsche, para a construção do pós-estruturalismo, é o questionamento do **sujeito humanista**, especialmente aquele proposto por pensadores da modernidade e do iluminismo como **René Descartes (1596-1650)** e **Immanuel Kant (1724-1804)** que viam o homem como um ser: *“autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, que é tradicionalmente visto como fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política”* (PETERS, 2000, p. 33). Este *sujeito*, proposto pelo humanismo e figura principal do **pensamento liberal europeu**, é tomado como a fonte e origem do pensamento e da ação e, por isso, era sempre colocado no centro da análise das ciências humanas. A narrativa histórica clássica, por isso, partia do pressuposto do pensamento e da ação de indivíduos livres e conscientes: seja na narrativa tradicional da princesa Isabel, abolindo a escravidão, seja na narrativa marxista da classe operária,

fazendo a revolução, estamos falando de agentes centrais capazes de mover a história. Para estruturalistas, no entanto, o homem não é simplesmente senhor de sua própria história, mas, antes, resultado de uma série de predeterminações sociais e linguísticas nas quais ele se insere. Assim, nessa perspectiva, os homens não *fazem* a história tanto quanto são *feitos* por ela. Aqui é importante ressaltar a dívida direta do estruturalismo e seu desdobramento com **Freud** e sua análise do inconsciente, rompendo com a ideia de racionalidade e autotransparência do sujeito. Em outras palavras, há um rompimento com a ideia de um sujeito integralmente consciente e racional, cujas decisões e ações são movidas pela razão – deve se ter em mente que toda ação objetiva carrega em si subjetividade, que somos influenciados por diversos fatores que agem e governam essas ações e que nossas decisões muitas vezes são motivadas por esses elementos não racionalizados.

A ação humana não deixa de ser considerada, é evidente, mas é abordada a partir das estruturas pelas quais homens e mulheres pensam, se expressam e agem. Como afirmou Michel Foucault em *As palavras e as coisas*, uma obra mais próxima do estruturalismo dos anos 1960, com ênfase na linguística e na noção de representação:



...o objeto das ciências humanas não é esse homem que, desde a aurora do mundo, ou o primeiro grito de sua idade de ouro, está destinado ao trabalho; é esse ser que, do interior das formas da produção pelas quais toda a sua existência é comandada, forma a representação dessas necessidades, da sociedade pela qual, com a qual ou contra a qual as satisfaz, de sorte que, a partir daí, pode ele finalmente se dar a representação da própria economia. [...]

O objeto das ciências humanas não é, pois, a linguagem [...] mas, sim, esse ser que, do interior da linguagem pela qual está cercado, se representa, ao falar, o sentido das palavras ou das proposições que enuncia e se dá, finalmente, a representação da própria linguagem (FOUCAULT, 1990, p. 395).

Como vimos na seção anterior, há na obra de Foucault um questionamento da neutralidade ou universalidade das categorias utilizadas pelas ciências humanas. Com o chamado pós-estruturalismo e a consolidação da crítica à noção de sujeitos

históricos como formuladas pelo humanismo/iluminismo, temos também um desafio lançado a todos os sistemas de explicação universalizantes que partiam dessa perspectiva. Questionando esses sistemas, os pós-estruturalistas lançam mão de métodos e abordagens – como, a arqueologia, a genealogia, a desconstrução – que quando tomados em seu conjunto enfatizam as noções de diferença, de determinação local, de rupturas ou descontinuidades históricas. Aqui surge uma das principais premissas do pós-estruturalismo: a busca por desconstruir os sistemas por meio de uma crítica baseada na ideia de “desmantelamento” ou de “desmontagem” com objetivo de compreender as suas leis, despidas de neutralidade e universalidade.

Os chamados pós-estruturalistas retomaram as questões da linguística e do marxismo estruturalista, mas essa problemática retornou a partir das relações de poder e de um tensionamento do debate sobre a ação dos indivíduos na narrativa histórica. As aproximações entre estruturalismo e pós-estruturalismo se dão não apenas na rejeição ao sujeito autônomo e consciente, nos moldes do humanismo, mas também em sua compreensão teórica da linguagem e da cultura, concebidas em termos de sistemas linguísticos e simbólicos, que podem ser analisados como uma espécie de código, isto é, em termos semióticos, como uma linguagem.

### **Pós-estruturalismo e linguistic Turn**

É a partir dessa contribuição da filosofia e da linguística que se dá o que ficou conhecido como *linguistic turn* (**virada linguística**), nome dado a ênfase que diversos historiadores dos anos 1970 em diante deram ao estudo da linguagem, do texto e suas estruturas. Há, a partir daí, um destaque para a sensibilidade textual e a compreensão complexa da importância do estilo e da análise do discurso, desenvolvendo estratégias e abordagens inovadoras e sofisticadas para o estudo de textos. É imprescindível para o conhecimento das principais tendências historiográficas que permeiam os estudos atuais compreender a importância e a influência do *linguistic turn*, que impactou profundamente as ciências humanas. Típica do campo filosófico, mas presente em diversas áreas do conhecimento, tem como principal elemento designar o predomínio da linguagem sobre o pensamento. De forma simplificada, esse movimento pode

ser descrito como uma mudança na concepção e entendimento da relação entre realidade e linguagem. Numa proposta em que a realidade não é vista como acessível em si mesma, mas sim através dos usos da linguagem que passa a ser entendida como autônoma, possuidora de funcionamento próprio em relação à primeira (BARROSO, 2015, p. 171). O que autores como Foucault ou o linguista **Roland Barthes** (1915-1980) estão reafirmando é, em linhas gerais, que a língua não é um instrumento neutro pelo qual descrevemos uma realidade. Como os estruturalistas já haviam apontado, a linguagem não é algo que usamos, mas, antes, algo que nos constitui. O passo além dado por esses autores é problematizar as relações de poder aí estabelecidas. Nas palavras de Barthes:



.... o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva [...]. Jákobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer. Em nossa língua francesa (e esses são exemplos grosseiros), vejo-me adstrito a colocar-me primeiramente como sujeito, antes de enunciar a ação que, desde então, será apenas meu atributo: o que faço não é mais do que a consequência e a consecução do que sou; da mesma maneira, sou obrigado a escolher sempre entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos; do mesmo modo, ainda, sou obrigado a marcar minha relação com o outro recorrendo quer ao tu [em francês, "tu" é utilizado informalmente], quer ao vous [vous/ você é utilizado formalmente]; o suspense afetivo ou social me é recusado. Assim, por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma relação generalizada. (BARTHES, 1989. p.11-12.)

Dessa maneira, segundo historiadores entusiastas do *linguistic turn*, como **Hayden White** (1928- ), a linguagem não é, em hipótese alguma, um conjunto de formas vazias à espera de serem preenchidas ou conectadas a referentes “preexistenciais” no mundo, mas está ela própria no mundo como uma ‘coisa’ entre outras (WHITE, 1994, p. 27). Influenciada pelas propostas dessa filosofia da linguagem, pelo menos desde a década de 1960, com grande ampliação a partir da década seguinte, a história intensificou os debates a respeito de sua **epistemologia**, ou seja, colocou a si mesma como objeto de estudo, na busca por estabelecer a forma como é adquirido e construído o conhecimento histórico, colocando em evidência discussões metodológicas e teóricas, acerca de sua cientificidade, sobre o papel do historiador na produção do conhecimento histórico, e sua narrativa como um documento.

Nesse momento, vemos uma busca por compreender como se dava o processo da escrita da história e que relação esta estabelecia com a verdade, o que leva autores como **Paul Veyne** (1930-), **Hayden White** (1928-) e **Michel de Certeau** (1925-1986) a indicarem que os textos produzidos pelos historiadores não se constituem em análises objetivas das fontes, como pretendiam os positivistas, mas sim uma construção narrativa, um texto. Nesse sentido, é possível afirmar que a história deixa de ser pensada como o relato de uma verdade do passado, na medida em que passa ser entendida como dependente da estrutura dos saberes das ciências humanas, de sua linguagem, das escolhas narrativa dos historiadores e das estruturas de poder nas quais esse saber é produzido. Em outros termos, a escrita da história se dá dentro de estruturas anteriores ao historiador que – de dentro de uma instituição e de posse de métodos determinantes – apenas depois produzirá sua escolha narrativa, elegendo aquilo que deve ser dito e como deve ser dito, de forma que o conhecimento histórico se conforma em um contínuo debate no qual a linguagem é central (ANKERSMIT, 2012, p. 64).

No campo da história, o questionamento mais enfático do ofício do historiador e sua produção foi realizado por Hayden White. Sendo seguido pelo historiador norte-americano **Dominick La Capra** (1939-) e outros, White incorpora elementos novos às discussões

epistemológicas para o campo da história, como as contribuições advindas da teoria literária. Suas assertivas fomentam uma série de debates entre os historiadores e produzem uma revolução na teoria histórica contemporânea (ANKERSMIT, 2012, p. 64). Ao questionar o caráter científico da História, White concentra sua análise na produção dos discursos historiográficos, trazendo como elemento inerente a essa produção a imaginação histórica, especialmente aquela do século XIX, e estabelece enfim que o discurso histórico detém um conteúdo poético e linguístico, e que a análise da construção desses textos possibilitaria compreender as principais formas de consciência histórica. Com a identificação de estilos estéticos diversos e da recuperação dos elementos pré-figurativos nos textos, para White seria possível obter um modo preciso de conhecimento histórico e, assim, o trabalho histórico constitui-se em uma estrutura verbal conformada em um discurso narrativo em prosa. Ainda para White, as histórias agregam e combinam determinada quantidade de informações e acionam conceitos teóricos na busca por explicar tais dados valendo-se de uma estrutura narrativa para apresentá-los como representantes de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos no passado (WHITE, 1995, p. 12).



### Refleta

Segundo Hayden White, o historiador realiza uma operação que exige que ele presuma aquilo que ocorreu no passado a partir de uma imaginação histórica, fragmentos textuais e estruturas linguísticas que predeterminam sua narrativa. Em outros termos, o passado não pode ser realmente apreendido. Levando essas premissas em consideração, em que medida seu trabalho se afasta daquele do romancista, já que os dois lidam com textos e imaginação?

## Política e Gênero

Outra inovação do pós-estruturalismo é um aprofundamento no debate político e na desnaturalização de noções estabelecidas, como a democracia. Por meio da crítica aos iluministas, argumentam que as identidades nas democracias liberais modernas são construídas e alicerçadas com base em uma série de oposições binárias – como

nós/eles, cidadão/não cidadão, responsável/irresponsável, legítimo/ilegítimo – que acabam por levar à exclusão determinados grupos culturais ou sociais.



### Exemplificando

Pensemos a noção de cidadania dentro de um estado democrático moderno ocidental. Ela pressupõe a aquisição de certos direitos à determinada parte da população residente no território nacional. Assim, os países concedem certos direitos apenas aos seus cidadãos – numa lógica em que os direitos se tornam dependentes da cidadania –, enquanto todos os outros, *não cidadãos* – imigrantes, por exemplo – são tomados como “estranhos”. A cidadania constrói ao mesmo tempo uma identidade para os indivíduos do país, o “nós” em oposição aos estrangeiros, os “outros”, e constrói fronteiras que separam esses dois grupos. Algumas correntes do pós-estruturalismo se interessam em compreender como essas fronteiras são socialmente construídas mantidas e policiadas. Mais que compreender os lugares sociais, as divergências e as oposições, o que se busca é apreender quais os discursos, mecanismos de controle e outros elementos que consciente e inconscientemente constroem as oposições, as divergências e esses locais sociais. Numa análise, a partir desses pressupostos, os direitos seriam analisados com foco em suas construções genealógicas e discursivas, com destaque para as transições pelas quais passou ao longo do tempo: “direito divino” para o “direito natural” e do “direito natural” para o “direito humano”.

Não é sem razão que a base para as discussões sobre o multiculturalismo e o feminismo é exatamente a desconstrução das hierarquias políticas alicerçadas em oposições binárias. A ideia de desconstrução desdobra-se também no questionamento das noções de representação e de consenso, numa crítica direta aos valores supostamente universais.

Com o pós-estruturalismo, a figura do sujeito universal passa a ser questionada principalmente por pesquisadoras marxistas que começam a ganhar espaço no debate da teoria e metodologia de pesquisa. Critica-se especialmente a forma como grupos marginalizados socialmente, como a figura das mulheres e sua agência social, histórica e política na sociedade, era encarada até então, pautada em valores masculinos. Essas pesquisadoras

encontrariam nas teorias pós-estruturalistas as bases teóricas para o rompimento com uma lógica em que o sujeito era de certa forma universalizado, como se todo e qualquer indivíduo pudesse ocupar os mesmos espaços ou pudessem ser compreendidos a partir dos mesmos padrões. Essas demandas por se compreender as mulheres para além do universo masculino geraram uma onda de teorias feministas, que ganharia força principalmente com autoras como **Simone de Beauvoir (1908-1986), Joan Wallach Scott (1941-) e Judith Butler (1956-)**.

É possível estabelecer que a principal – mas não a única – contribuição do pós-estruturalismo para a construção da categoria **gênero** é o método da desconstrução e sua proposta de desmontar a lógica interna desses conceitos, expondo suas limitações (SCOTT, 1999). Essa abordagem foi especialmente efetiva naquilo que se refere à necessidade de uma teoria que desse suporte e permitisse questionar categorias universais e unitárias, como o “sujeito”, tornando históricas categorias como “homem” e “mulher”, que acabam por ser naturalizadas. Assim, fica claro que a própria ideia de sujeito se constituía como uma problemática no interior dos estudos de gênero. A este respeito, Simone de Beauvoir apresenta sua teoria denunciando principalmente a referência masculina, enquanto à mulher acaba sendo imposto certo apagamento de identidade, fazendo-se assim necessária a desconstrução do sujeito e estabelecimento de novas formas de se olhar para o objeto de estudo, de modo a não silenciar a fala feminina. Apesar dos questionamentos de Beauvoir, ainda se deve fazer a observação de que, para ela, a ideia de divisão dos indivíduos entre duas partes, um binômio, prevalece. A solução para isso acaba vindo de Joan W. Scott, que propõe uma especificação dos grupos não só entre homens e mulheres, mas também a partir da função social, que resulta na construção das **teorias de gênero**, ou seja, uma nova forma de análise que passa a refletir sobre a construção de cada indivíduo no seu meio a partir do gênero e não mais sobre a produção do grupo generalizado, rompendo de certa forma com a opressão, que é partir do pressuposto do homem branco, hétero e do topo da pirâmide social. Seguindo na mesma linha, Judith Butler coloca em discussão aquilo que podemos chamar de “natureza biológica” de homens e mulheres, historicizando o corpo e o sexo e contestando a própria base em que os estudos feministas se basearam até

pelo menos a década de 1980, ou seja, de que sexo, elemento biológico, é natural, enquanto o gênero é uma construção cultural. Dentro de sua proposta, o sexo – enquanto categoria analítica para classificar seres humanos – também assume um caráter cultural, não se apresentando como algo simplesmente natural e objetivo. Essa classificação também possui uma história e é, portanto, uma criação humana gerada e geradora de relações de poder.

Dessa forma, uma das principais contribuições do pós-estruturalismo para o estudo de gênero é o suporte para o rompimento com padrões estabelecidos até então, criando espaço para o questionamento de objetos naturalizados e novos caminhos a serem construídos. Ademais, a construção de gênero passa a ser ligada com identidades, e não mais como uma dicotomia preestabelecida, como homem-mulher, compreendendo, assim, uma discussão interdisciplinar. Esses estudos vêm ampliando sua influência na historiografia, tornando-se referências obrigatórias para as pesquisas sobre os mais diversos temas.

Com a introdução dos estudos de gêneros, pode-se dizer que a *História das Mulheres* passa por uma reformulação a partir da década de 1990. Nesse sentido, o que se discute não é mais a construção daquilo que se entende como “mulher”, mas também a constituição dos espaços e processos históricos, algo muito importante para a História Social, propondo uma nova metodologia, capaz de dar voz aos grupos, até então silenciados, como os documentos deixados por mulheres. Por outro lado, os próprios conceitos, espaços, sujeitos e percepções sobre os gêneros, aos serem problematizados, trazem para a análise histórica, especialmente aquela proposta pela Nova História Cultural, a necessidade de se pensar a história para além de categorias normatizantes e universalizantes, como as pretendidas pela dicotomia homem/mulher.



### Pesquise mais

Agora que você terminou a leitura desta seção, amplie e aprofunde seus conhecimentos com a leitura dos textos:

BRANDÃO, Piretti, Taniguchi Ramon. “Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma arqueologia dos conceitos e o lugar ocupado por Foucault”. **Estação Científica**. Macapá: Unifap, v. 5, n. 1, p. 33-46,

jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/yZroFP>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

MARIANO, Silvana Aparecida. "O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo". **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3, p.483-496, set.-dez. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/ztXcC6>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Agora, em posse das discussões apresentadas nesta seção, você já se sente preparado para discutir com seus alunos a importância de se tratar com as relações de gênero e sexualidade em sala de aula. Partindo da breve notícia de jornal, em que seus alunos podem verificar o posicionamento da Unesco sobre a importância dessas discussões em sala de aula, você pode iniciar a argumentação, a partir dos próprios posicionamentos dos alunos – contra, a favor ou neutros – e aproveitar a oportunidade para demonstrar que as crenças nas diferenças, na existência de lugares sociais demarcados e fixos, os preconceitos, a rejeição à discussão e mesmo a proposta de se discutir tais temas em vários ambientes de nossa sociedade são construções discursivas, que devem ser historicizadas. Assim, por exemplo, discutir o machismo e a violência contra a mulher pode ser o ponto de partida para que você amplie as discussões sobre o poder, o controle dos corpos, demonstrando como as "fronteiras", os limites que demarcam as diferenças entre os sexos – o que pode ser discutido também para a discussão acerca de outros gêneros – foram social e culturalmente construídas ao longo do tempo e precisam ser desconstruídas para a sua compreensão. Em outros termos, a partir da reportagem que propõe de forma bastante simples que discutir gênero em sala de aula pode ajudar a diminuir a violência contra as mulheres, você pode não apenas adentrar à questão da violência, mas principalmente de como a categoria *mulher* é histórica e socialmente construída em oposição ao sujeito "universal", padrão, assim como esse sujeito foi concebido tendo prerrogativas as diferenças físicas entre os indivíduos, a quem determinado sexo e papel de gênero passa a ser imposto pelas sociedades.

## Faça valer a pena

### 1.

As críticas pós-estruturalistas ao estruturalismo estão tipicamente, baseadas em duas teses fundamentais: (1) nenhum sistema pode ser autônomo (autossuficiente) da forma que o estruturalismo exige e (2) as dicotomias definidoras nas quais o sistema estruturalista está baseado expressam distinções que não se sustentam após uma cuidadosa análise. Os pós-estruturalistas mantêm a crítica estruturalista do sujeito, negando ao sujeito qualquer papel importante na fundação da realidade ou no conhecimento que podemos ter dessa realidade. Mas em oposição ao estruturalismo, eles também rejeitam a ideia de que um sistema de pensamento possa ter qualquer fundamentação lógica (em sua coerência interna, por exemplo). Para os pós-estruturalistas, não existe numa fundação, de qualquer tipo, que possa garantir a validade ou a estabilidade de qualquer sistema de pensamento (GUTTING, 1998, p. 597, apud: PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000, p. 39).

Sobre a relação entre estruturalismo e pós-estruturalismo, é possível afirmar que

- a) é caracterizada por aproximações e afastamentos, tendo como principal ponto de convergência a ideia de que o sujeito não é o protagonista da história, na medida em que está condicionado, regulado e dominado por elementos que lhe são impostos de forma inconsciente.
- b) está calcada na diferenciação, na ideia de sujeito para as duas correntes, que para o estruturalismo é algo universal e autônomo e para o pós-estruturalismo é fruto de uma série de condicionamentos dados pelos mais diversos elementos formadores e castradores.
- c) são convergentes ao estabelecerem a mesma noção de sujeito, refutando as teorias humanistas de que o sujeito não teria um papel importante na fundação da realidade ou no conhecimento que podemos ter dessa realidade.
- d) é inerentemente antagônica, na medida em que para os estruturalistas rejeitam a principal ideia do pós-estruturalismo: de que os sistemas de pensamento são identificados por ter fundamentação lógica.
- e) é divergente, na medida em que, para os pós-estruturalistas, os sistemas

de pensamentos só se tornam válidos e estáveis por meio de uma fundação, estruturada, o que não é admissível para os estruturalistas.

## 2.



[...] o passado humano só pode ser rerepresentado pela História como uma paisagem, por isso faz parte da consciência histórica que não existe uma interpretação precisa e única do passado. Como não podemos reviver o objeto de estudo da História e tão pouco retomá-lo como realidade, o texto produzido pelos historiadores jamais poderá ser a reconstrução do tempo passado. Então, a partir da forma de tratamento que damos ao passado, podemos localizar o texto da História entre as artes e a ciência. Se por um lado, o historiador pode usar a sua imaginação e ousar na sua narrativa, devido às restrições do tempo e do espaço, por outro lado, o seu texto deve ser inteligível, convincente e confiável, na medida em que precisa responder sobre como as pessoas viviam no passado (ASSIS, GABRIELLA LIMA; CRUZ, MARCUS SILVA. "Desconstruindo a História: Hayden White e a escrita da Narrativa". *Revista Mosaico*, v. 3, n. 1, p. 111-118, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/1837/1141>>. Acesso em: 10 jan. 2018.)

A partir do excerto e da leitura da seção é possível dizer que

- a) com o pós-estruturalismo e o *linguistic turn*, a História é colocada em xeque e perdeu sua credibilidade, identificada cada vez mais com a literatura.
- b) a interpretação do historiador macula os resultados de sua pesquisa, uma vez que as fontes perdem seu papel de prova e acabam por dificultar o acesso ao passado.
- c) a busca pela redefinição epistemológica do campo da História promove, por meio da adesão ao *linguistic turn*, uma história narrativa, nos moldes do trabalho positivista do século XIX.
- d) o historiador não pode acessar o passado, uma vez que a "realidade" só possui sentido por meio da linguagem, intermediada pelo imaginário e pelas estruturas linguísticas.
- e) as fontes devem ser tomadas como provas do passado, sendo a sua interpretação a forma para acessá-lo, assim, a imaginação do historiador deve ser colocada de lado no momento de sua produção, a narrativa da história deve estar pautada naquilo que eles permitem apreender.

### 3.

Uma História Social analítica e de gênero é capaz de não só demonstrar que o poder constrói gênero e que gênero é utilizado como metáfora para outras relações de poder, como também pode explicar em que termos e quais as causas e consequências dos processos, as condições históricas que tornam as desigualdades e as hierarquias mais ou menos acentuadas e como os limites mudam com as condições históricas. Portanto, é ainda no âmbito da História Social que muitas pessoas encontram subsídios para projetos políticos que implicam em romper com “determinismos biológicos” e questionar desigualdades sociais baseadas nas percepções da diferença sexual. PINSKY, CARLA BASSANEZI. Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 181, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/381/38114360009/>> . Acesso em: 5 jan. 2018.



Tendo em mente a questão de gênero, escolha uma alternativa.

- a) A metodologia da História Social pós-estruturalismo permite o início de um processo de continuidades e repetição de padrões de processos sociais e históricos, significando uma mudança no método de pesquisa.
- b) O pós-estruturalismo possibilitou que grupos sociais, até, então, silenciados pela hierarquia, ganhassem voz, levando a novas versões que rompem com a chamada “História tradicional”.
- c) Os estudos de gênero só foram viabilizados após a inclusão da metodologia de pesquisa herdada da História Cultural, resultando no que chamamos de “História das Mulheres”.
- d) A História Social do gênero pós-estruturalismo resultou no rompimento com as teorias que reforçavam o sistema de opressão e hierarquização, até, então, focando muito mais na figura da mulher.
- e) A influência do pós-estruturalismo nos estudos de gênero viabilizou a homogeneização dos grupos sociais e de gêneros, permitindo novas problematizações em pesquisas.

## Seção 4.3

### Debates contemporâneos e a historiografia nacional

#### Diálogo aberto

Caro aluno, finalmente chegamos à última seção de nossa unidade de estudo. Até aqui, trilhamos um longo caminho adentrando nas mais variadas discussões, metodologias e teorias da história. Após muitas discussões, sempre relacionadas aos conteúdos obrigatórios sobre as novas abordagens da história, você, como professor, se propõe a apresentar a seus alunos a história como um campo bastante rico em debates, com campos que se convergem, mas que também divergem e opõem-se.

Assim, proponha que seus alunos realizem a análise de um documento legal, o Alvará de 1785, de D. Maria I, que institui a proibição das manufaturas no Brasil (Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/bibliografia/alvara-1785.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2018.). No entanto, a proposta não deve ser de uma análise simples, seus alunos deverão, em grupos, abordar o documento a partir de apenas um viés por equipe: econômico, social, cultural e legal.

De que modo, a partir dos resultados dessas análises, você trabalharia as diferenças teóricas de campos, como os da História Cultural e da História Social, da historiografia nacional e seus relacionamentos entre si? Sua proposta tem que ter em vista inserir seus alunos no universo da história crítica e multifacetada, demonstrando ser esse um campo sempre em movimento.

#### Não pode faltar

Ao longo de nossa disciplina, vimos como a História se constituiu como disciplina no século XIX, como ela foi problematizada no decorrer do século XX e também as mudanças, os novos encaminhamentos e a diversidade com a qual convivemos neste início do século XXI. Em vários momentos de nossas discussões, a historiografia brasileira foi acionada, especialmente em nossos exemplos. Aqui, para finalizar nossos estudos, traremos algumas

discussões contemporâneas para mais perto de nossas vidas cotidianas enquanto historiadores e professores.

## 1. Historiografia brasileira: breve histórico

Assim como na Europa, é no século XIX que teremos no Brasil a busca pela institucionalização e formação da história enquanto disciplina, numa operação em que o historiador deixa de ser um homem de letras e adquire o status de pesquisador, de profissional. Aqui a busca por estabelecer o campo da história está intimamente ligada à procura por definir a unidade nacional após a independência. Não é por acaso que a história assume um papel fundamental na consolidação do Império, sendo a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, uma iniciativa não apenas de entusiastas das ideias vindas da Europa, especialmente aquelas advindas do iluminismo, mas também apadrinhada e financiada pelo então príncipe Pedro de Alcântara (futuro D. Pedro II). Em sua origem, o IHGB trazia a proposta de delinear o “nacional”, garantindo-lhe uma identidade própria no conjunto mais amplo dos **Estados Nações**, que se constituíam no decorrer do século XIX.

Podemos estabelecer, como a principal referência desse período o historiador, **Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)**, que empreendeu o projeto de escrever uma história do Brasil como uma nação branca. A tradição da escrita da história do Brasil em muito é herdeira das considerações feitas pelo alemão **Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)**, em seu artigo *Como se deve escrever a História do Brasil*, que propunha entre outras coisas que a história do país só poderia ser escrita tomando como base a contribuição das “três raças”: brancos, negros e indígenas. Essa seria a base para a construção das análises históricas por mais de um século de historiografia, que, a partir de métodos e orientações teóricas diversas, mantiveram o foco na importância de se observar as ditas três raças e suas particularidades físicas e morais; na superioridade e inferioridade de uma raça em relação às outras; na influência e participação das três raças no desenvolvimento e construção da nação. Esse caminho seria seguido por nomes como **Oliveira Vianna (1883-1951)** e **Capistrano de Abreu (1853-1927)** e deixaria sua marca também na chamada **Geração de 1930**, que tinha como marca principal a busca por reconstruir a ideia de nação e construir

uma identidade nacional, buscando uma história que estabelecesse uma continuidade com os ancestrais mais antigos. Seus principais expoentes, **Gilberto Freyre (1900-1987)**, **Caio Prado Junior (1907-1990)** e **Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)**, trouxeram grandes inovações teóricas e metodológicas para a historiografia nacional e mantiveram como foco a busca por entender a constituição da nação.

É preciso ter em mente que a década de 1930, no Brasil, foi marcada pela busca de se construir uma identidade nacional. Dentro desse processo, a história ganharia grande expressividade e teria importantes trabalhos que buscavam estabelecer o significado de ser brasileiro. Para isso, os três autores citados se voltaram para o período colonial em busca de reconstituir uma história que conferisse uma identidade ao povo brasileiro: tratam-se de obras que podem ser consideradas como marcos de uma virada no pensamento histórico brasileiro e também da moderna ciência social do país. Temos três estilos e encaminhamentos teóricos metodológicos bastante diversos aqui. De forma bastante simplificada podemos estabelecer que Caio Prado Junior constrói sua análise mais calcado em uma leitura marxista, com base na ideia de grandes ciclos econômicos; Sérgio Buarque, com um alinhamento mais aproximado da Escola dos Annales, traria para a sua análise uma discussão a partir dos aspectos culturais, as mentalidades e o cotidiano; e, por fim, o antropólogo Gilberto Freyre traria de sua experiência nos Estados Unidos a busca por estabelecer que as diferenças entre as sociedades não diziam respeito às questões raciais e sim culturais.

A partir da metade do século XX, surge outra vertente de interpretação do passado – sobretudo a partir da sociologia – que revigora as discussões, marcadamente estruturalista, marxista e com discussões focadas nas questões econômicas: a **Escola Paulista**, que traria para a discussão a escravidão como grande motor para a compreensão da história do Brasil. Entre seus representantes encontramos **Florestan Fernandes (1905-1995)**, **Octávio Ianni (1926-2004)**, **Fernando Henrique Cardoso (1931-)** e **Emília Viotti da Costa (1928-2017)**. O grupo encabeçado pelo sociólogo Florestan Fernandes teve como principal foco romper com a ideia de uma “democracia social” e desnudar a violência da escravidão. Nesse processo, vários dos seus membros se debruçariam sobre relatos de viajantes, que percorreram o Brasil durante o tempo em que vigorou

a escravidão, na busca por pontuar como se davam as relações entre brancos e negros escravizados. Um resultado inesperado do intento desses sociólogos foi uma reprodução ingênua do olhar do estrangeiro no período como fato histórico, o que trouxe um apagamento da experiência dos escravizados enquanto sujeitos históricos, criando uma história da hegemonia branca, do domínio senhorial inviolável e de subserviência de escravos anômicos. Esses elementos seriam os disparadores de novas leituras sobre a escravidão no Brasil.

A partir da década de 1980, alinhando-se às discussões ocorridas em vários locais, uma nova geração de historiadores brasileiros assume a tarefa de empreender uma renovação não apenas teórica, mas também metodológica nos estudos historiográficos. Assim, os debates saem do campo produzido por sociólogos, antropólogos e outros profissionais e chegam ao da história feita por historiadores de formação. Esse é o momento em que vemos ganhar força no Brasil as novas leituras propostas por E. P. Thompson e Michel Foucault, trazendo uma grande ampliação dos escopos teóricos, metodológicos e de abordagem das fontes. Vejamos de forma mais aproximada esses desdobramentos do século XX e suas influências naquilo que se tem produzido em vários campos da historiografia brasileira.

## 2. Os caminhos da História Social e Cultural no Brasil

A partir da década de 1980, a **História Cultural** se difundiu no Brasil sob a influência dos desdobramentos da historiografia europeia, especialmente os estudos das mentalidades – com destaque para a influência dos trabalhos de **Jacques Le Goff (1924-2014)** e **Pierre Nora (1931-)** e também da micro-história italiana, de **Carlo Ginzburg (1939-)** e **Giovanni Levi (1939-)** – e a Nova História Cultural, proposta por historiadores como **Roger Chartier (1945-)**. No mesmo processo de ampliação dos horizontes teóricos e metodológicos no campo da historiografia brasileira, os trabalhos da **História Social** – especialmente os de **Edward Palmer Thompson (1924-1993)** e sua história vista de baixo, de **Eric Hobsbawm (1917-2012)** e de **Christopher Hill (1912-2003)** – tiveram um importante impacto.

Assim como acontece de forma bastante contundente na historiografia internacional, os debates sobre as diferenças,

aproximações e distanciamentos entre esses dois campos têm determinado conflitos teóricos e metodológicos entre os historiadores brasileiros. Talvez o principal ponto de aproximação entre ambas as áreas seja o grande destaque dado aos estudos da cultura, mas é importante ressaltar que a forma como cada uma aborda e entende esses estudos e mesmo o **conceito de cultura** é bastante diverso. Podemos dizer que temos, por um lado, uma produção historiográfica que contempla a **História Cultural**, com sua busca por compreender os discursos, as representações, por meio da desconstrução, da ideia de que o sujeito é um elemento discursivo, construído por determinados discursos de poder; por outro, temos uma **História Social da Cultura**, que busca reconstruir as experiências de sujeitos históricos a partir de suas apropriações de ideias, conceitos e elementos culturalmente construídos. No diálogo com a historiografia estrangeira, a historiografia brasileira também traçou caminhos e compartilhou métodos e novas formas de análise de fontes das duas áreas. Temas até então pouco explorados, como: gênero, língua, religião, literatura, indumentária e outros documentos que eram considerados importantes para a História Cultural passam a fazer parte de pesquisas da História Social, por exemplo.

Um importante trabalho produzido no decorrer da chegada dessas novas ideias historiográficas ao Brasil é o pioneiro livro de Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), trazendo a historiografia francesa das mentalidades, com influências de Jacques Le Goff, Robert Mandrou (1921-1984), em diálogo com o estudo do inglês **Keith Thomas** (1933-) sobre a feitiçaria na Inglaterra. Obra que, segundo Ronaldo Vainfas, "dimensionou o conflito entre religião oficial – tridentina, jesuítica, inquisitorial – e as crenças populares nos termos em que Carlo Ginzburg concebeu o conflito entre Menocchio e a Inquisição italiana no século XVI" (VAINFAS, 2009, p. 231). No bojo de tal obra e de suas repercussões, muitas outras obras foram produzidas nas décadas seguintes, dentre as quais, é importante destacar: *Trópico dos pecados* e *A heresia dos índios*, ambas de **Ronaldo Vainfas**; *Rosa Egípcia – Uma Santa Africana no Brasil*, de Luiz Mott (1946-); *Ao sul do corpo*, de **Mary del Priore**; *1930 - O Silêncio dos Vencidos*, de **Edgar de Decca**.

A História Cultural no Brasil vem ampliando cada vez mais os seus campos, suas abordagens, temas e discussões, muitos são

historiadores que se dedicam aos estudos das representações, dos discursos, de gênero, tornando-se referências para estudos acadêmicos e atuando como professores nas principais universidades do país e do exterior, aqui destacamos alguns desses nomes: Luiz Felipe Alencastro, Lilia M. Schwarcz, Leila Mezan Algranti, Nicolau Sevcenko, José Murilo de Carvalho, Luciano R. Figueiredo, Leandro Karnal, Margareth Rago, Sandra Jatahy Pesavento, entre outros.

No campo da História Social também temos a abertura de novas abordagens para a historiografia brasileira, aqui talvez as principais mudanças tenham ocorrido nos estudos da história da escravidão, com a busca por romper com a ideia de um escravo anômico – sem vontade – construído pela Escola Paulista. Um dos mais expressivos trabalhos sobre isso é o do historiador Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, que tendo como principal referencial teórico os estudos de Edward Thompson, demonstra como escravos, nas últimas décadas da escravidão, apropriavam-se dos discursos senhoriais, construindo visões próprias de liberdade e estratégias de resistência muitas vezes invisíveis aos olhos de observadores do período. Sua análise rompe com a ideia do escravo “coisa” e traz para o centro do estudo da história da escravidão novos agentes. No campo da História Social muitos são os trabalhos que se tornaram clássicos, dentre eles, podemos destacar: *Na senzala uma flor*, de **Robert Slenes**; *Cotidiano e Poder em São Paulo*, **Maria Odila Leite da Silva Dias**; *Nas fronteiras do poder*, de **Márcia Mota**; *Campos da Violência*, de **Silvia Hunold Lara**; *Rebelião escrava no Brasil*, de **João José Reis**. Crescendo em sua inserção, dentro das universidades brasileiras, a História Social tem sido o campo privilegiado para os estudos da escravidão, da história do trabalho e nos últimos anos das relações entre literatura e história. Destacamos aqui alguns dos nomes de historiadores cuja produção tem sido determinante para esse crescimento: Angela de Castro Gomes, Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Hebe Mattos, Marcia Abreu, Beatriz Mamigonian, Regina Xavier, Henrique Espada, Robério Souza, Sheila Faria, Elciene Azevedo, entre muitos outros.

### 3. Campos, caminhos e desdobramentos

A historiografia brasileira tem se articulado a partir das discussões e mudanças das várias correntes históricas advindas da Europa,

dos Estados Unidos e mais recentemente de outros locais, como a Índia. Até a década de 1980, a historiografia brasileira se manteve ligada principalmente às duas vertentes também predominantes na historiografia europeia até meados de 1970, a saber: as correntes marxistas, econômicas, e a braudeliana, que tendiam a construir suas interpretações a partir de uma leitura **estruturalista**. Neste último tópico, apresentaremos alguns dos desdobramentos da inserção das novas teorias e metodologias para a historiografia brasileira.

### 3.1 História Econômica

A **História Econômica**, ao longo da segunda metade do século XX, apresenta um expressivo declínio em sua produção que viu um percurso que iria de 60% da produção historiográfica dentro da Primeira Geração dos Annales, passando para 40% em sua Segunda Geração e 25% na Terceira. (FRAGOSO, FLORENTINO. In: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 54). No Brasil, a História Econômica seria o grande campo das produções acadêmicas até a década de 1970. Segundo Florentino e Fragoso, na década de 1970, as defesas de teses com base na história econômica computavam cerca de 50% e, entre 1983-1985, esse número cairia para menos de um terço. No Brasil, os trabalhos em História Econômica, ou que se equivalem a ela para construir outras formas de interpretação, vão desde as obras clássicas e pioneiras das década de 1930 até a de 1970, em que despontam autores como **Caio Prado Junior (1907-1990)**, **Roberto Simonsen (1889-1948)**, **Celso Furtado (1920-2004)**, **Fernando Novais (1933-)**, **Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013)** e **Jacob Gorender (1923-2013)**, cujas obras, mesmo que com divergências teóricas profundas, em linhas gerais, tinham como foco criar quadros explicativos que permitissem não apenas compreender a sociedade e economia colonial, mas que acabavam por desnudar condicionantes estruturais futuros. Aqui vale destacar a grande contribuição que a História Econômica trouxe para a historiografia brasileira, especialmente ao trazer novos eixos temáticos e novas metodologias, como a busca por construir uma base sólida para o manejo das técnicas de pesquisa e constituir corpus documentais, dando impulso ao desenvolvimento de estudos sobre mercado interno, estruturas agrárias da época da escravidão, comércio exterior, industrialização, demografia e história empresarial etc.

O recuo da história econômica tem se acentuado desde os anos 1990, tomando como exemplo os trabalhos defendidos no Rio de Janeiro, no início dos anos oitenta, 60% eram em história econômica, enquanto no início da década seguinte esse número cairia para 20%. Intimamente ligadas a esse recuo, estavam as críticas, cada vez mais incisivas ao “tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a história econômica” (FRAGOSO, FLORENTINO, In: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 55), que primava por suas explicações econômico-sociais e da longa duração. Uma das críticas sobre esse tipo de modelo explicativo do passado seria o de que se constituía em métodos que levam ao reducionismo econômico, menosprezando, por exemplo, as complexidades relacionadas às reações sociais e fatores culturais que permitem apreender a conduta dos agentes envolvidos. Outra crítica seria a de que a investigação quantitativa na longa duração acabaria por obscurecer e distorcer os fatos, impedindo que os problemas cotidianos sejam compreendidos (FRAGOSO, FLORENTINO, In: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 56-57).



### Refleta

Pensemos os estudos da História Social do Trabalho, em que se busca reconstruir a atuação de grupos, como escravos e trabalhadores das mais variadas profissões. Seria possível realizar uma análise desses grupos enquanto categorias sem adentrar o campo da economia?

Por mais que essas críticas tenham impactado profundamente a produção no campo da História Econômica, não é correto dizer que ela deixou de existir e que se constitui um campo totalmente ultrapassado, uma vez que sua influência continua a matizar os trabalhos, especialmente aqueles em História Social, um exemplo disso é a permanente utilização daquilo que chamamos de História Serial, que aliada a outros métodos tem permitido verificar a atuação e agência histórica dos mais variados grupos e indivíduos.



### Exemplificando

Tomemos como exemplo os estudos sobre escravidão produzidos atualmente. A nova historiografia brasileira da escravidão é fortemente ancorada no campo da História Social, com foco principal na abordagem

a partir da experiência dos escravos. Assim, muitas discussões e trajetórias têm sido apresentadas nas últimas três décadas, a partir da utilização dos mais variados tipos de fontes. Um fator bastante comum nesses trabalhos é o de se reconstruir o passado e a experiência dos indivíduos que viveram em cativeiro com a construção de perfis, e o estudo de séries documentais que permitam estabelecer o campo em que essa experiência se dá. Tomando aqui um exemplo concreto: a obra inovadora de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*. Para reconstruir a forma como as reivindicações escravas levaram ao texto final da lei de 28 de setembro de 1871, o autor toma como principal fonte teórica as considerações de E. P. Thompson, mas não pode deixar de, assim como o historiador inglês, fazer uso da metodologia de análise serial de fontes, buscando na leitura das Ações de Liberdade do Rio de Janeiro reconstruir as trajetórias dos escravos e seus senhores, mas também compreender essas atuações dentro de uma sociedade em que o escravismo se compunha como principal ancoradouro da economia nacional, assim, tornar-se-ia impossível pensar o social sem o econômico.

### 3.2 História das ideias

A **História das Ideias** pode ser estabelecida como um campo ainda muito controverso no interior dos próprios estudos historiográficos. Segundo Francisco Falcon, há mesmo uma constante ambiguidade em se entender o que seria este campo: "Uma disciplina que tem as ideias como seu objeto? Ou se trata de investigar a existência e trajetória das ideias, de algumas ideias apenas, quem sabe da própria história?" (FALCON, In: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 139). Ainda segundo o autor, a História das Ideias, por mais que tenha, ao longo do século XX, alcançado prestígio e ampliado seu campo de atuação, enfrentou dois grandes adversários, a saber: a tradição marxista e seu estruturalismo de base econômica e a historiografia francesa dos *Annales*, que se opôs às ideias desde sua primeira geração. Talvez o principal problema desse campo seja o seu próprio objeto, as ideias, e a sua capacidade de ser onipresente, ou seja, de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, podendo ser fruto de análise, mesmo que não exclusiva, dos mais variados campos da historiografia, ou mesmo ser tomada como objeto principal, como é o caso da História da Filosofia (FALCON, In: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 140).

Na atualidade, a história das ideias constitui apenas uma dentre as várias disciplinas históricas que possuem como objeto comum, mas não necessariamente exclusivo, as ideias. O historiador francês Roger Chartier, por exemplo, afirma que na França a história das ideias é quase inexistente, seja como noção, seja como disciplina (CHARTIER, 1990, p. 29), por outro lado, em outros locais, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, este é um campo que vem a cada dia mais ampliando suas discussões e acaba por se misturar com outros campos da historiografia, como a **História Intelectual** e a **História das Mentalidades**. Robert Darnton estabelece que, de forma geral, os estudos das ideias podem desdobrar-se em quatro grandes categorias:

[...] a história das ideias (do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas) (DARNTON, 1990, p. 188).

Dentre as muitas possibilidades, a história social das ideias tem sido largamente utilizada, especialmente dentro da história social, em que periódicos, jornais e revistas têm sido foco de análises excelentes que buscam reconstruir discursos ideológicos, revolucionários, reacionários, de autoafirmação e de pertencimento, assim como analisar as ideias que se relacionam aos movimentos políticos e sociais, aos partidos políticos, aos sindicatos, às assembleias políticas, às histórias de instituições públicas ou privadas, como institutos, academias, associações, clubes, por meio da verificação das ideias que permeiam aquilo que eles dizem e que deles se diz. Neste sentido, é importante ressaltar que os discursos são de extrema importância dentro da História das Ideias, assim como o são os silêncios e as omissões. O campo das ideias, como já dissemos, é múltiplo e “passeia” pelas mais variadas áreas, assim como permeia trabalhos dos temas mais diversos. Assim, podemos encontrar trabalhos dentro dos mais variados temas.

Como um campo tão amplo e de certa forma indefinido, a

História das Ideias, em articulação com a História Cultural e Social, apresenta a possibilidade de retorno a discussões anteriormente deixadas de lado pela historiografia em busca de novas abordagens. Dentre os trabalhos nesse campo, destacam-se historiadores como **Benito Schmitd, Lilia M. Schwarcz, João José Reis, Izabel Marson, Keila Grinberg**, entre outros.



### Assimile

Dentro do campo da História das Ideias, temos nos últimos tempos uma grande retomada da chamada **História Biográfica**, o que tem produzido uma série de trabalhos que tem como objetivo reconstruir trajetórias intelectuais, na busca por reconstruir como determinadas personagens constroem seu pensamento.

A redescoberta da biografia remete a experiências no campo da história do cotidiano, como a história oral, a história das mulheres, a história da cultura popular. Desdobra-se do desejo de "trazer para o primeiro plano os excluídos da memória" (LORIGA, In. REVEL, 1998, p. 225). Se, por um lado, a retomada da biografia como campo para a produção historiográfica abre novos horizontes de análises sobre categorias até então ocultas, por outro lado, traz problemas inerentes ao perigo de se reproduzir erros que levem a análises calcadas na ideia de reconstrução de histórias de vida como um "relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção" (BOURDIEU, In. FERREIRA, 1996, p. 185). Esse perigo da ilusão biográfica também abarca uma tendência a se prender a eixos cronológicos, lógicos e sequenciais, mantendo-se muito próximo à biografia tradicional, superficial e anedótica, que se torna incapaz de "mostrar a significação geral de uma vida individual" (LE GOFF, 1989, p. 49-50). A aposta não é mais no grande homem e sim no homem comum, seguindo o caminho aberto por Thompson, cuja análise alterou a noção de experiência, trazendo para o palco os vencidos, em desdobramentos com categorias excluídas da história, como operários, mulheres, crianças, prisioneiros etc.

A história construída por meio de biografias deve muito também à repercussão do trabalho de Carlo Ginzburg, que abriu espaço para outras produções de micro-história que focam em uma personagem para compreender sociedades diversas, ampliando ainda mais o campo de possibilidades do uso da biografia histórica.

### 3.3 História das Mulheres

Como em outros campos do conhecimento histórico, a História das Mulheres está fortemente atrelada à interdisciplinaridade, tendo os estudiosos do tema buscado o auxílio de outras disciplinas (Literatura, Linguística, Psicanálise, Antropologia etc.), a fim de apreender as múltiplas dimensões desse objeto.

O desenvolvimento desse campo historiográfico se deu no cruzamento de contribuições da História Cultural, da História Social e do avanço do feminismo. A partir da década de 1970, muitas pensadoras iniciavam o intenso trabalho de criar cursos, disciplinas, encontros, revistas, trabalhos e grupos de estudos que lidassem com a mulher nos mais diversos espaços. Casos exemplares são os trabalhos produzidos pelos historiadores em torna da **History Workshop (1976)**, na Inglaterra, e o desenvolvimento dos **Women's Studies**, nos Estados Unidos, que deu origem às revistas **Signs (1975)** e **Feminist Studies (1972)**. Aqui é importante ressaltar que o campo da História das Mulheres se apresenta como uma possibilidade temática e de abordagem, em que os encaminhamentos teóricos e metodológicos podem ser tomados das diversas correntes metodológicas.

Vemos no Brasil a produção sobre as mulheres dentro dos mais diversos campos. Assim, as trajetórias de mulheres são reconstruídas, por exemplo, pela *micro-história* e por estudos biográficos, como no trabalho de **Miriam L. Moreira Leite**, *Outra Face do feminismo e Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Outros estudos buscam estabelecer as relações e interações femininas no mundo do trabalho, suas sociabilidades no interior das classes trabalhadoras e na vida cotidiana, dentre os quais, são fundamentais o pioneiro trabalho de **Maria Odila Dias**, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, o de **Mônica Pimenta Velloso**, *As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro* e o de **Rachel Soihet**, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*, entre outros. Outros estudos da História das Mulheres têm como foco as relações de poder, o corpo, a sexualidade, as subjetividades tratadas no interior da multiplicidade da *História Cultural*, em que os trabalhos de **Joana Maria Pedro** e **Margareth Rago** são exemplares. Tratam-se de trabalhos pautados nas discussões de gênero a partir principalmente das considerações e

encaminhamentos teóricos propostos por Joan Scott e Judith Butler e, portanto, fortemente marcadas pelos estudos pós-estruturalistas. Nesse sentido, vemos, por exemplo, o livro de Joana Maria Pedro, *Mulheres honestas, mulheres faladas*, que deixa de lado as recorrentes abordagens da História Social, que mantêm os estudos das mulheres dentro de espaços sociais pré-determinados e atrelados a papéis normativos, e busca revelar o conteúdo ideológico desses papéis normativos, tomando como foco a desconstrução dos discursos e estereótipos sobre o feminino propagados pela imprensa de Desterro (atual Florianópolis) no processo de implantação do regime republicano no Brasil (PEDRO, 1994). Já Margareth Rago, mais que apresentar uma obra emblemática, é ela mesma uma das maiores referências para os estudos do feminismo no Brasil, com pesquisas que discutem a sexualidade, as relações de poder e de controle do corpo, a memória, entre outros temas, dentre os quais destacamos: *Do Cabaré ao lar, Prazeres da Noite* e a coletânea *A aventura de contar-se*.



#### Pesquise mais

Sugerimos as leituras de:

FENELON, Déa Ribeiro. "Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa". **Proj. História**. São Paulo, (10), dez. 1993, pp. 01-13. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12105>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

LARA, Sílvia Hunold. "História Cultural e História Social". **Diálogos**. UEM, 1:25 - 32, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/NZCAiY>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Agora que você terminou não apenas esta seção, mas todo o conteúdo de nossa disciplina, sente-se seguro para operacionalizar seus múltiplos conhecimentos em sala de aula. Assim em sua proposta de utilizar um documento de época, para que seus alunos possam ver a história por meio de novas abordagens, como um campo bastante rico em debates, com campos que convergem, mas que também divergem e opõe-se, você poderá encaminhar a atividade de maneira que eles próprios percebam que muito do conhecimento histórico diz respeito às escolhas teórico metodológicas do historiador. Quando você dividiu a turmas em grupos, atribuindo a cada um deles a responsabilidade de ler, decifrar [posto que o documento

está em escrita de época], analisar e interpretar o documento a partir de um eixo teórico metodológico, estava preparado para lidar com as várias possibilidades de discussões que poderão se estabelecer entre cada uma das abordagens. Assim, você poderá demonstrar aos seus alunos como um mesmo documento, o *Alvará de 1785, de D. Maria I*, que institui a proibição das manufaturas no Brasil, pode nos dar inúmeras possibilidades de interpretações. Seus alunos podem perceber que tal documento tem uma relação direta com a economia não apenas da Colônia, mas do próprio Império Português, a proibição em si tem o objetivo de proteger aquilo que podemos chamar de estruturas econômicas que organizam esse império e aqui os seus conhecimentos de História Econômica serão fundamentais, para demonstrar como esse documento estabelece essas relações.

Outra possibilidade é pensar, a partir do documento, o porquê de tal imposição, uma lei que é estabelecida para coibir uma prática, geralmente, nos permite verificar que essa prática existe, então, é importante pensar as ligações legais dessa prática e de sua coibição. Analisando o texto, você poderá ainda utilizá-lo como ponto de partida para verificar quais as possibilidades de identificar grupos sociais envolvidos nessa prática, assim como eles se articulam em tal sociedade. Por fim, você pode pensar, com seus alunos, no documento como resultado de um discurso, demarcador de poder, destacando a lógica em que ele está inserido, sua construção como texto e a reprodução de modelos semelhantes que atestariam a emergência de um sistema de pensamento presente no início da modernidade.

## Faça valer a pena

### 1.

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas (MARTIUS, KARL FRIEDRICH PHILIPP VON. "Como se deve escrever a

História do Brasil". Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 6 (24), janeiro de 1845. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

A partir do excerto e da leitura da seção, é possível afirmar que

- a) A historiografia brasileira se organiza e estabelece sob o alicerce da construção de uma identidade nacional, tendo como principal proposta a criação de um passado glorioso que possibilitasse o desenvolvimento do amor pátrio.
- b) A criação do IHGB tem como principal finalidade a organização do passado brasileiro para a construção de uma identidade nacional, a fim de reforçar o espírito republicano, num rompimento com o passado imperial.
- c) A construção de uma identidade nacional está diretamente atrelada à reconstrução do passado do povo, que compõe a principal etnia nação que se pretende, assim, a pátria brasileira é observada por meio da história da conquista da raça branca.
- d) Von Martius como um expectador externo, apesar de ter escrito um artigo para o IHGB, não pode ser considerado como um articulador influente daquilo que se constituiu a historiografia brasileira.
- e) Seria em torno da nação que a historiografia brasileira se organizaria, nascendo a partir da influência da escola dos Annales, que buscaria organizar o maior número possível de documentos escritos.

## 2.



[...] afirmo que não podemos mais trabalhar com conceitos tão polarizados, com oposições simplistas que separam radicalmente economia e cultura, cultura e sociedade, e assim por diante. Como dizia Hobsbawm em um artigo sobre a história social, o historiador das ideias talvez possa não prestar muita atenção aos aspectos econômicos e o historiador econômico talvez não precise pensar em Shakespeare, mas o historiador social que não levar em conta os dois não vai muito longe. (LARA, Sílvia Hunold. "História Cultural e História Social". Diálogos. UEM, 1:25 - 32, 1997, p. 29. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=336>>. Acesso em: 4 abr. 2018.)

## Segundo Silvia Lara, a História Social

- a) é um campo do conhecimento que deve definir seus encaminhamentos teóricos e metodológicos de forma isolada, sem que haja intersecção entre as várias vertentes.
- b) é multifacetada, permitindo que os historiadores reconstruam o passado e identifiquem o que realmente aconteceu.
- c) tem por princípio a necessidade de observar seu objeto a partir de sua multiplicidade, assim, deve levar em conta os aspectos culturais, sociais e econômicos.
- d) é baseada nas análises econômicas e na história das ideias.
- e) tem como elemento principal verificar como os aspectos culturais se desenvolvem dentro do universo das ideias.

### 3.

O desenvolvimento da história das mulheres, articulado às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar à pesquisa de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros (SOIHET, RACHEL. "História das Mulheres". In: CARDOSO, CIRO FLAMARION; VAINFAS, RONALDO. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997).



Sobre a história das mulheres, escolha a alternativa correta.

- a) Trata-se de um campo de estudo que tem ganhado espaço e ampliado o seu escopo de estudo, tornando a busca pela igualdade de gênero a cada dia mais influenciada pelo trabalho das historiadoras.
- b) É um campo em constante remodelação, em que as premissas iniciais foram suplantadas por temas que pressupõe o retorno do lugar social tradicionalmente atribuído às mulheres.
- c) Tem tomado novos direcionamentos, deixando a história do trabalho para adentrar o campo das ideias perdendo, assim, a sua utilidade social.
- d) Amplia suas temáticas e abordagens, assim como a historiografia em geral, trazendo análises para campos antes ignorados.
- e) Trouxe para a historiografia novas abordagens que desprezam os ambientes tradicionalmente ocupados pelas mulheres, como a família.

# Referências

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. "Os limites entre a História e a Ficção". **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 22, dezembro, 2016, p. 202-213. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1149>>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- ANKERSMIT, Frank. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p. 27-74.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "A Sociologia de Florestan Fernandes". In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. n. 1, p. 9-27. 22 v.
- BARROS, José D'Assunção. "A Nova História cultural - considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos". **Cadernos de História**. Belo Horizonte: v. 12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 1-13. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/%20cadernoshistoria/article/viewFile/987/2958>>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- BARROSO, Antonio Vinicius Lomeu Teixeira. "A virada linguística e o contextualismo linguístico: contribuições teóricas para se pensar a história intelectual". **Revista de Teoria da História**, ano 7, volume 14, número 2, novembro/2015, p. 171-182. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/39253>>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- BARTHES, Roland. **Aula**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 1 (Fatos e mitos).
- BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRANDÃO, Piretti, Taniguchi Ramon. "Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma arqueologia dos conceitos e o lugar ocupado por Foucault". **Estação Científica**. Macapá: UNIFAP, v. 5, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1742>>. Acesso 27 dez. 2017.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Variedade de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- CÂNDIDO, Antônio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. "O mundo como representação". **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril de 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- DOLINSKI, João Pedro. "A Arqueologia foucaultiana e suas contribuições para a historiografia". **Interseções**. Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 370-395, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/4621/3419>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Brasiliense/Ed. Unesp, 1989.
- DIAS, Maria Odila. **Cotidiano e poder em S. Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo: o campo do signo – 1945-1966**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- \_\_\_\_\_. **História do estruturalismo: o canto do cisne – de 1967 a nossos dias**. Bauru: EDUSC, 2007. 2 v.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"**. São Paulo: Globo, 2008 [1964].
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas – Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1 - A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2001.

- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2 - O uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GONTIJO, Rebeca. "Capistrano de Abreu, viajante". **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, June 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 fev. 2017.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 05-27. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LAPA, J. R. A. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LARA, Sílvia Hunold. "História Cultural e História Social". **Diálogos**, UEM, 1:25 - 32, 1997. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=336>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie aujourd'hui?". **Le Débat**. n° 54, março-abril, 1989.
- \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Miriam, L. Moreira. **Outra face do feminismo**. Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.
- LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set-dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300002&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300002&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 31 dez. 2017.
- ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: Unesp, 1997.
- PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal**: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933. Campinas: IFCH/ Unicamp. Tese de Doutorado. 2016.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas** — Uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

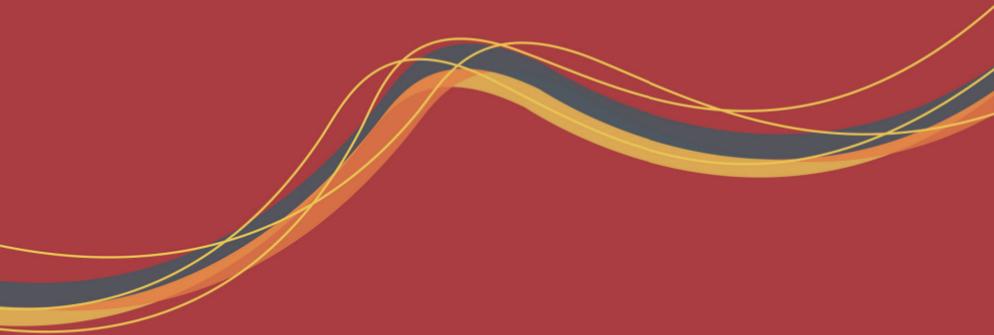
- PESAVENTO, Sandra. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p.159-189, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/381/38114360009/>> . Acesso em: 5 jan. 2018.
- POL-DROIT, Paul. **Michel Foucault - entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006.
- RAGO, Margareth. "Libertar a História". In: Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi e Alfredo Veiga-Neto (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- \_\_\_\_\_. "O efeito-Foucault na historiografia brasileira". **Tempo Social: Revista de Sociologia**. USP, São Paulo, 7 (1-2), p. 67-82, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- RAGO, Margareth.; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.) **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SAMPAIO, Evaldo. "A virada linguística e os dados imediatos da consciência". **Trans/Form/Ação**, Marília, v.40, n.2, p.47-70, Abr./Jun., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v40n2/0101-3173-trans-40-02-0047.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1971.
- SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1990, p. 5-22, n. 2. 16 v.
- \_\_\_\_\_. "Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista". **Debate Feminista**, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), 1999. p. 203-222
- SCHWARCZ, Lilia K. M. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- STRAUSS, Lévi. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VAINFAS, Ronaldo. "História Cultural e historiografia brasileira". **História: questões & Debates**. Curitiba, n. 50, p. 217, 235, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/download/15676/10417>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal**. 10 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

VELLOSO, Monica Pimenta. "As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco. Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro". **Estudos Históricos**, nº 6. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora UNB, 2008.

WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da história**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1994.





ISBN 978-85-522-0622-4



9 788552 206224 >